



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

PATRICIA MARIA CABRAL DE ARAUJO SILVA

**A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO E A IMPLANTAÇÃO
DO MEMORIAL DA ENGENHARIA EM PERNAMBUCO (2006-2014)**

**RECIFE
2015**

PATRICIA MARIA CABRAL DE ARAUJO SILVA

**A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO E A IMPLANTAÇÃO
DO MEMORIAL DA ENGENHARIA EM PERNAMBUCO (2006-2014)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública como requisito à obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão do Patrimônio Cultural e Ambiental.

Orientadora: Professora Doutora Emanuela Sousa Ribeiro

RECIFE

2015

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586g Silva, Patricia Maria Cabral de Araujo
A gestão do patrimônio cultural universitário e a implantação do Memorial de Engenharia em Pernambuco (2006-2014) / Patricia Maria Cabral de Araujo Silva. - Recife: O Autor, 2015.
188 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro.
Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Administração pública. 2. Patrimônio cultural. 3. Engenharia. I. Ribeiro, Emanuela Sousa (Orientadora). II. Título.

351 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2015 – 059)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Patricia Maria Cabral de Araújo Silva** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: “**A gestão do patrimônio cultural universitário e a implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco (2007-2014)**” orientada pela Professora Emanuela Sousa Ribeiro e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Emanuela Sousa Ribeiro

Presidente

Cátia Wanderley Lubambo

Examinadora Interna

Marcus Granato

Examinador Externo

Recife, 26 de fevereiro de 2015.

Prof^a. Dr^a. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura

Coordenadora Acadêmica

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador e causa primária de todas as coisas.

Aos meus pais Florita e Pedro que me possibilitaram a vida e os meios para que eu me tornasse a pessoa que sou; ao meu irmão Rômulo e minha tia Gizelda que me auxiliaram em tantos momentos. In memória às minhas avós Inácia Cabral e Júlia Lima.

Aos meus filhos Clara e Thiago, continuidade da vida e maior legado de amor que deixarei neste mundo, e ao companheiro Iran pela paciência e colaboração durante todo o tempo dedicado ao mestrado.

À orientadora Prof^a Emanuela Ribeiro a quem tive o privilégio de submeter esta pesquisa, sendo solícita em todos os momentos de que tive necessidade, exemplo de comprometimento com a causa do patrimônio cultural nesta universidade.

Aos examinadores Prof^a Cátia Lubambo e Prof. Marcus Granato, que com seus respectivos olhares de arquiteta e de engenheiro, apresentaram orientações imprescindíveis para que esta pesquisa lograsse êxito.

Ao Prof. Maurício Pina, do Departamento de Engenharia Civil da UFPE e Coordenador Executivo do Memorial da Engenharia em Pernambuco, que tão gentilmente colaborou prestando as informações necessárias para este trabalho.

À amiga irmã Marta Lopes, que me incentivou a fazer esse mestrado, tendo sido peça fundamental através do apoio incondicional para que eu perseverasse até o fim.

Ao corpo docente do Mestrado em Gestão Pública que tanto contribuiu no meu aprendizado intelectual e humanístico.

Aos funcionários da Secretaria do Mestrado sempre atenciosos com a turma.

Aos amigos da Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências, especialmente, à Coordenadora Margareth Malta e à amiga Danielle Nascimento que me ofereceram apoio neste processo de qualificação profissional.

Aos colegas da Turma XII do Mestrado em Gestão Pública, em especial, pessoinhas que guardo no coração: Reginaldo, Maria, Andrea e Kátia.

Muito obrigada.

O Engenheiro

A luz, o sol, o ar livre
envolvem o sonho do engenheiro.
O engenheiro sonha coisas claras:
Superfícies, tênis, um copo de água.

O lápis, o esquadro, o papel;
o desenho, o projeto, o número:
o engenheiro pensa o mundo justo,
mundo que nenhum véu encobre.

(Em certas tardes nós subíamos
ao edifício. A cidade diária,
como um jornal que todos liam,
ganhava um pulmão de cimento e vidro).

A água, o vento, a claridade,
de um lado o rio, no alto as nuvens,
situavam na natureza o edifício
crescendo de suas forças simples.
(MELO NETO, 1945).

[...] que a importância de uma coisa não se
mede com fita métrica nem com balanças nem
barômetros etc. Que a importância de uma
coisa há que ser medida pelo encantamento
que a coisa produza em nós.
(BARROS, 2006).

RESUMO

A pesquisa buscou analisar a gestão do patrimônio cultural universitário e a implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco, exemplar do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco, sob a perspectiva da gestão pública, no período de 2006 a 2014. A pergunta central que direcionou o estudo foi: o processo de implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco está pautado em aspectos relevantes para a gestão pública, levando em conta o diálogo com a comunidade universitária e contribuindo para a preservação do patrimônio cultural universitário? A instituição de museus, memoriais e centros culturais, no âmbito da administração pública, é um exercício da gestão pública, especificamente da gestão do patrimônio cultural. Como estamos tratando de um memorial dedicado à engenharia vinculado a uma universidade, a pesquisa busca esclarecer o que seriam memoriais, embora não exista uma definição unânime sobre o assunto, e a importância deste, especificamente, na preservação do patrimônio cultural da universidade. Memoriais seriam espaços que destacam a origem e foco das instituições a que estão relacionados e têm um conceito muito próximo ao de museus. Neste aspecto, o Memorial da Engenharia em Pernambuco pretende funcionar como uma entidade de natureza histórica, educativa, cultural e tecnológica. Do ponto de vista metodológico, utilizamos como princípios norteadores a pesquisa qualitativa, de campo, documental e bibliográfica. Os instrumentais da pesquisa se basearam em entrevistas semiestruturadas com os docentes/gestores envolvidos com o projeto e entrevistas estruturadas com os alunos de engenharia do Centro de Tecnologia e Geociências (mediante o preenchimento de questionários). Os resultados obtidos apontam que, embora o Memorial da Engenharia já exista no plano institucional, ainda está encontrando obstáculos/entraves ao seu pleno funcionamento devido a questões de ordem burocrática e falta de recursos e que a inexistência de um planejamento estratégico é uma lacuna que vem contribuindo neste sentido. Também ficou demonstrado que, significativa parte da comunidade universitária do Centro de Tecnologia e Geociências, onde ficam localizados os cursos de engenharia, não está ciente desta iniciativa e nem foi ouvida nesse processo, haja vista serem os potenciais usufruidores deste equipamento cultural, exemplar do patrimônio cultural universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Patrimônio cultural universitário. Engenharia. Memorial.

ABSTRACT

The research analyzed the management of the university cultural heritage and the implantation of the Memorial of Engineering in Pernambuco, exemplar of the cultural heritage of the Federal University of Pernambuco, from the perspective of public management in the 2006-2014 period. The central question that directed the study was : is the process of implantation of the Memorial of engineering in Pernambuco guided by relevant aspects for the public administration , taking into account the dialogue with the university community and contributing to the preservation of the university cultural heritage? The institution of museums , memorials and cultural centers in the sphere of public administration, is an exercise of public management, specifically the management of the cultural heritage. As we are dealing with a memorial dedicated to the engineering linked to a university, the research seeks to clarify what would be memorials, although there is no unanimous resolution on the subject, and the importance of this, specifically in the preservation of the cultural heritage of the university. Memorials would be spaces that highlight the origin and focus of the institutions to which they are related and have a concept very close to the one of the museums. In this respect, the Memorial of Engineering in Pernambuco intends to function as an entity of historical, educational, cultural and technological nature. From a methodological point of view, we use the qualitative, field, documentary and bibliographical research as guiding principles. The instruments of the research were based on semi-structured interviews with teachers / managers involved with the project as well as structured interviews with the engineering students of the Center for Technology and Geosciences (by completing questionnaires) . The results suggest that although the Memorial of Engineering already exists at an institutional level, it is still facing obstacles / barriers to its full operation due to bureaucratic issues and the lack of resources; besides, the lack of a strategic plan is a gap that contributes to this effect. It was also demonstrated that a significant part of the university community from the Center of Technology and Geosciences, where engineering courses are located, are not aware of this initiative and were not even heard in this process, given that they are potential users of this cultural facility, exemplar of the university cultural heritage.

KEY-WORDS: Management. University cultural heritage. Engineering. Memorial.

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

CLUBE DA ENGENHARIA DE PERNAMBUCO

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DE PERNAMBUCO
- CREA-PE**

MEMORIAL DE ENGENHARIA EM PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Detalhe do Plano de 1639 atribuído a Pieter Post In Atlas de Vingboons. Instituto Arqueológico, histórico e geográfico pernambucano.	74
Figura 2 - Forte das Cinco Pontas	75
Figura 3 - École Nationale de PontsetChausseés	76
Figura 4 - Gaspard Monge	76
Figura 5 - Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho.....	77
Figura 6 - Academia Real Militar	78
Figura 7 - Campo das Princesas	81
Figura 8 - Teatro Santa Isabel Recife.....	82
Figura 9 - Mercado de São José Recife.....	83
Figura 10 - Locomotiva no recife, 1858	84
Figura 11 - Maxambomba em frente ao prédio da Faculdade de Direito - Recife	
Figura 12 - Primeiro Prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco (1896 a 1904).....	87
Figura 13 - Segundo Prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco (1904-1919).....	88
Figura 14 - Terceiro Prédio da Escola de Engenharia (1919-1966)	90
Figura 15 - Centro de Tecnologia e Geociências - UFPE.....	94
Figura 16 - Centro de Tecnologia e Geociências - UFPE.....	94
Figura 17 - Auditório Prof. Newton da Silva Maia - CTG	95
Figura 18 - Prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco (2013).....	106
Figura 19 - Busto do professor e ex-diretor da Escola de Engenharia Manoel Antônio de Moraes Rêgo	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conhecimento sobre Patrimônio Cultural Universitário.....	129
Gráfico 2 - Conhecimento sobre a Implantação do Memorial de Engenharia em Pernambuco.....	130
Gráfico 3 - Consideração sobre a importância do Projeto/Iniciativa.....	131
Gráfico 4 - Sobre ter interesse em conhecer o referido Memorial.....	132

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Eixo Centro Cultural	133
Organograma 2 - Eixos: Centro de Informação e Centro Educacional e de Pesquisa.....	134
Organograma 3 - Outras respostas	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCON/UFPE	Assessoria de Comunicação Social da UFPE
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA - PE	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Interamericano de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCCT	Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO	17
2.1	Modelos de gestão, patrimônio cultural, política cultural, bens culturais e conceitos correlatos.....	17
2.2	A Universidade e a gestão do patrimônio cultural.....	34
3	MEMÓRIA, IDENTIDADE, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MEMORIAL DA ENGENHARIA EM PERNAMBUCO	44
3.1	Patrimônio	44
3.2	O que são Memoriais?.....	63
4	A ESCOLA DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO	71
4.1	O início dos Cursos de Engenharia no Brasil	71
4.2	A Escola de Engenharia de Pernambuco	86
4.3	O Memorial da Engenharia em Pernambuco	95
5	O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA ENGENHARIA: METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA, ANÁLISES E PROPOSIÇÕES	107
5.1	Metodologia.....	107
5.2	Análise das dimensões institucionais da implantação do Memorial da Engenharia	112
5.3	Proposições/sugestões.....	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICES	158
	ANEXOS.....	165

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objeto a análise do patrimônio cultural universitário e sua relação com a implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco, sob a perspectiva da gestão pública. Partimos do pressuposto de que a instituição de museus, memoriais, centros culturais e acervos, no âmbito da administração pública, é um exercício da gestão pública, especificamente da gestão do patrimônio cultural.

Como campo de investigação nosso alvo foi a Escola de Engenharia de Pernambuco, localizada na Rua do Hospício, nº 371, no Centro do Recife, local em que está sendo implantado o referido Memorial. Motivou essa escolha o fato de ser servidora da Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências e, após ter tomado conhecimento da iniciativa, mediante nota publicada no site da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (AsCom), ter verificado uma oportunidade de estudar e aprofundar este objeto no campo da gestão pública do patrimônio cultural, haja vista a Escola de Engenharia de Pernambuco gozar da proeminência de ter sido a quarta do país e primeira do norte/nordeste a fornecer formação acadêmica e profissional no âmbito da engenharia.

A temática do patrimônio cultural universitário vem sendo abordada há algum tempo, por parte de estudiosos no Brasil e no exterior, que observam nos edifícios, objetos, suportes e acervos das universidades todo um instrumentário que merece uma resignificação, pois são vestígios de como se deu a produção do conhecimento, a trajetória, a reconstituição da memória e da cultura elaboradas nas universidades, instituições que têm sua vocação sócio-cultural.

Um ponto fundamental da pesquisa foi abordar construções conceituais do que seriam “os memoriais”, haja vista não existir uma definição consagrada. Memorial é um termo relacionado à ideia de memória. Memoriais seriam espaços, geralmente vinculados a uma instituição ou um grupo de pessoas, que funcionam reunindo várias funções: centro cultural, museu, centro de convenções. Aliás, a sua acepção muito se aproxima, e poderíamos dizer que se confunde, com a de um museu.

O Memorial da Engenharia em Pernambuco pretende funcionar, não apenas como um espaço de memória, mas também como um Centro Cultural, um Centro de

Estudo e Pesquisa e um Centro de Informação de Ciência e Tecnologia de Engenharia. É um projeto que vem sendo acalentado desde o início dos anos 1980, tendo como idealizador o Prof. Álvaro Camelo, docente aposentado do Departamento de Engenharia de Minas, da Universidade Federal de Pernambuco. Este ideário foi abraçado por um grupo de professores que se mobilizaram com o intento de levá-lo adiante, e, a partir de 2007, durante a gestão do Reitor Amaro Lins (engenheiro civil e professor do Centro de Tecnologia e Geociências), foi formado um grupo para estudo de viabilidade do projeto.

Em junho de 2011, eis que é criado, pelo menos no âmbito institucional, o referido Memorial. Contudo, nesses ainda incompletos quatro anos de existência, apenas reformas pontuais foram realizadas no edifício da antiga Escola. O Memorial da Engenharia, por enquanto, está apenas respaldado por um Estatuto aprovado na Assembleia de sua fundação e um projeto arquitetônico.

Como objetivo geral a pesquisa se propôs a analisar o processo de implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco e sua importância na preservação do patrimônio cultural universitário sob a ótica da gestão pública.

Como objetivos específicos foram definidos: analisar a implantação do Memorial da Engenharia, levando em consideração aspectos relacionados à gestão do patrimônio cultural; descrever o histórico da Escola de Engenharia, fazendo ilações com as temáticas da memória, da identidade, da educação patrimonial e, por fim, analisar o processo de implantação do equipamento, fazendo recomendações/proposições para a sua gestão.

Como estrutura de capítulos, o texto se apresenta da seguinte forma:

Primeiramente, o trabalho ressalta conceitos relativos aos modelos de gestão, a construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil, definições sobre política cultural, equipamentos culturais, bens culturais, adentrando o campo do significado e constituição do patrimônio cultural universitário.

No segundo capítulo, o trabalho se debruça sobre um estudo teórico-reflexivo entre vários autores que tratam das temáticas da memória, da identidade, da educação patrimonial, facilitando compreender os memoriais e sua função perante a sociedade, a partir de ilações com a questão do patrimônio cultural.

No capítulo seguinte, a proposta foi realizar um breve relato histórico de como a engenharia se erigiu como conhecimento científico, como surgiu no Brasil e como se deu o nascedouro da Escola de Engenharia de Pernambuco, local onde vem sendo implantado o Memorial da Engenharia. Neste capítulo, é traçada uma linha evolutiva de como o projeto vem se institucionalizando na UFPE.

Por fim, no quarto e último capítulo, é abordada a metodologia utilizada na pesquisa e a análise dos resultados, verificando-se a forma como o processo de implantação do referido equipamento vem sendo conduzido e os entraves responsáveis por estar inviabilizando a sua total concretização.

Através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os docentes/gestores envolvidos com o projeto, levantamos e delineamos quais as principais limitações de ordem financeira/burocrática/administrativa/estrutural que estão dificultando o pleno funcionamento do Memorial.

Nas entrevistas estruturadas, do tipo questionários, cujo público alvo foram os alunos dos cursos de Engenharia do Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE, levantamos dados relacionados ao conhecimento do que seja patrimônio cultural universitário, da existência do Memorial da Engenharia, qual a concepção que eles têm do espaço e quais as expectativas deles em relação às atividades que serão oferecidas, haja vista a função social de qualquer espaço cultural que consiste em interagir com a comunidade no qual está inserido.

Por fim, a pesquisa também apresenta proposições/sugestões buscando colaborar na transposição destes obstáculos e auxiliar na gestão e na divulgação do memorial, exemplar do patrimônio cultural da Universidade, que se predispõe a ser um espaço dinâmico, com olhar para o presente e o futuro, voltado para a construção do conhecimento e a disseminação da informação, da ciência e da tecnologia no campo da Engenharia em nosso Estado.

2 GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

2.1 Modelos de gestão, patrimônio cultural, política cultural, bens culturais e conceitos correlatos

A implantação do Memorial da Engenharia, no edifício da antiga Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), da qual é herdeira a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e a função social deste equipamento representante do patrimônio cultural da universidade, constitui matéria de interesse da gestão pública, enquanto área do conhecimento vinculada ao funcionamento e finalidades de órgãos ligados à administração pública.

Nesse sentido, este primeiro capítulo buscará explicar conceitos relacionados com a gestão pública, especificamente a gestão do patrimônio cultural, tais como política cultural, bens culturais, ação cultural, contextualizando a construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil histórica e juridicamente, de forma a permitir que, nos capítulos seguintes, ingressemos em questões mais intimamente associadas às temáticas da memória, da identidade, da educação patrimonial, dos memoriais e da história da Escola de Engenharia de Pernambuco, local onde está sendo implantado o referido memorial.

Tangente à gestão seja de um memorial, de um museu, de um centro cultural ou de um acervo vinculado a uma universidade pública estamos no âmbito da Administração Pública, pois como afirma Ribeiro (2013, p. 89):

Estamos tratando de instituições cuja gestão está vinculada ao funcionamento, regras e impedimentos da administração da coisa pública, com as vicissitudes do bom ou mau funcionamento do Estado brasileiro.

Para melhor compreendermos como se procede a gestão pública, atualmente, devemos levar em conta os princípios que regem a administração pública, tais como os princípios: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da

eficiência, previstos no art. 37 da Carta Magna de 1988¹. No âmbito do patrimônio cultural, a ideia de boas práticas de gestão ainda está em construção, entretanto nem por isso deve ser relegada, haja vista a importância da cultura na vida das pessoas e suas condução enquanto política capitaneada pelo Estado. Por conseguinte, delinear brevemente a evolução da Gestão Pública no Brasil parece uma tarefa indispensável para um melhor entendimento dos referidos princípios que norteiam a Administração Pública em nosso país e o reflexo destes postulados no âmbito das instituições de ensino superior públicas e dos projetos a elas relacionados, e por consequência, a gestão do patrimônio cultural por parte das Universidades. Para tanto, a seguir vamos traçar sucintamente as características dos modelos patrimonialista, burocrático até a chegada ao modelo gerencial.

O Estado Patrimonialista foi uma característica que marcou a história do Brasil no período colonial, passando pelo Império e chegando aos primeiros anos da República. Essa forma de administração era caracterizada por confundir o público com o privado. A origem desse modelo de gestão está no patriarcalismo, marcado pela tradição, o qual segundo Rocha Neto (2011) o governante tem o amparo de um “aparato administrativo recrutado com base em critérios unicamente pessoais.” Nele o gestor não atua pautado pela impessoalidade e sim por preferências de ordem pessoal, influenciando assim o quadro administrativo com a escolha de parentes, familiares e amigos (ROCHA NETO, 2011, p. 208).

O Estado Burocrático fez-se presente durante a maior parte do século XX em todo o mundo e, segundo Secchi (2009, p. 351), “as principais características desse modelo são a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo.” Destaca o autor que “outro valor implícito na burocracia é a equidade, entendida como o tratamento igualitário dispensado aos empregados que executam tarefas iguais.” A completa separação entre o público e o privado e a ênfase nas atividades meio são outros atributos deste modelo. Contudo, a inadequação deste paradigma administrativo, no contexto da contemporaneidade, foi demonstrada devido a sua ineficiência, sua

¹Segundo Alexandrino e Paulo (2011) o princípio da legalidade significa que somente se pode agir dentro da lei, enquanto que o da impessoalidade considera que a administração pública pratique atos para atender a interesses do agente público ou de terceiros. O princípio da moralidade pública deve ser entendido dentro do contexto da probidade e da boa-fé, levando a uma atuação adequada e ética. O da publicidade se reflete na exigência de publicação em órgão oficial dos atos administrativos e na exigência de transparência na atuação administrativa. Por fim, o princípio da eficiência é um conceito vinculado à forma de atuação do agente público, de quem se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, a fim de obter-se os melhores resultados.

morosidade, não atendendo às necessidades dos cidadãos, nem da Administração Pública, haja vista ser baseado em procedimentos rígidos e numa forte hierarquia (SECCHI, 2009).

Seguindo o exemplo de outros países, o Brasil, em meados da década de 1990, empreendeu a sua Reforma Gerencial. O modelo gerencial prima por um Estado mais efetivo e eficiente na condução de um país. Bresser Pereira² defende que “a reforma da gestão pública cria novas instituições e define novas práticas que permitem transformar burocratas clássicos em gestores públicos” (PEREIRA, 2005, p. 12) e acrescenta que o objetivo central da reforma gerencial foi “reconstruir a capacidade do Estado, tornando-o mais forte do ponto de vista administrativo, e, assim criando condições para que seja também mais forte em termos fiscais e em termos de legitimidade democrática.” (PEREIRA, 2005, p. 12).

Esse modelo sucedeu o antigo modelo burocrático, trazendo novas perspectivas para a Administração Pública. Dentre as suas principais características Castro (2006, p. 2) destaca:

Surge o modelo gerencial de administração pública, que busca a superação do modelo burocrático de gestão, mediante adoção de mecanismos que visam à excelência administrativa e ao foco no cidadão, ou seja, a capacidade de gestão torna-se o centro de discussão da Administração Pública.

Esse novo paradigma administrativo contempla a administração pública gerencial e a governança como melhores alternativas ao modelo anterior, visto que se apresenta como um “modelo normativo pós-burocrático para a estruturação e a gestão da administração pública baseado em valores de eficiência, eficácia e competitividade” (SECCHI, 2009, p. 354). A Governança teria a característica peculiar de resgatar a política dentro da administração pública, pois diminui “a importância de critérios técnicos nos processos de decisão e um reforço de mecanismos participativos de deliberação na esfera pública” (SECCHI, 2009, p. 354).

Para Secchi (2009), o paradigma relacional apresentado na Governança, observado no liame entre a comunidade e o governo gerencial, funcionaria como

²Luiz Carlos Bresser Pereira foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado entre 1995-98, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

estrutura importante na elaboração de políticas públicas voltadas à resolução de problemas e ao bem comum. Por consequência “o envolvimento de cidadãos na construção de políticas, fazendo uso de mecanismos de democracia deliberativa e redes de políticas públicas” representaria o envolvimento de atores não-estatais na co-gestão de um bom Estado Gerencial, além de significar um maior controle social (SECCHI, 2009, p. 354).

Na opinião de Pereira (2005), o Estado enquanto organização, como um sistema social formalmente estruturado, precisa ser efetivo e eficiente. Um bom Estado necessita de um bom governo, representado por um grupo de políticos, altos servidores públicos e representantes informais da sociedade civil. Boas instituições são essenciais para o desenvolvimento de um país. A eficiência administrativa do Estado depende da qualidade de sua organização e gestão cuja finalidade deve visar à eficiência e ao atendimento das demandas da sociedade.

Neste sentido, a reforma da gestão pública buscou uma administração mais autônoma e mais responsabilizada perante a sociedade, pois, partindo dos pressupostos apregoados por Bresser-Pereira (2005) emerge a concepção de que a melhor forma de lutar contra o clientelismo e outras formas de captura do Estado é dar um passo adiante, tornando o Estado mais eficiente e mais moderno, de forma que se dê mais autonomia ao gestor público responsabilizando-o pelos seus atos. Este modelo objetiva reduzir a ênfase no controle burocrático e seus procedimentos detalhados.

Assim, esta pesquisa também buscou abordar aspectos relacionados à Gestão do Patrimônio Cultural e seus desdobramentos, haja vista a necessidade de se buscar também no campo da cultura um modelo que prima pela excelência e pelos resultados. Definições sobre política e gestão cultural são fundamentais para um melhor entendimento do tema. No entanto, registre-se que a gestão pública cultural ainda é um conceito em construção no Brasil e verificamos que existe uma escassez bibliográfica que trate a temática de forma mais profunda. Dessa feita, faz-se importante para a construção teórica desta pesquisa, desenvolver o conceito de patrimônio cultural, o qual servirá para nortear a discussão à qual o presente capítulo se propõe.

Sobre a origem da palavra patrimônio Funari e Pelegrini (2009) esclarecem vir do latim *patrimonium*, palavra que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família. Contudo, foi somente a partir da Revolução Francesa (1789), que se desenvolveu a ideia moderna de patrimônio. Fonseca (2005) registra que a noção de patrimônio data do final do século XVIII, assim como a ideia de nação, e “foi precedida na civilização ocidental pela autonomização das noções de arte e de história”, passando o histórico e o artístico a assumir uma dimensão instrumental sendo utilizada, portanto, na construção de uma representação da nação (FONSECA, 2005, p. 37).

Entretanto, embora se trate de uma ideia, ou melhor, de uma categoria do pensamento constituída no final do século XVIII, Gonçalves (2003, p. 22) reivindica o seu caráter milenar explicando:

Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média, sendo que a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que, assumidos por ela, podemos dizer que a categoria ‘patrimônio’ também se faz presente nas sociedades tribais.

No Brasil, a primeira referência constitucional ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encontra-se na Constituição Federal de 1934, fruto de um cenário marcado pela influência da Semana de Arte Moderna que ocorrera em 1922, e consequência da participação e do engajamento de intelectuais renomados como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Gustavo Capanema, dentre outros. Esta Carta Magna trazia dispositivos que previam o incentivo à cultura e a proteção ao interesse histórico e ao patrimônio artístico do país, sendo apontada como uma inovação à época, pois fazia uma referência, mesmo que um tanto quanto restrita, aos direitos culturais.

Como o propósito do período era reforçar a ideia de identidade nacional, a noção de patrimônio histórico e artístico foi inserida a partir desta concepção no Brasil, cujo projeto cumpria várias funções simbólicas, dentre as quais, destaca Fonseca (2005, p. 60):

1. Reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, aqueles a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens;
2. Ao partir da identificação, nos limites do Estado nacional, de bens representativos da nação – demarcando-a no tempo e no espaço, a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real essa identidade ideal que é a nação, simbolizada também por obras criadas expressamente com essa finalidade (bandeiras, hinos, calendário, alegorias e mesmo obras de artistas plásticos). Há a necessidade de proteger esse patrimônio comum, como reforço à coesão nacional;
3. Os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito da origem da nação, e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual;
4. A conservação desses bens – onerosa, complexa e frequentemente contrária a outros interesses públicos e privados – é justificada por seu alcance pedagógico a serviço dos cidadãos.

No âmbito mundial, no ano de 1931, emerge a Carta de Atenas³ (contendo princípios gerais concernentes à proteção dos monumentos) e, em 1933, ocorreu o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), que tratou de ideias relacionadas ao planejamento das cidades e intervenções no espaço urbano, marcos importantes na história da salvaguarda do patrimônio cultural.

Contudo, foi durante o Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que uma legislação fez alusão à proteção do patrimônio cultural de nosso país de maneira mais incisiva, mediante o Decreto-lei nº 25 de 1937:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, não paginado)

Na década de 1930, vários intelectuais e artistas renomados abraçaram a causa da cultura nacional, em parte, como já foi dito, por consequência da Semana de Arte Moderna que ocorreu na década anterior. Nessa linha, buscando reforçar a ideia do nacionalismo aliado à bandeira da cultura, Getúlio Vargas investiu numa

³ Carta de Atenas (outubro de 1931). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

política cultural que fortalecesse esse sentimento nas pessoas. Foi durante o seu governo que foram implementadas as primeiras políticas culturais no Brasil. Segundo Brant (2009, p. 53):

Os primeiros passos de Vargas nessa área foram no sentido de construir instrumentos institucionais voltados para o desenvolvimento da cultura nacional. Diversas iniciativas institucionais marcaram a atuação do governo Vargas na cultura, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em julho de 1938, foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura.

O projeto de lei para a criação de um órgão com a responsabilidade da preservação do patrimônio cultural, de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, teve por consequência a expedição do Decreto-lei nº 25/37⁴, resultando na regulamentação do instrumento do tombamento como medida de proteção do patrimônio histórico nacional e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Entretanto, antes da entrada em vigor do referido diploma normativo, foi elaborado por Mário de Andrade um anteprojeto de lei, também para a criação do SPHAN, sob a tutela do Ministro da Educação e Saúde do Governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, o que resultou na Lei nº 378 do mesmo ano, a qual reorganizava o Ministério da Educação e Saúde Pública, detalhando o lugar do SPHAN naquela estrutura hierárquica.

Segundo Fonseca (2003), de forma a legitimar seus ideais nacionalistas, pode-se inferir que o governo dessa época concebia o patrimônio cultural como

Um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos ou em narrativas dos historiadores (FONSECA, 2003, p. 56).

Finalizando este contexto histórico do nascimento do SPHAN e a atuação de vários intelectuais da Semana de Arte Moderna de 1922, importa ressaltar que sua atuação inicial, segundo preleciona Santos (2000), foi marcada pela moderação, “haja vista a sua impossibilidade de atender, da forma sonhada por Mário de Andrade, a um grande arcabouço de medidas preservadoras”; sendo assim,

⁴ Em 1934 havia sido criada a Inspeção dos Museus Nacionais, a qual foi desativada em 1937, com o estabelecimento do SPHAN. Fonte: Disponível em <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e-602.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

“restringiu-se ao interesse público nas suas atribuições funcionais, esquecendo-se das manifestações populares” (SANTOS, 2000, p. 31-32).

Mais adiante, a Constituição de 1946, em seu artigo 174, vai ampliar a proteção ao patrimônio cultural, incluindo para além da proteção aos monumentos, obras e documentos de valor histórico e artístico, “os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza” (BRASIL, 1946).

Em 1964, dentre as medidas para salvaguardar o patrimônio cultural, principalmente o edificado, ocorreu o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, na Itália, e foi concebida a Carta de Veneza⁵, conhecida como “A Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios”, que relacionou a ideia de monumento histórico com o espaço (meio), trazendo a seguinte definição, em seu art. 1º.

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico.

No Brasil, a Carta Magna de 1967, durante o Regime Militar, teve como inovação apenas a inclusão das “jazidas arqueológicas” no seu artigo 172 que tratava da proteção ao patrimônio cultural nacional (BRASIL, 1967).

Em 1975 foi criado o Conselho Nacional de Referências Culturais (CNRC), sob a coordenação de Aloísio Magalhães. Segundo Gonçalves (1996), para Aloísio Magalhães (que tinha uma visão mais antropológica da cultura) a diversidade e a complexidade da cultura brasileira não eram atendidas pela política praticada pelo SPHAN. Por consequência, o conceito de patrimônio histórico foi substituído pelo de bens culturais, designando tanto os objetos, monumentos, conjuntos arquitetônicos, assim como os documentos, as práticas sociais, festas, celebrações e artesanato (GONÇALVES, 1996, p. 52).

Segundo Gonçalves (1996), o CNRC funcionava como um programa interministerial, e, haja vista a visão abrangente sobre cultura de seu Coordenador

⁵Carta de Veneza (maio de 1964). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

Geral, funcionou como um órgão cuja função foi estabelecer um sistema referencial básico sobre a dinâmica cultural brasileira. O seu Coordenador Geral, professor Aloísio Magalhães, posteriormente (1979) foi convidado para ser diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - antigo SPHAN) e providenciou a incorporação do CNRC por este.

Durante um bom tempo, a seleção do que poderia ser considerado, ou não, patrimônio cultural levava em conta os valores de uma elite social dominante (principalmente no campo intelectual), que o concebia como um conjunto de bens representativos de toda uma nação. Era uma decisão que passava unicamente pelo crivo dos técnicos e colaboradores do SPHAN. Sintetizando toda a trajetória da ideia de patrimônio no Brasil e facilitando o entendimento acerca da ideologia que embasou o processo, Arantes (2006, p. 429) aduz:

Tendo sido institucionalmente legitimado pela história e pela estética desde os primórdios de sua instituição como prática oficial que data, no Brasil, do final da década de 1930, o patrimônio ganhou, nos anos 1970 e 1980, uma clara inflexão política (enquanto emblema de identidades diferenciadas) e ambiental (à medida em que foi associado à qualidade de vida).

No âmbito internacional, precisamente no ano de 1972, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁶ na Convenção do Patrimônio Mundial, definiu o patrimônio cultural da seguinte forma:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, Art. 1, p. 02).

⁶A UNESCO foi criada em 1945, logo após a 2ª Guerra Mundial. Tem mais de 193 países membros e sua representação no Brasil foi estabelecida em 1964.

Com o processo de democratização do país, na década de 1980, discussões acerca do patrimônio material e imaterial foram trazidas pela atual Carta Magna de 1988, a qual, aponta uma definição ampla de patrimônio cultural e elenca como se dá a sua constituição, em seu artigo 216, caput e incisos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, art. 216).

A Constituição Federal de 1988 prevê que a preservação do patrimônio cultural é uma responsabilidade que será exercida, concomitantemente, pela União, Estados e Municípios, e compartilhada com a sociedade civil. É oportuno salientar que, além dos dispositivos constitucionais, o patrimônio cultural também goza de proteção infraconstitucional nos âmbitos administrativo, civil e penal. Embora não haja uma definição restritiva e enumerativa na Constituição Federal do que seja patrimônio cultural, há uma evidente indicação de que se trata de uma ideia que envolve aspectos relacionados com a memória e com a identidade cultural, além de um amplo rol exemplificativo.

Em princípio importa destacar que, historicamente, foi a primeira vez que uma constituição brasileira tratou da questão dos direitos culturais. Segundo Fonseca, (2005) a expressão “direitos culturais” foi criada em 1918 pela Constituição Soviética; contudo, somente foi reconhecida no âmbito internacional, no ano de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

É no artigo 215, caput, da Carta Magna de 1988 que há menção aos direitos culturais, ao dispor: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos

culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais.”

Tentando buscar uma definição para o que seriam os direitos culturais, Fernandes (2012) manifesta que são prerrogativas que o indivíduo tem “em relação à cultura da sociedade da qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica” (FERNANDES, 2012, p. 4).

Analisando o caráter jurídico do patrimônio cultural brasileiro, Silva (2001) ressalta o seu caráter universalista e a necessidade de entendermos o conceito legal de patrimônio como “um todo orgânico, cuja unidade expressa a identidade do país e cuja significação é tanto maior quanto o sentimento do povo quanto a sua cidadania.” O autor entende o patrimônio como “um modo de preservar os valores das tradições, da experiência histórica e da inventividade artística” (SILVA, p. 101-102).

Constitucionalmente, podemos considerar que o direito ao patrimônio cultural preservado está dentre os direitos fundamentais de terceira geração, cuja principal característica é a titularidade coletiva, ou seja, são entendidos como aqueles que o Estado deve garantir em nome da coletividade, categoria que também inclui o direito ao meio ambiente. Segundo Paulo e Alexandrino (2010, p. 38):

Os direitos de terceira geração consagram os princípios da solidariedade e da fraternidade. São atribuídos genericamente a todas as formações sociais, protegendo interesses de titularidade coletiva ou difusa. [...] Os direitos fundamentais de terceira geração não se destinam especificamente à proteção dos interesses individuais, de um grupo ou de um determinado Estado. Sua titularidade é difusa, visa a proteger todo o gênero humano, de modo subjetivamente indeterminado.

Salientamos que a gestão cultural democrática também tem seu arcabouço constitucional, haja vista a necessidade da participação popular neste âmbito. Cunha Filho (2002) preleciona como princípios o pluralismo cultural, o respeito à memória coletiva, a participação popular e a atuação estatal como suporte logístico.

Em primeiro lugar, o Princípio do Pluralismo Cultural, consistente em que todas as manifestações de nossa rica cultura gozam de igual status perante o Estado, não podendo nenhuma ser considerada superior ou mesmo oficial.

[...] O Princípio da Participação Popular consiste na possibilidade que os cidadãos têm, individualmente ou por organizações civis, de opinar e deliberar, diretamente, sobre política cultural a ser encetada.

[...] O Princípio da Memória Coletiva encerra a ideia de que todo o acúmulo cultural produzido na Nação não pode ser desconsiderado pelas práticas públicas, devendo estas práticas levar em conta tudo o que já foi vivenciado e feito por aqueles que nos antecederam, não com o intuito de obrigatoriamente seguirmos as mesmas trilhas, mas afim de que não percamos os referenciais de origem.

[...] O Princípio da Atuação Estatal (referente à cultura), como suporte logístico, indica que as iniciativas referentes às práticas culturais devem ser essencialmente da sociedade e dos indivíduos, cabendo ao Estado dar suporte a tais iniciativas, através de uma atuação que possibilite a infra-estrutura necessária ao desabrochar das referidas iniciativas. [...] O suporte logístico referido é implementado por tarefas específicas (como a construção de teatros e centros culturais) e pelo ato de tornar possível o acesso a recursos públicos, dentro de critérios (CUNHA FILHO, p. 22-23).

A participação popular nos remete ao tema da governança, já anteriormente referenciado, assunto correlato à gestão pública gerencial. A respeito do assunto, Tolentino (2013) esclarece que o gestor deve levar em consideração, ao avaliar uma política pública: o número de participantes, o tipo de atores envolvidos, os tipos de relação entre os participantes, as relações de poder predominantes, entre outros.

Continuando a tarefa de elucidar o conceito de patrimônio cultural, trazemos a abordagem da visão sociológica, que o compreende pelo viés de uma construção social. Sob tal perspectiva, podemos conceber o patrimônio cultural como uma representação simbólica da cultura, ideia que se relaciona com a identidade, o resgate da memória e os valores sociais de uma determinada comunidade.

Contudo, isso não é feito de maneira acríica e passiva, sem dúvida que estamos lidando com uma temática que envolve projetos capitaneados por determinados grupos sociais que atuam em contextos sócio-político-econômicos, pois patrimônio cultural também significa a eleição de bens que grupos dominantes e influentes alçam à condição de bens dignos de preservação. Na opinião de Pérez (2009, p. 147), trata-se de um mecanismo “de afirmação e de legitimação da identidade de um grupo, ou de algumas versões da identidade, o que não está

isento de lutas, conflitos, dialéticas e negociações.” Pérez (2009) entende a patrimonialização como um processo, que passa pela atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados para aquilo que foi escolhido como forma de expressão do patrimônio cultural (objetos, saberes, conhecimentos e modos de vida).

Concebendo o patrimônio cultural como produto de uma escolha, a qual para ser realizada leva em conta o arbítrio, Camargo (2002, p. 96) aponta o caráter simbólico desta categoria:

Considerando que os artefatos culturais são, em princípio, objetos dotados de funcionalidade que se teriam obsoletos por nós, o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. Os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para apreendermos o seu significado.

Convergindo com a opinião citada e analisando o tema sob a ótica de uma referência para a construção de identidades culturais, assim como sua conversão em capital simbólico para a sociedade, Dias (2006, p. 79) explica que o significado do patrimônio cultural sempre será objeto de constantes reinterpretações, devido às realidades socioculturais específicas do momento presente: “Sendo a história um discurso elaborado a partir de condições do presente, ocorre a construção social do passado, e o patrimônio dá concretude a esse passado adotado coletivamente.”

Observando o bem cultural, para além dos seus valores utilitários, econômicos e de troca, Fonseca (2005, p. 42) também registra o seu valor simbólico, o qual referencia significações de ordem cultural:

No caso dos bens patrimoniais selecionados por uma instituição estatal, considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado, o município).

Buscando uma definição contemporânea que albergue tanto a relevância da identidade como da representação simbólica do patrimônio cultural:

Considera-se patrimônio cultural aquele conjunto de produções materiais e imateriais do ser humano e seus contextos sociais e naturais que constituem objeto de interesse a ser preservado pelas gerações futuras. [...] Constitui a identidade de cada sociedade ou grupo social, sendo dinâmico em sua essência, pois acompanha a

evolução dos campos simbólicos, impossibilitando associá-lo a ideias de permanência (GRANATO; CÂMARA; MAIA, 2010, p. 2).

Após essa breve contextualização acerca da construção da ideia de proteção aos bens culturais em nosso país e das definições relacionadas ao âmbito do patrimônio cultural, iremos tratar de questões mais específicas, buscando nos aproximar de conceitos correlatos à gestão do patrimônio cultural. Temas como cultura, ação cultural, política cultural e equipamento cultural são comuns nas discussões que envolvem a gestão da cultura, justificando a pertinência de se explicar tais ideias e relacioná-las com a gestão pública. Primeiramente, consideramos importante esclarecer a ideia de cultura.

A origem da palavra cultura vem do verbo latino *colere* que significa cultivar. Para Santos (1994, p. 24), é um termo com duas concepções, pois se relaciona com tudo que “caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade.” Também pode ser compreendido como aquilo que se refere “ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social.”

Entendendo a cultura como algo mais complexo, e fazendo relação com a ideia de política cultural, afirma Brant (2009) que a cultura não deve se limitar apenas a uma perspectiva seja artística, econômica ou social.

É a conjunção de todos esses vetores. Daí a sua importância como projeto de Estado e sua pertinência como investimento privado. Uma política cultural abrangente, contemporânea e democrática deve estar atenta às suas várias implicações e dimensões (BRANT, 2009, p. 13).

Aproximando-se do conceito de política cultural, Coelho (2012) entende que se trata de um programa de intervenções, seja no plano estatal ou privado (Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários), cujo objetivo visa à satisfação das necessidades culturais da população buscando “promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (COELHO, 2012, p. 313); esse conjunto de iniciativas objetiva a promoção e a produção, a distribuição e o uso da cultura, assim como a preservação e divulgação do patrimônio cultural, incluindo ordenamento do aparelho burocrático do Estado responsável, assumindo desde a

elaboração de normas jurídicas, até as intervenções diretas de ação cultural (COELHO, 2012).

Entretanto há quem discorde dessa visão, como é o caso de Barbalho (2005) para quem existe uma clara distinção entre política e gestão cultural, pois as pessoas confundem o pensamento estratégico que caracteriza a política cultural, com a gestão cultural que está ligada a sua execução.

Outras questões se referem a ideia de que política cultural relaciona-se à organização, esta proposição parece identificar política com gestão cultural, quando, na realidade, a primeira trata (ou deveria tratar) dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação, e a segunda, de organizar e gerir os meios disponíveis para execução destes princípios e fins. A gestão, portanto, está inserida na política cultural, faz parte do seu processo (BARBALHO, 2005, p. 36).

Aprofundando a temática das políticas culturais, Botelho (2001) deixa claro que, se estas forem tratadas isoladamente, dificilmente atingirão o plano do cotidiano, defendendo que se faz necessária responsabilidade dos interessados, traduzida em organização e atuação da sociedade, mediante o exercício da cidadania, mecanismo que impulsionaria a presença dos poderes públicos de forma a responderem às questões concretas no plano da cultura “[...] e isto só é possível a partir de uma articulação das pessoas diretamente interessadas, unindo, pelos laços de solidariedade, demandas dispersas em torno de objetivos comuns” (BOTELHO, 2001, p. 75).

Fazendo um aparte no que se refere às políticas culturais, no ano de 2010 foi instituído o Plano Nacional de Cultura (PNC)⁷, mediante a Lei nº 12.343/10, tendo por finalidade “o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira.” Dentre as atribuições do poder público, previstas no artigo 3º, ressaltamos:

III–fomentar a cultura de forma ampla, por meio da difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da

⁷O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;

IV – proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;

VI – garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referencia aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (grifo nosso);

VII – articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;

IX – organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura.

Dando prosseguimento à proposta de definir conceitos relacionados à gestão do patrimônio cultural, o entendimento acerca do que venha a ser ação cultural é de grande valia. Na opinião de Coelho (2012, p. 42) ação cultural “é o conjunto de procedimentos envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural.” Desta forma, ação cultural seria uma espécie de processo em que serão criadas ou organizadas as condições essenciais para que indivíduos e grupos possam intervir no universo da cultura.

Coelho destaca (2012) que os espaços de cultura são distinguidos por apresentarem uma estrutura de funções diversificadas, devendo, portanto, a gestão desses espaços dialogar com saberes afins e instrumentos de reflexão, funcionando como células sociais, promovendo encontros entre grupos e segmentos diversos da sociedade. Nesta lógica, faz-se necessária a figura dos agentes culturais, os quais devem ser preparados para atender públicos determinados, cujo objetivo deve ser a construção de uma ponte entre estes e a obra de cultura ou de arte.

Sobre o conceito de bem cultural, o Conselho Interamericano de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁸ o define como “tudo o que se relaciona com a cultura, a história, a memória, a identidade das pessoas ou grupos de pessoas – coletividades de natureza diversa como grupos familiares, associações profissionais, grupos étnicos, nações.” Seriam as construções, obras de arte, artefatos, objetos, documentos, as criações científicas, as manifestações culturais, as tradições, festas típicas, as formas de expressão, os modos de fazer, criar e viver etc.

Ampliando o entendimento sobre o assunto, Rodrigues (2008), citando o jurista Giancarlo Rolla, alega que devemos compreender os bens culturais pela perspectiva de sua função social e cultural, haja vista que a “peculiaridade dos bens culturais não advém do valor em si da coisa e sim, pelo contrário, do interesse que esse valor desperta na sociedade desejosa da tutela daquele valor” (RODRIGUES, 2008, p. 55-56). Entende Arantes (2006) que os bens culturais estão introduzidos especificamente em contextos espaço-temporais, relacionando-se com as atividades de determinado grupo social, funcionando como suportes de significados e sentidos.

Reforçando o conceito de bens culturais e o seu caráter não apenas de referência ao passado, mas da sua importância para o futuro, preleciona Granato (2010, p. 16):

Os bens culturais são o produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos que precisa ser transmitido da melhor maneira possível para as gerações futuras. Esses bens trazem mensagens do passado que necessitam ser interpretadas e entendidas pelas gerações que o recebe. [...] estamos nos referindo a objetos, arquivos e construções arquitetônicas funcionais, elaboradas na produção e no desenvolvimento, por homens e mulheres, de conhecimento científico e tecnológico.

Dando continuidade à elucidação de conceitos relacionados à gestão do patrimônio cultural, consideramos importante esclarecer a noção de equipamento cultural que pode ser apreendida, na concepção de Coelho (2012) como o espaço e/ou edificação destinado a práticas culturais como, por exemplo, um museu, um

⁸O ICOMOS foi criado em 1964. É uma associação civil, não-governamental, com sede em Paris. É ligado à UNESCO, onde propõe os bens que receberão classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade.

memorial, uma biblioteca, um teatro, um cinema, um centro de cultura, etc. ou instituições que produzem a cultura (orquestras sinfônicas, corais, corpo de baile, etc.).

Contemplando a visão do patrimônio cultural dentro da dimensão de políticas públicas, tão necessárias para a promoção do seu conhecimento, assim como de sua salvaguarda e proteção, Fonseca (2003, p. 75) pontua a necessidade da participação dos atores sociais em conjunto com os setores responsáveis pela gestão das políticas culturais:

O processo de leitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica, sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se formulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam sua preservação.

Acreditamos que uma política cultural a ser desenvolvida na UFPE deveria se pautar na busca, através de um modelo de governança, da valorização, da preservação e do gerenciamento do seu patrimônio cultural, representado pelos museus, memoriais, centro cultural e diversos acervos, haja vista, constatar-se, infelizmente, que esses equipamentos, em grande parte, foram construídos e/ou resgatados mediante a iniciativa isolada de alguns grupos comprometidos com a memória da instituição.

2.2 A Universidade e a gestão do patrimônio cultural

Para melhor aprendermos o que vem a ser patrimônio cultural universitário, é imprescindível primeiro tratarmos de como nasceu a ideia de universidade. Historicamente as primeiras universidades surgiram no século XII e sobre suas origens influenciadas pela disputa de poder entre a realeza e o papado, comenta Oliveira (2007, p. 120):

No início do século XIII, os papas e os príncipes encaravam estas instituições como importantes pontos de apoio político e cultural. Em função disso, editaram leis e bulas com o objetivo de instituí-las, protegê-las e nelas intervir, tanto no ensino, como nas relações entre estudantes e mestres e entre estes e a comunidade.

Enquanto primeiro espaço de saber universalizante construído pelo ocidente em dois mil anos, Oliveira (2007) explica que essa ideia está relacionada com o conhecimento e a integração das pessoas, ressaltando que as universidades constituem espaços que influenciam nossas identidades sociais e científicas.

Para Matos (2013), a história da universidade caminha paralelamente aos processos civilizatórios que propiciaram desde a Revolução Industrial à sociedade do conhecimento, constituindo a universidade em “depositária da conservação e reprodução do conhecimento acumulado e, ao mesmo tempo, desbravadora das novas fronteiras do conhecimento universal”,

A Universidade acompanha e, ao mesmo tempo, contribui para as grandes transformações do mundo contemporâneo, que redefinem o papel e a contribuição da instituição para o desenvolvimento econômico e social (MATOS, 2013, p. 45).

Tratando das concepções que embasaram a ideia de universidade na modernidade, Oliveira (2010) destaca a concepção francesa ou napoleônica, que buscava um modelo de educação fortemente centralizado e oferecido pelo Estado. Um aspecto relevante é que a pesquisa ocorria fora dos domínios universitários, nos estabelecimentos conhecidos como Escolas Politécnicas, Escolas Normais Superiores, Escolas de Altos Estudos e Escolas Nacionais de Engenheiros.

Este modelo influenciou o surgimento do ensino superior em nosso país, cuja formação visava o profissional para atender as necessidades do Estado (OLIVEIRA, 2010). Por conseguinte, percebe-se como característica deste paradigma o fato das escolas profissionais terem sido “criadas como centros isolados e as universidades se construíam apenas em uma reunião de escolas, estando estas submetidas a uma mesma administração” (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

A ideia de universidade foi fruto de um contexto ideológico e histórico, verificando-se que as instituições de ensino superior receberam influências em sua formação de concepções humanísticas e funcionais da época. Para a compreensão

do reflexo deste arranjo do modelo acadêmico e de sua influência na sociedade ocidental, Charle e Verger (1996, p. 8) ressaltam

Apesar dessas grandes rupturas, a história das universidades, segmento decisivo da história da cultura ocidental, possibilita também compreendermos melhor uma parte de nossa herança intelectual e do funcionamento de nossas sociedades. Cada época precisou resolver o dilema renovado da preservação do saber passado e da integração da inovação, da avaliação das competências e das mudanças dos critérios de apreciação.

A universidade tem o que poderíamos chamar de sua vocação sociocultural, embasada no tipo de conhecimento que é produzido em seu *lócus* de natureza científica e intelectual. Promover ações culturais e políticas com este viés é um dos deveres de uma universidade comprometida com a sociedade e com a construção e reflexão sobre o conhecimento. Quando uma instituição com essas características peculiares resolve implantar um projeto de um museu, um centro cultural ou um memorial, também está buscando criar espaços de sociabilidade e de vivência da educação e da cultura. Geralmente essas atividades são desenvolvidas pelas Pró-Reitorias de Extensão, as quais exercem papel fundamental no contexto das universidades.

A despeito da importância do papel das universidades no século XXI, Santos (2011) afirma que só se pode conceber uma universidade se esta oferecer, além da graduação e da pós-graduação, a pesquisa e a extensão, como forma a legitimá-la perante a sociedade. Ressalta a extensão e seu protagonismo, devendo a reforma universitária “conferir uma nova centralidade às atividades de extensão” (SANTOS, 2011, p. 65). Reconhece, pois, que as atividades culturais oferecidas pela extensão cumprem uma finalidade social importante, contribuindo para o fortalecimento da universidade no seio da comunidade.

A educação superior tem a função de disseminar o conhecimento e a cultura, até porque as universidades também constituem espaços de produção e socialização destas práticas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, responsável por ter regulamentado o artigo 207 da Carta Magna prevê, em seu artigo 43, que a educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
(BRASIL, 1996, não paginado, grifo nosso).

Fazendo um recorte temporal e institucional, eis que nos reportamos ao momento presente, com o objetivo de trazer a discussão para o contexto da Universidade Federal de Pernambuco, já que estamos fazendo ilações entre a gestão pública e o patrimônio cultural universitário.

A UFPE está inserida no âmbito da Administração Pública, constituindo uma pessoa jurídica de direito público, na modalidade autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), instituição pública federal que goza de autonomia, conforme disposto no art. 207 da Carta Magna de 1988 “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão aos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Conforme previsto em seu site institucional, a UFPE tem como missão⁹ “promover um ambiente adequado ao desenvolvimento das pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão.”

Adentrando o campo da gestão da cultura na UFPE, verificamos que esta ideia de gestão vem sendo construída desde os anos 1970, quando seu estatuto já mencionava aspectos relacionados ao tema e atividades conexas. No referido Estatuto (art. 3º, “a” e “e”), está previsto que a UFPE deve “[...] estimular atividades criadoras no campo das ciências, das letras, ampliando os campos do conhecimento humano [...] e complementar a formação cultural, moral e cívica do seu corpo discente.” (UFPE, 1974, p.01).

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE (PDI)¹⁰ 2014-2018, ainda pendente de aprovação pelo Conselho Universitário, faz clara referência ao seu patrimônio cultural, ao relacionar o conjunto de equipamentos e projetos culturais da universidade, dentre eles o Memorial da Engenharia em Pernambuco, na parte intitulada “A cultura e as indústrias criativas” (UFPE, 1974, p. 64).

Atualmente, a UFPE dispõe de um conjunto de equipamentos e projetos culturais no Campus Recife (Joaquim Amazonas) divididos entre a Cidade Universitária e o Centro do Recife:

Na Cidade Universitária: Centro de Convenções – CECON; Liber – Cultura Digital; MAC – Museu de Arte e Cultura; Memorial Denis Bernardes; Cine UFPE; Orquestra Sinfônica; Opera Studio; Galeria Capibaribe e Centro Integrado de Cultura e Saúde.

No Centro do Recife: Centro Cultural Benfica; Memorial da Medicina; **Memorial da Engenharia**; Instituto de Arte Contemporânea – IAC; Teatro Joaquim Cardoso e Imaginário (grifo nosso).

Ao tratar das mudanças no campo cultural da UFPE, o referido PDI (2014-2018), defende que a instituição passe a “operar como um Sistema Integrado, perpassando todas as atividades fins da instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão).” Desta forma, propõe um novo olhar sobre a cultura, a ampliação da interação da

⁹ Disponível em:

<https://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=260>

Acesso em: 18 dez 2014.

¹⁰ Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE (PDI) disponível em

<https://www.ufpe.br/proplan/images/pdf/pre_pdi_14_18_.pdf>. Acesso em: 18 dez 2014.

UFPE com a sociedade e as cidades onde atua de maneira direta (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão), defendendo que a Universidade precisa não apenas ampliar, mas também “repensar as ações culturais da instituição, expandindo e reestruturando processos, espaços e equipamentos culturais.” O PDI (2014-2018) também evidencia a preocupação da Universidade com o aspecto cultural quando prevê como missão institucional : “Promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundiais, segundo princípios éticos, socioambientais e culturais” (UFPE, 2014-2018, p. 22).

No Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI 2013-2027)¹¹ está previsto, na parte relativa aos objetivos estratégicos e suas respectivas ações estratégicas, no seu art. 23, o objetivo de implantar uma política de resgate, preservação e acesso à cultura, e como ações estratégicas: instalar o Conselho de Cultura da UFPE, articular as diversas ações e segmentos de cultura dentro de um projeto institucional e desenvolver um processo de inclusão cultural em todos os níveis da UFPE.

Recentemente, em artigo publicado no Jornal do Comércio, intitulado “UFPE e Cultura”¹² o Reitor Anísio Dourado Brasileiro relata que a universidade está criando o seu Sistema Integrado de Cultura (SIC – UFPE), o qual agilizará o ensino, a pesquisa e a produção de arte e cultura, assim como a formação de novos produtores culturais e interagindo com “outras forças criativas da sociedade [...] criando laços entre a sociedade, a ciência e a cultura, que uma instituição centenária mantém-se sempre jovem, aberta aos desafios do mundo.” (Jornal do Comercio, 06 de janeiro de 2015).

No que tange ao campo do patrimônio cultural universitário, observamos que, há alguns anos, vem sendo construído um diálogo acerca desta categoria específica, buscando uma reflexão sobre os objetos, os suportes, os tipos de conhecimento, as relações com o espaço físico e a produção universitária. Autores vêm se debruçando sobre qual o significado dos acervos, dos instrumentos, das construções edificadas que serviram e servem na elaboração do conhecimento e da experiência cultural das universidades, em seus variados campos e áreas de ensino.

¹¹Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI 2013-2027). Disponível em: <https://www.ufpe.br/proplan/images/pdf/pei13_27_.pdf>. Acesso em: 18 dez 2014.

¹² Disponível em <https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=50814:ufpe-e-cultura&catid=7&Itemid=80>. Acesso em 18 dez 2014>.

Na UFPE, por iniciativa de um grupo capitaneado pelo Departamento de Antropologia e Museologia, no ano de 2013, foram realizados dois eventos, envolvendo a temática: a Jornada do Patrimônio Cultural Universitário¹³ e o II Seminário Gestão do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia¹⁴. Contudo, ressaltamos que se trata de uma iniciativa isolada que não representa atuação da administração central da UFPE.

Conceitualmente, encontramos uma definição precisa desta categoria patrimonial oferecida pela União Europeia e utilizada pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UFPE quando destaca:

O patrimônio cultural universitário engloba todos os bens tangíveis e intangíveis ligados às instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como a produção intelectual da comunidade acadêmica composta por professores, pesquisadores, técnicos e estudantes, e todo o ambiente social e cultural que dá forma a esse patrimônio (UNIÃO EUROPEIA, 2005 apud UFPE, [201-?]).

Contribuindo para uma melhor compreensão acerca da amplitude deste acervo e de seu valor, o Patrimônio Cultural Universitário deve ser concebido como:

Uma grande fonte de riqueza acumulada, que nos remete à comunidade acadêmica de professores/pesquisadores e estudantes, seus modos de vida, valores e conquistas e sua função social, assim como os modos de transmissão do conhecimento e capacidade para a inovação (UNIÃO EUROPEIA, 2005 apud UFPE, [201-?]).

Este conjunto de valores, saberes e modo de vida que caracterizaram a existência de uma “cultura universitária”, segundo Verger apud Ribeiro (2013, p. 91) surgiu no decorrer do século XIII, período conhecido como medievo, e está “intimamente associada com a pretensão de universalidade dos saberes e com a experiência da autonomia universitária.” Posteriormente, passou-se a fomentar as ideias de divulgação e acessibilidade por parte da sociedade dos conteúdos formadores desta cultura produzida no âmbito das universidades. Mais adiante, no século XVIII, há registros da existência de museus vinculados a estas instituições,

¹³ A Jornada do Patrimônio Cultural Universitário foi realizada no Memorial de Medicina da UFPE, entre os dias 22 e 25 de outubro de 2013. O evento buscou discutir e refletir sobre a gestão do deste tipo de patrimônio e sua contribuição para a sociedade.

¹⁴ O II Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia foi realizado entre 26 e 29 de novembro do ano de 2013, no Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE.

contudo, conforme preleciona Gil (2005) apenas no século XIX é que os museus universitários passaram a se preocupar com o atendimento especializado ao público não universitário.

Outra discussão mais específica, dentro do âmbito do Patrimônio Cultural Universitário, é relacionada ao Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCCT) e sua comunicabilidade com a sociedade. Com bastante propriedade temos autores que se dedicam ao estudo dessa nova configuração patrimonial, testemunho da construção da Ciência. Sobre esta temática Granato e Lourenço (2010) atentam para a dificuldade em definir a constituição do PCCT, haja vista a correlata dificuldade em se definir ciência e tecnologia:

Os objetos mais facilmente identificados ao patrimônio cultural de C&T são os denominados instrumentos científicos, desde que fizeram parte das atividades realizadas em laboratórios científicos e de tecnologia aplicada (GRANATO; LOURENÇO, 2010, p. 88).

Segundo os autores supracitados (2010, p. 89), também se inclui nesta categoria “todos aqueles conjuntos de itens que foram utilizados em pesquisa científica ou de desenvolvimento tecnológico”, assim como [...] “as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos [...]” (GRANATO; LOURENÇO, 2010, p. 91). Concluem os autores que o patrimônio cultural tangível da Ciência e da Tecnologia está, em sua grande maioria, a ser descoberto.

Desta maneira, a salvaguarda deste patrimônio depende da sensibilização de nossos gestores e do desenvolvimento de uma política cultural contínua, por parte das Universidades, enquanto herdeiras e detentoras deste vasto acervo, prática que não é observada em boa parte das instituições de ensino superior. Neste sentido, Granato e Louvain (2013) chamam atenção para a ausência dessa consciência, haja vista o descarte e a descaracterização de boa parte desses instrumentos. Reconhecem os autores:

Não havendo, portanto, a existência de um processo consciente e sistemático de preservação dos vestígios materiais da história científica brasileira, o que pode acontecer em detrimento do desenvolvimento da própria ciência de ponta (GRANATO; LOUVAIN, 2013, p. 2).

Diante do exposto, podemos inferir que o edifício em que a antiga Escola de Engenharia de Pernambuco funcionou, até o ano de 1966, é um típico exemplar de patrimônio cultural edificado, representando a construção social e histórica do saber acadêmico e científico, e, por conseguinte, do patrimônio cultural universitário, funcionando como território de pertencimento e de narrativa de trajetórias daqueles que se dedicaram à engenharia em nosso Estado.

É importante salientar que a arquitetura sempre gozou de certa proeminência, no início da salvaguarda dos bens patrimoniais. Choay (2006, p. 12) entende que:

Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações.

Existe um movimento objetivando ressaltar a importância do resgate e função do patrimônio cultural das universidades, enquanto suporte de educação patrimonial, representado por vários debates acerca do tema. Esses debates convergem para a certeza de que esse patrimônio tem um valor simbólico, pois registra atividades e momentos internos da instituição, constituindo um conjunto de memórias de trajetórias acadêmicas.

Ribeiro (2011), ao tratar do patrimônio cultural de ciência e técnica, relata que este se trata de um acervo responsável por retratar os diversos estágios do conhecimento científico e tecnológico no Brasil, simbolizando desta forma a própria sociedade contemporânea. Este patrimônio, quando musealizado, passa a ser “ao mesmo tempo, portador da memória dos modos de conhecer e, incentivador/divulgador das novas tecnologias e do próprio conhecimento científico” (RIBEIRO, 2011, p. 126).

A autora prossegue defendendo que a salvaguarda deste patrimônio requer uma atividade “sistemática e continuada, no âmbito de uma política pública que, como qualquer atividade de gestão pública, demanda um conjunto de processos político-administrativos.” De maneira resumida, este processo consiste na identificação de problemas, numa montagem de uma agenda para deliberações, na formulação de propostas de políticas a serem implementadas, assim como na

legitimação, implementação e avaliação de políticas (DYE, 2009 apud RIBEIRO, 2011, p. 128).

Destarte, fica evidente a função das universidades no campo do patrimônio cultural, diante das demandas e dos novos conceitos relacionados a esta temática, envolvendo concepções não só do patrimônio material, como do imaterial, a responsabilidade destas instituições como detentoras de uma parte significativa desse patrimônio voltado para o ensino, assim como um espaço, um *lócus* especial onde se produz novas concepções e ressignificações acerca desta categoria patrimonial.

No que tange à iniciativa da implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco, objeto de análise desta pesquisa, ressaltamos que ela representa um importante passo na configuração do patrimônio cultural universitário e seu reconhecimento por parte da comunidade acadêmica.

Primeiramente, importa registrar que em nosso país, embora existam vários memoriais, nenhum é dedicado às engenharias, cumprindo papel pioneiro a atitude da UFPE representada pela dedicação de professores como Álvaro Camelo (Departamento de Engenharia de Minas) e Maurício Renato Moreira Pina (Departamento de Engenharia Civil), ambos ligados ao Centro de Tecnologia e Geociências, na concepção deste projeto.

O Memorial da Engenharia, segundo seu Coordenador Executivo, Professor Maurício Renato Pina Moreira, não só teria a finalidade de ser um espaço de preservação saudosista, porém, sobretudo, um ambiente para congregar, reunir os atores envolvidos e possibilitar ilações entre o passado e o futuro. O espaço também serviria para a realização de importantes debates ligados à engenharia e, neste aspecto, além de uma entidade de natureza histórica, voltada para a preservação da memória, teria um caráter de natureza cultural e educativa.

3 MEMÓRIA, IDENTIDADE, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MEMORIAL DA ENGENHARIA EM PERNAMBUCO

3.1 Patrimônio Cultural: Memória, Identidade e vetor de Educação Patrimonial

Constatamos cada vez mais a multiplicidade de instituições de memória que vem sendo criadas, principalmente nos últimos anos, materializando-se seja através de centros de memórias, de museus, de arquivos, assim como na reivindicação, por parte de alguns movimentos sociais, pela preservação dos bens culturais, enaltecendo, dentre outros valores, a sua importância no campo da memória.

Este capítulo aborda o referencial teórico-conceitual da pesquisa, buscando facilitar a compreensão de importantes conceitos relacionados com o campo do patrimônio cultural, tais como memória, identidade, educação patrimonial, memoriais, sintetizando algumas categorias alusivas com estas temáticas, mediante um breve estudo teórico-reflexivo, no qual as opiniões de diversos autores serão expostas. No entanto, esclarecemos que nossa proposta não é esgotar o assunto, mas apenas proporcionar diversas visões que contribuam para uma melhor apreensão dos processos de patrimonialização.

O Memorial da Engenharia em Pernambuco, por exemplo, é um intento que vem sendo acalentado desde o início dos anos 1980, quando o seu idealizador professor Álvaro Camelo (docente aposentado ligado ao Departamento de Engenharia de Minas da UFPE) externava, em nome de um grupo, essa preocupação e desejo em constituir um espaço de memória dedicado à Engenharia em nosso estado. Por conseguinte, estamos lidando com uma memória relacionada a uma instituição, no caso em análise, uma universidade pública, local de trajetórias de construção de conhecimento.

O direito à memória é uma garantia constitucionalmente reconhecida, conforme previsto no art. 216, *caput*, da Carta Magna de 1988, quando dispõe sobre a constituição do patrimônio cultural brasileiro, elencando os bens de natureza material e imaterial “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da

sociedade brasileira [...]” Neste aspecto particular, Fernandes (2012) ressalta que o direito à memória histórica faz parte da concepção de “cidadania cultural”, segundo a qual, “todos os homens têm o direito de ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, à sua tradição e à sua história” (FERNANDES, 2012, p. 05).

Nesta linha de raciocínio, muitas instituições, e neste caso podemos contemplar as universidades, são guardiãs de um tipo específico de memória que é a memória científica. A proeminência da preservação da memória científica se justifica quando contemplamos o conjunto de trajetórias e práticas na construção do saber das instituições dedicadas a este mister, legitimando-se, pois, segundo Martins e Figueirôa (2006):

[...] a preservação da memória científica não visa apenas proporcionar um passeio pitoresco pelo passado, ou suscitar recordações agradáveis ou nos surpreender com fatos inusitados, mas principalmente proporcionar aos seus usuários a possibilidade de com estas informações repensar o passado e refazer o presente (MARTINS; FIGUEIRÔA, 2006, p. 32).

Não se pode falar em memória de qualquer instituição prescindindo do elemento essencial que a constitui, ou seja, as pessoas. Estas, em suas práticas cotidianas, suas relações, atuações e omissões, é que justificam a existência de uma memória institucional. Neste sentido, Siqueira, Aguiar e Montenegro (1995) defendem que uma pluralidade de atores pode ser traduzida como uma “diversidade de vivências, infinidades de percepções e, portanto, multiplicidade de memórias”, mesmo que se refira “a uma mesma e única instituição” (SIQUEIRA, AGUIAR e MONTENEGRO, 1995, p. 14)

Discorrendo sobre as memórias das instituições, Mota (2011) entende que estas estão num embate frequente entre o esquecimento e a lembrança. Especificamente sobre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) relata o autor:

A Universidade Federal de Pernambuco abriga memórias presentes, passadas e futuras. Verdadeiros tesouros, sob forma de objetos, que se organizam em coleções e, depois, em acervos. Quando constituídos, eles se transformam em memórias e patrimônios comuns à instituição, podendo assumir significado especial para um

determinado indivíduo, para o seu grupo, para um curso de graduação, de pós-graduação, um laboratório, um departamento, um centro (MOTA, 2011, p. 110).

Aproximando-nos da temática da memória e fazendo ilações sobre memória e história, Le Goff (2003, p. 419) explica que a memória, enquanto propriedade de conservar certas informações, remeter-nos-ia a “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” Analisando o valor da memória, defende-a Le Goff (2003, p. 469) como um elemento essencial do que chamamos identidade, seja individual, seja coletiva, “cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

No que diz respeito à memória coletiva Le Goff (2003, p. 470) preleciona:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Os suportes de memória teriam a função de, mediante as relações que os indivíduos estabelecem com eles, mediante uma função instrumental em que informações são disponibilizadas, despertar o sentimento de pertença, a identificação cultural, o desejo de preservação, assim como de transmissão às gerações futuras.

Analisando a obra de Halbwachs (2006 apud SANTOS, 2003) afirma que o autor explana sua visão, dentro de uma ideia de memória construída socialmente, em que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, ou seja, tudo o que nós lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente, ou seja, os indivíduos só lembram de seu passado quando se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Desta forma, a memória coletiva funcionaria como elemento capaz de unificar um grupo. Para Halbwachs (2006), a memória não é apenas resultado do movimento do sujeito no ato da memorização, mas, sobretudo, reflexo da ação de diversos grupos sociais, no passado e no presente.

Continuando nossa tentativa de agrupar várias correntes afins de pensamento sobre a memória, é de grande valia a contribuição de Pollak (1992), tratando da memória da coletividade, pois, segundo sua percepção, há uma coesão social a qual pode se dar pela coerção, assim como pela adesão afetiva do grupo, reconhecendo como, um dos elementos constitutivos da memória, os lugares, ligados a uma lembrança pessoal ou, levando em consideração os aspectos públicos das pessoas, os lugares de comemoração. Para o autor a memória é socialmente construída. Segundo Pollak (1992, p. 201):

Os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

A busca pela memória como reflexo de uma verdadeira necessidade de passado, compreendendo este fenômeno como uma verdadeira ritualização, é a forma como Nora (1993) explica a profusão na construção dos espaços de memória. O autor criou o conceito de “Lugares de Memória”, identificando a memória na indicação e/ou construção destes lugares como uma espécie de ritualização em determinados espaços do que ele chama de “memória-história.” Os indivíduos na contemporaneidade, sequiosos por uma necessidade de identificação, constroem seus lugares de memória como uma resposta a toda fragmentação representada pela modernidade. Discorre Nora (1993, p. 13):

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Essa ruptura faz sentido e tem se evidenciado, principalmente, após o processo de globalização, pois a perda da identidade foi reforçada pelo que se vive atualmente na sociedade da informação, da cultura de massas e padronização dos

costumes. Segundo Nora (1993) Os “Lugares de Memória” funcionariam como uma oposição ao efeito devastador e desintegrador representado pela rapidez contemporânea, oposição fruto de nosso desejo incontido de memória.

Mediante uma memória reconstituída, o indivíduo na contemporaneidade busca, através dos lugares de memória, o reconhecimento de sua identidade e a ideia de pertencimento. Conforme explica Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. [...] Só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] (NORA, 1993, p. 13- 21).

Melhor explicitando o conceito de Lugares de Memória, Le Goff (2003) cita:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem a memória. (NORA, 1993 apud LE GOFF, 2003, p. 467).

Enriquecendo a discussão sobre a temática e propondo relacioná-la com os processos de patrimonialização, Hartog (2006) afirma ter havido uma mudança de regimes, uma vez que saímos de um regime de história-memória e passamos para um regime de história-patrimônio. Seguindo este viés de entendimento, afirma o autor que o patrimônio está relacionado à ideia de território e de memória, os quais operam como vetores da identidade. Na visão deste autor, todo esse movimento de patrimonialização representa “um sinal de ruptura” entre um presente e um passado, pois “o patrimônio jamais de nutriu da continuidade”, representando ele a “crise do presentismo.”

A respeito das palavras memória e patrimônio, esclarece Hartog (2006, p. 205):

Muito solicitadas, abundantemente comentadas e declinadas de múltiplas formas, estas palavras-chave não serão mais desdobradas, aqui por elas mesmas, mas tratadas unicamente como indícios, sintomas também de nossa relação com o tempo – formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo: como testemunham as incertezas ou uma crise da ordem presente do tempo.

Dias (2006), acerca da relação entre patrimônio e memória, concebe este como uma parte visível da memória coletiva de uma sociedade, como uma história materializada em objetos e em ações significativas, configuradas em símbolos representativos da realidade atual dos processos socioculturais e sua relação com o passado, que se dá de forma contínua.

Montenegro (2007, p. 19) reconhece que a memória coletiva goza de uma dimensão individual ou singular, resultado de uma elaboração subjetiva. Logo, a memória coletiva de um grupo vai representar determinados fatos, acontecimentos e situações, contudo de forma reelaborada constantemente, visto que essas transformações são operadas tanto pelo grupo, como pelo indivíduo. Desta forma, as influências das “motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro.”

Segundo Montenegro (2007, p. 19- 20):

Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da relação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou indivíduo, formando todo um imaginário que se constitui em uma referência permanente de futuro.

Neste trabalho estamos tratando de um Memorial dedicado à Engenharia que está sendo implantado num edifício, em que por anos funcionou a Escola de Engenharia de Pernambuco, ou seja, um exemplar do patrimônio cultural edificado e seu papel enquanto suporte da memória coletiva que contribuiu na construção e no desenvolvimento da ciência e da técnica em nossa região.

Mesentier (2005, p. 168 e 169) explica que o patrimônio cultural edificado deve ser pensando enquanto suporte da memória social; esta se constrói ao longo de muitas gerações de indivíduos mergulhados em relações determinadas por estruturas sociais. Contudo, os suportes da memória não são a memória, haja vista

esta ser imaterial, atributo de uma consciência social. Logo, os suportes de memória funcionariam como mediadores e instrumentos objetos da ação dos atores políticos.

Analisando a questão do patrimônio, aduz Mesentier (2005, p. 169 e 170), que não apenas a seleção desses suportes será fundamental, enquanto elo na construção da memória, mediante o instituto do tombamento: “ocorre também no restauro e na gestão e, portanto, pela formação das políticas públicas que condicionem a gestão destes suportes.” Mais adiante, afirma o autor:

Pode-se dizer, portanto, que a memória dá o sentido de trajetória a identidade cultural, informando ao proprietário daquela identidade o seu lugar num sistema social que o engloba. A memória dá o sentido de história à identidade social. [...] Então quando admitimos que estes processos de construção envolvem ao mesmo tempo retórica e possibilidade de autoconhecimento, a presença do suporte material constitui uma base de referência importante enquanto testemunhos da trajetória histórica dos atores sociais (MESENTIER, 2005, p. 171).

Na compreensão dos processos de memória, vale à pena trazer a opinião de Santos (2002, p. 143), do que a autora denomina de “o mundo da amnésia coletiva” aquele onde a competitividade, racionalidade e informatização substituem sentimentos, práticas coletivas e vínculos interpessoais presentes em antigas comunidades. Ressalta a autora, a despeito de toda essa discussão:

A memória não se reduz à reconstrução do passado no presente ou às determinações do passado sobre o presente, e sim na sua diversidade - percepção, manutenção, reconstrução e aprendizado em relação ao passado - ela pode significar tanto controle quanto emancipação (SANTOS, 2002, p. 143).

Destarte, dentro desta linha de raciocínio podemos identificar a implantação do Memorial da Engenharia como essa “necessidade de ritualização” apontada na obra de Nora (1993). Como equipamento cultural o Memorial pode desempenhar um papel importante, enquanto vetor de comunicação às gerações futuras, do legado representado pelo Patrimônio Cultural Universitário de Ciência e Tecnologia, personificando um canal materializado, através do qual se pode transmitir as narrativas da memória coletiva dos docentes, alunos e demais atores sociais envolvidos na construção do conhecimento da engenharia em nossa região.

Rocha e Eckert (2007), falando da experiência vivenciada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), explicam que o patrimônio edificado que existe no campus representa “parte da construção social e histórica dos saberes técnicos e científicos” responsáveis pela construção do próprio patrimônio edificado local, que possibilita o conhecimento da própria cidade. Assim, o processo de conhecimento da história da cidade universitária proporciona o enraizamento, enquanto território de pertencimentos e a “consciência de autoria em uma cidade histórica, que abriga sua memória coletiva” (ROCHA e ECKERT, 2007, p. 352).

Para os autores, as memórias coletivas são negociadas e esta postura nos auxiliaria a melhor apreensão do sentido da preservação, assim como da valorização dos bens culturais e patrimoniais, pois constituiria um equívoco concebermos estas memórias apenas como “mero território de reativação de tradições perdidas e nostalgias do passado” (ROCHA e ECKERT, 2007, p. 359).

Outro aspecto relacionado com o campo do patrimônio e sua legitimação é a identidade, pois esta implica num sentimento de pertença a um determinado grupo (seja étnico, religioso, cultural) e este pode se materializar ao erigir-se determinado local, objeto, manifestação como representativo desta identidade. Um grupo que busca erigir um espaço de memória também busca um reconhecimento identitário e isso tem constituído um fenômeno cada vez mais presente em nossa sociedade.

Apontando o mal estar da pós-modernidade no contexto do processo de globalização, Bauman (2005) ao tratar o tema, diagnostica existir uma dificuldade na manutenção de uma identidade cultural, trabalhando o conceito de identidade como um conjunto de peças de montar incompleto ou infinito. Assim para mantermos a nossa “liberdade de escolha” nós nunca queremos finalizá-lo e fechá-lo para outras possibilidades de montagens (BAUMAN, 2005, p. 54).

Abordando as motivações do porquê de sermos seduzidos pela memória, Huyssen (2000) justifica que para muitos a fixação pelo passado é um produto do nosso mal-estar diante de uma sobrecarga de informações. O mundo estaria sendo musealizado, devido à recordação total, fruto do que o autor intitula de “passados presentes” que remete à crise da estrutura de temporalidade que vivenciamos e faz com que desenvolvamos uma cultura memorialista.

Nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto (HUYSSSEN, 2000, p. 32).

Entendendo identidade como processo de construção de significado que tem por base um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, Castells (2008, p. 22) defende que “identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções.” A respeito da identidade coletiva, o autor pondera que para que e para quem se dá a construção desta são questões determinantes do conteúdo simbólico desta identidade (CASTELLS, 2008, p. 23).

Dentro de uma perspectiva antropológica, Kuper (2002) entende que a identidade para ser criada e vivida no mundo necessita de diálogo com outros, pois numa perspectiva subjetiva, a identidade, apesar de ser descoberta dentro da própria pessoa, acarreta também identidades com os outros.

[...] O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade (por exemplo, uma nação, uma minoria étnica, uma classe social, um movimento político ou religioso). (KUPER, 2002, p. 296).

A identidade na pós-modernidade está em crise, na opinião de Hall (2005), e este processo leva a um “deslocamento ou descentração do sujeito”, o qual está se fragmentando, visto que a identidade era uma das referências que dava aos indivíduos certa estabilidade no mundo social. Logo, a velha concepção de uma identidade unificada e estável não mais procede, constatando-se que hoje o indivíduo se depara com várias identidades “algumas vezes contraditórias e não-resolvidas” (HALL, 2005, p. 7).

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2005, p. 12).

Relacionando a temática da identidade com o patrimônio, Dias (2006) intitula de:

‘representações simbólicas da identidade’ a significância que cada conjunto patrimonial tem para determinados grupos. A identificação cultural com os objetos e os bens culturais se dá em termos de ‘continuidade histórica, por representarem um passado ao qual associam o presente’ (DIAS, 2006, p. 87).

Conectando o tema da identidade com a instituição dos memoriais, Vieira (2001) aduz que um memorial tem como objeto de estudo “sujeitos”, em seu caráter individual e sua identidade coletiva, e que essas identidades podem configurar comunidades. A respeito das identidades coletivas, a autora afirma que “estas possuem um fundamento factual que é comungado entre seus membros e passa a ser reconhecido como valor cultural pela sociedade” (VIEIRA, 2001, p. 1).

Os bens culturais como valores simbólicos que se referem a uma identidade coletiva, “cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado ou o município)” quando selecionados por uma instituição estatal, é como Fonseca (2005, p. 42) entende a relação entre patrimônio e identidade. Por outro lado, Tedesco (2004) aponta as memórias coletivas como plurais, pois sendo a sociedade formada por diversos grupos, a depender do poder destes grupos e do contexto, tem-se várias explicações plausíveis para um mesmo fato ou processo da realidade.

Observando as implicações no campo da memória e das responsabilidades sociais, afirma Tedesco (2004, p. 64):

[...] Um indivíduo que perde o sentido da relação com o próprio passado perde também um elemento fundante de sua identidade, ou seja, a capacidade de perceber sua própria continuidade, de se reconhecer como “mesmo” no decorrer do tempo. Sem essa percepção não pode haver responsabilidade.

A preservação de elementos do passado, enquanto uma tentativa de garantir a continuidade e a afirmação identitária dos sujeitos, é uma premência da memória e o autor defende a sua compreensão como “um conjunto dinâmico” e não como algo estático, pois busca “reinterpretar e renovar os sentidos” (TEDESCO, 2004, p. 59). Por conseguinte, essa memória pretendida pelos sujeitos não é estanque, pelo contrário, ela é dinâmica e se transforma permanentemente, objeto de reinterpretações e reformulações; sua busca reflete a busca dos sujeitos por uma

afirmação identitária e pelo desejo de continuidade, por isso a preservação dos elementos do passado. Tedesco, relacionando as temáticas memória e patrimônio, afirma que a memória patrimonial funciona como uma tentativa que ora legitima, ora deslegitima este processo (?). Segundo Tedesco (2004, p. 75):

É por isso que a memória patrimonial passou a ser entendida e relacionada com a seleção e atribuição de determinados valores, que passam a se tornar representação social e histórica, ou seja, uma relação estabelecida entre um objeto material/simbólico ou imagem presente e algo ausente.

Mais adiante, reconhecendo o caráter simbólico e a premência pela memória por parte dos indivíduos na atualidade, acrescenta Tedesco (2004, p. 92-93):

O indivíduo necessita de referências, de representações sociais do tempo, de testemunhos, de discurso coletivo que o sustente, memórias e experiências de outros, de influência social, de narrações, de símbolos compreensíveis e códigos de percepção comum para poder se guiar no tempo e no espaço e para constituir categorias comuns que consentem conhecer e comunicar tempos passados, recordações de singulares e grupais formas de memória da mesma.

Fazendo um contraponto, dentro de uma visão museológica da memória, Chagas (2013) analisa o tema pela sua relação com o exercício do poder, uma vez que patrimônio também é eleição e, geralmente, as classes mais abastardas e prestigiadas socialmente, por um longo tempo detiveram esta prerrogativa. Contudo, centraliza sua crítica na visão que muitos alimentam de que a memória está repousando à espera de um libertador, explicando que deveríamos entendê-la dentro de uma dimensão relacional. Desta forma:

Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições.

[...] preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória. A memória não está aprisionada nas coisas aguardando um herói libertador, ela situa-se na relação entre o sujeito e o objeto de memorização (CHAGAS, 2013).

Dialogando as temáticas memória e poder, Lemos (2010, p. 23) relata que historicamente foram guardados os objetos e as construções das classes poderosas e que a preservação desses bens diferenciados podem levar a uma visão distorcida sobre a memória coletiva.

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântico ou saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista. Vive-se do passado, das glórias dos outros tempos. A preservação de bens culturais para ela constitui a obrigação de manter viva a memória dos avós (LEMOS, 2010, p. 31).

Igualmente colaborando no trato da questão do patrimônio cultural, enquanto campo de lutas, estando as políticas de preservação dentro de uma dimensão de conflitos e negociações entre vários e diferentes segmentos e grupos sociais, os quais atuarão na definição de critérios de seleção, valoração e proteção dos bens culturais, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) explicam:

Esse quadro acaba por originar um desequilíbrio da representatividade em termos da origem étnica, social e cultural, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como Patrimônio Cultural Nacional. Nesse sentido, é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 23).

Diante do exposto, entendemos que a memória também é um objeto de disputas entre indivíduos, grupos e classes sociais, logo decidir sobre o que merece ou não ser lembrado é um reflexo destas tensões, pois tanto a memória como o esquecimento é reflexo de lutas e hegemonias, o que termina por se reproduzir nos processos de patrimonialização.

Outra discussão pertinente ao campo da memória, até porque estamos tratando de um Memorial ligado a uma instituição pública, é a questão da memória institucional. As organizações e instituições também seriam fontes produtoras de um tipo específico de memória, relacionada com a reconstrução de fatos e acontecimentos que foram significativos da trajetória e experiências destes entes.

No entendimento de Barbosa (2010) essas experiências e trajetórias serão selecionadas e (re)organizadas com o objetivo de estimular o processo de (re)construção de uma identidade comum com os seus respectivos públicos de interesse.

Como em todo processo de escolha e de seleção, constituirá a memória da organização aquilo que foi relevante para ela e ela estará impregnada de sua cultura. Ela é uma narrativa entre as múltiplas narrativas possíveis dentro do contexto organizacional e sua construção necessita ser alicerçada naquilo que foi ou é considerado relevante para cada indivíduo, para o grupo ou para a organização (BARBOSA, 2010, p. 8).

Uma Universidade, um sindicato, uma associação, um grupo religioso, empresas privadas e outras agremiações funcionam como instituições que são partes integrantes da sociedade e geram informações e vivências que constituirão o corpo de sua memória e de sua cultura institucional. Por cultura institucional ou organizacional entenda-se um fato ou um conjunto de fatos que colaboram na formação da sua identidade, assim como valores que influenciam no comportamento das pessoas que se identificam com a respectiva instituição. A força e a legitimação desta cultura vêm das crenças e dos valores que são compartilhados pelos membros de uma mesma instituição. Com mais propriedade Fleury citando Schein (1996, p. 20) define cultura organizacional como:

[...] cultura organizacional é o conjunto de pressupostos básicos (básics sumptions) que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao apreender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir, em relação a esses problemas.

Com efeito, não há como falarmos em identidade institucional, cultura organizacional, assim como patrimônio e memória se olvidarmos o elemento poder que permeia todas as instituições e as relações que seus membros desenvolvem em seu meio. Assim, dentro de uma ótica voltada para a cultura organizacional e poder, Bertero (1996, p. 38) trata do assunto com a seguinte visão:

O poder não pode deixar de ser enfatizado em seu aspecto mantenedor, fiador e homologador da cultura da organização. Há no poder, portanto, um elemento estático ou preservador que também leva ao controle. Organizações são também agentes controladores, tanto internos, sobre os membros da organização, como externos, atuando no meio ambiente organizacional relevante.

A influência da cultura organizacional se verifica até mesmo nos ambientes mais burocráticos, e podemos adaptar esta realidade para as instituições públicas, constatando-a, inclusive, nas universidades. Saraiva (2002) acrescenta:

A cultura organizacional burocrática caracteriza-se por ser um tipo de cultura hierarquizada, onde existem linhas claras de responsabilidade e autoridade, sendo que o trabalho é organizado e sistemático. As dimensões de uma organização burocrática são também entendidas como expressões de poder e ideologias, à medida que os modos de organização e de operacionalização servem de instrumentos para os grupos obterem o poder e nele se manterem (SARAIVA, 2002, p. 192).

Por fim, ressaltamos que o breve estudo teórico-reflexivo proposto neste capítulo teve por objetivo revelar aspectos importantes relacionados com os campos da memória, da identidade e do patrimônio sob a perspectiva de melhor apreendermos por qual motivo indivíduos e grupos buscam cada vez mais se referenciar pelos lugares de memória, enquanto repositório de identidades coletivas. Entretanto, é de bom alvitre deixar claro que toda essa discussão, acerca principalmente da preservação do patrimônio cultural, seria inválida se não levarmos em conta a temática da educação como condição indispensável neste processo.

Relacionar a educação com as temáticas da memória e do patrimônio cultural e a premência de sua preservação é imprescindível à pesquisa, partindo do pressuposto de que o reconhecimento dos bens culturais (dentre eles dos lugares de memória) é condição primária para o desenvolvimento de qualquer relação cultural que possa fortalecer a identidade de um indivíduo ou de um grupo com um determinado espaço ou lugar, a partir de elementos comuns.

Compreendemos a temática da educação, enquanto instrumento de ação, objetivando o despertar de uma consciência crítica, premissa para a identificação cultural, o reconhecimento do sentimento de pertença, a valorização do patrimônio e a responsabilidade com a sua salvaguarda. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, prevê em seu art.1º:

A educação abrange os processos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e **nas manifestações culturais** (BRASIL, 1996, não paginado, grifo nosso).

Era o que Paulo Freire chamava de “alfabetização cultural”, como processo de capacitação do educando:

A criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois. Desta forma, as relações entre os seres humanos e o mundo são em si históricas, como históricos são os seres humanos, que não apenas fazem a história deste mútuo fazer mas, conseqüentemente, contam a história deste mútuo fazer (FREIRE, 2003, p. 81).

Nesta perspectiva, reputamos importante abordar aspectos teóricos relacionados com o tema da educação patrimonial, como requisito para o debate acerca da preservação do patrimônio cultural, no caso específico, o patrimônio cultural universitário.

O IPHAN concebe a educação patrimonial como:

Todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. (IPHAN, [201-?], não paginado).

Alguns lugares podem funcionar como instrumentos para este processo educativo, uma vez que possuem um significado especial para a comunidade em que estão inseridos, um valor simbólico tendo em vista a trajetória histórica que representam em um determinado contexto. É o caso da antiga Escola de Engenharia, local em que está sendo implantado o Memorial da Engenharia em Pernambuco, suporte edificado da memória institucional e patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco.

Segundo Saballa (2007, p. 24) “os lugares são construções e suportes da memória na medida em que os homens, com eles, estabelecem relações culturais”,

e com base nessa premissa, mediante o estabelecimento da relação com o passado, as lembranças fazem com que importâncias e valores sejam ressignificados. A apropriação do patrimônio é consequência do empoderamento proporcionado pela identificação e a educação patrimonial pode atuar como vetor capaz de sensibilizar, através de uma relação afetiva, os agentes envolvidos com o bem cultural em análise.

Considerando os lugares de memória como suportes e trabalhando a ideia de pertença, Saballa (2007, p. 24-25) argumenta:

A noção de pertença leva à mobilização, concebendo o sentido da participação e integração pelo elaborado e projetado na coletividade, pelo valor partilhado, restabelecendo assim, o passado através dos objetos pertencentes ao seu universo, percebendo-se sujeitos da História. Como agentes transformadores elegem os patrimônios que tenham sentido para o conjunto e buscam o sentido coletivo do reconhecimento da similitude.

Esse traço identificatório comum é um elo que fortalece a noção de pertencimento, despertando a consciência para a necessidade da preservação do patrimônio cultural. Por conseguinte, verifica-se que a educação patrimonial vem despertando cada vez mais interesse teórico e prático, no processo de preservação das práticas culturais e instrumentos de identificação.

Segundo Casco (2006), as ações educativas podem contribuir na formação de sujeitos livres, empoderados de sua cidadania, interagindo na dimensão coletiva de que fazem parte “autônomos e sabedores dos seus direitos e deveres.” Acerca da relevância de uma política patrimonial voltada para a educação, afirma:

Por sua vez, a elaboração de diretrizes para definição de uma política de patrimônio voltada para a educação, assim como uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória, cuja responsabilidade é efetivamente do Estado através de seus distintos ministérios e instituições, deve considerar os diferentes universos como o da educação formal, o dos espaços culturais como os museus, assim como o vasto território das iniciativas empreendidas pela sociedade, com as liberdades e restrições que cada espaço impõe e aceita (CASCO, 2006, p. 2).

A educação patrimonial e sua abordagem preservacionista só lograrão êxito se o patrimônio cultural for conhecido pela comunidade. Sem este conhecimento

prévio, não há como o mesmo ser reivindicado e resguardado. Isto constitui um desafio, pois sabemos das dificuldades e, até mesmo da inexistência, de uma política cultural contínua em muitas instituições, verificando-se apenas ações pontuais neste sentido.

Os sujeitos, em seus espaços, sabem quem são e se valorizam mediante suas constituições simbólicas, explica Melo (2010, p. 8):

Hoje se entende que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais do patrimônio cultural, legados de gerações anteriores, são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente. E permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

A fragmentação da identidade cultural dentro de uma cultura de massas, num contexto de crise gerado pelo mal-estar da pós-modernidade, talvez seja a resposta para toda essa busca pela memória e de seus lugares representativos e do discurso defensor da ideia preservacionista. Maia (2003, p. 3) afirma ser a educação patrimonial “um processo que conduz o homem ao entendimento do mundo em que está inserido, elevando sua auto-estima e à conseqüente valorização de sua cultura.”

Corroborando este entendimento Rocha e Eckert (2007) quando elucidam que, o debate das políticas culturais na área da preservação patrimonial vem ocupando lugar de destaque nas agendas das instituições culturais, devido ao “processo violento de destruição e de transformação da trama espacial urbana” (ROCHA; ECKERT, 2007, p. 348). Entretanto, o território de pertencimento e a memória coletiva não têm apenas o objetivo de tornarem-se repositórios de saudosismo inerte. O contato e o conhecimento com o patrimônio cultural levam o indivíduo a fazer ilações, reflexões e questionamentos acerca do presente e do futuro, conquanto atores em diálogo que buscam ressignificar o próprio conhecimento em suas práticas cotidianas.

Preservar e valorizar bens culturais e patrimoniais só tem sentido se pensarmos em tais bens no corpo de memórias coletivas negociadas e não a concebemos como mero território de reativação de tradições

perdidas e da nostalgia do passado (ROCHA; ECKERT, 2007, p. 359).

O patrimônio cultural universitário, representado pelo Memorial da Engenharia, funcionaria como suporte de memória e transmitiria informações sobre como se deu a construção dos saberes técnicos e científicos em nossa região, no campo da engenharia. O pleno funcionamento deste equipamento cultural, mediante as ações propostas em seu arcabouço institucional, funcionaria como um vetor na educação patrimonial daqueles que usufruírem das atividades propostas por esse espaço.

Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 13) a educação patrimonial é “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” Para as autoras, o conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio por parte das comunidades fortaleceria os sentimentos de identidade e cidadania, levando naturalmente ao processo de preservação sustentável destes bens. Os objetos constituintes do patrimônio cultural são capazes de se comunicar, de forma simbólica, é o que chamamos de comunicabilidade do patrimônio cultural.

O patrimônio se comunica e é objeto de interpretação e, segundo Pérez (2009), este processo se dá pela informação que é oferecida e tem papel relevante nos processos de patrimonialização. O autor afirma que o uso social do patrimônio é um instrumento de desenvolvimento integral, e nesse contexto a interpretação oferece a oportunidade de realizarmos leituras e opções para o seu uso ativo, assim como a capacidade de “promover a apropriação e utilização do mesmo com finalidades culturais, educativas, sociais e turísticas” (PÉREZ, 2009, p. 224).

Contribuindo com a temática da interpretação do patrimônio cultural, Murta e Goodney (2002) entendem-na como uma arte de comunicar, ou melhor, como um processo que acrescentará “valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar” (MURTA; GOODNEY, 2002, p. 13). É algo que envolve muito mais que informar, trabalhando também a ideia, de revelar significados, provocar emoções, estimular curiosidade, entreter e inspirar novas atitudes no visitante.

Entretanto, existem opiniões divergentes que criticam essa visão redentora sobre a educação patrimonial. É o caso de Silveira e Bezerra (2007) quando afirmam que essa perspectiva conscientizadora termina por desconsiderar a visão de mundo das pessoas envolvidas no processo, pois estas são tomadas como “pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas mentes obtusas” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 87-88). Numa outra ótica, os autores defendem que esta perspectiva conscientizadora seja substituída por um processo de sensibilização, como forma de fomentar a participação crítica dos sujeitos e grupos em relação ao valor da paisagem patrimonial de que são detentores.

A identificação social com o patrimônio que se reivindica é um requisito para que haja qualquer tipo de envolvimento com os bens culturais. Discorrendo sobre a participação social e a preservação do patrimônio cultural, Zanirato (2009), ao tratar dos objetos e estruturas que detém valor histórico, cultural e artístico e sua relação com um grupo social, dispõe:

Os elementos culturais são conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam. Neles se incluem objetos e estruturas dotadas de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social que podem ser materiais ou imateriais. Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas de valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social (ZANIRATO, 2009, p. 137-138).

Para tanto, em contrapartida, as pessoas deveriam ser estimuladas a ter uma compreensão acerca dos “usos sociais do patrimônio”, ou seja, “aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram sua identidade” (ZANIRATO, 2009, p. 139). Sem essa identificação social, fica comprometido o reconhecimento, assim como qualquer ideia de pertencimento e envolvimento de uma comunidade em relação aos bens culturais que, teoricamente, a representaria.

Zanirato (2009) aborda a premência do investimento em educação patrimonial como mecanismo que possibilitará a sociedade civil (mediante a capacitação dos sujeitos que devem compor os órgãos consultivos e deliberativos que atuam na gestão do patrimônio cultural), a empoderar-se e mobilizar-se em defesa do

patrimônio cultural que lhe representa, ou seja, enquanto mecanismo que contribuiria numa melhor governança, considerada pela autora como “o poder social que media as relações entre o Estado e a sociedade civil” (ZANIRATO, 2009, p. 146).

A criação de um lugar de memória como é o Memorial da Engenharia em Pernambuco, com uma concepção de centro dinâmico que proporcionará ações voltadas para a educação e a informação demonstra que este equipamento cultural pode estabelecer um diálogo não apenas entre o presente e o passado, mas promover ilações com o futuro, um dos objetivos que deve ser perseguido, até para que ele cumpra a sua função social e consiga estabelecer uma comunicação com a comunidade acadêmica, enquanto exemplar do patrimônio edificado universitário.

3.2 O que são Memoriais?

Depois de trabalharmos conceitos no campo da memória, da identidade e do patrimônio cultural, neste ponto nosso objetivo é nos aproximarmos mais especificamente do conceito de memoriais e o que lhes assemelham ou diferenciam de outros espaços também dedicados ao campo da memória e da cultura. Constatamos que, cada vez mais, vem se multiplicando equipamentos com essa nomenclatura, principalmente no âmbito das instituições públicas, aqui em Pernambuco, por exemplo, temos o Memorial da Medicina em Pernambuco, o Memorial Denis Bernardes (UFPE), o Memorial da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Memorial da Justiça (vinculado ao Tribunal de Justiça do estado) e o Memorial da Justiça do Trabalho, dentre outros.

Memorial pode ser definido como “aquilo que ajuda a lembrar” (BARCELLOS, 2002), ideia relacionada com o conceito de memória. Sobre a similitude entre as ideias de museu e memorial, na opinião de Axt (2004) é de pouca consistência a distinção entre eles, embora o autor reconheça que algumas instituições optaram por denominar estes espaços por “memoriais” ao invés de “museus”, com o intuito de “destacar a origem e o foco institucional deste espaço ao mesmo tempo em que pretendiam distinguir-se de iniciativas mais tradicionais” (AXT, 2004, p. 27). Segundo este autor, os memoriais seriam espécies de museus que privilegiam a origem e a

temática institucional, uma memória específica de um determinado grupo ou de uma determinada instituição. Entretanto, convém ressaltarmos que existem outras alternativas de memoriais, como aqueles dedicados a personalidades específicas, por exemplo.

Percebendo a mesma dificuldade conceitual sobre os memoriais, Barcellos (2002, p. 8) explica que museus e memoriais significam a mesma coisa e indica como característica dos memoriais, o fato de funcionarem como grandes centros culturais, destacando o seu “perfil agregativo”, visto que conseguem reunir em si várias funções: museu, centro cultural, centro de convenções, etc. Ressalta que o caminho para a constituição de um memorial passa pelo arranjo e rearranjo de poder no interior da própria instituição com os demais setores e atores envolvidos, por isso, geralmente, tem parcerias com outras instituições.

Contudo, tal perspectiva em diferenciar totalmente memoriais de museus não se sustenta e talvez, a compreensão equivocada que algumas pessoas nutrem na diferenciação total destes espaços, repousa no fato de conceberem os museus por um viés estritamente tradicional. Existem, atualmente, várias iniciativas que demonstram que estes equipamentos (museus) conseguem sim dialogar com a contemporaneidade.

Trazendo uma visão dinâmica e contemporânea sobre os museus, Oliveira (2008) explica que este espaço hoje pode ser apreendido como espaço de lazer, de cultura, de consumo e da estetização do cotidiano. “Entra-se nele não só para ver os objetos, mas para tocá-los, para ouvir os sons, para se expor à experiência que explora o mundo fantástico das sensações”, haja vista que estes equipamentos não só se adequaram aos novos tempos, como também mudaram até mesmo a forma de apresentar seus acervos (OLIVEIRA, 2008, p. 147). A autora afirma que os museus, tanto ontem como hoje, são espaços privilegiados de poder e memória; “o exercício do poder constitui lugares de memória que, por sua vez, passam a ser dotados de poder” (OLIVEIRA, 2008, p. 146).

Facilitando o entendimento sobre a definição de museus, não podemos olvidar o conceito previsto no Estatuto próprio, a Lei nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus), que dispõe no artigo 1º:

Consideram-se museus, para os efeitos dessa lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, não paginado).

Este conceito não é muito diferente do que foi formulado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM)¹⁵, em 2007, apenas este faz uma referência mais direta ao patrimônio material e imaterial da humanidade. Para o ICOM:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64).

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) ressalta:

O museu é o lugar em que sensações, ideia e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha (IBRAM, [201-?], não paginado).

Trazendo uma abordagem museológica para o campo da memória e da ideia de pertencimento, Scheiner (2012, p. 27) chama a atenção para o que chama de uma “nova percepção do patrimônio”:

Museus podem articular experiências que, efetivamente, levem a percepções mais abrangentes e críticas das realidades vivenciadas pelos grupos sociais, desenvolvendo iniciativas onde se articulem atores de diferentes matrizes socioculturais e campos do conhecimento, com o objetivo comum – valorizar as referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo real.

¹⁵O Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi fundado em 1946 e seu comitê no Brasil foi fundado em 1948. Também contamos com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado pela Lei nº 11.906/2009, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura e que sucedeu o IPHAN, nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

Dentro desta abordagem conceitual, a presente pesquisa optou por entender que entre memorial e museu existe sim uma comunicação e nesta linha teórica se pautou o trabalho, em que pese algumas divergências apresentadas pelos autores indicados e a escassez bibliográfica sobre o assunto. Nesta linha de raciocínio, o memorial pode ser apreendido como um equipamento que tem por finalidade promover um diálogo cultural com a comunidade em que está inserido e está relacionado a uma determinada memória institucional.

O memorial tem também uma função social, tanto numa perspectiva interna, como externa, ou seja, com o entorno comunitário, enquanto um fórum de reflexão sobre a instituição que está sendo trabalhada, levando em consideração o sentido social da identidade institucional que o legitima. Na opinião de Axt (2012, p. 87)

[...] o memorial também presta uma contribuição indireta porque, ao receber visitas e promover toda uma agenda cultural, mostra para a sociedade que o patrimônio não é um problema, mas sim a solução, capaz de agregar valores e captar retornos significativos.

Metodologicamente, devido a pouca bibliografia disponível sobre a temática, vamos seguir uma linha comparativa, agregando elementos da museologia e trabalhando-os no campo dos memoriais. Como estamos lidando com a análise de um equipamento cultural no seio de uma Universidade, relacioná-lo com a função social desta e seus fins institucionais é importante, pois na opinião de Gil (2005, p. 46) “um museu universitário poderá (darei mesmo, deverá) constituir uma janela através da qual, a Universidade se abre à comunidade onde se insere.”

A partir dos referenciais expostos relacionados com museus e memoriais, passaremos à elucidação do que venha a ser um centro cultural, uma vez que o Estatuto do Memorial da Engenharia em Pernambuco (Anexo B) contempla em seu arcabouço institucional funcionar também como um Centro de Cultura. Como definir este tipo de equipamento e quais as suas peculiaridades? Identificar diferenças e similitudes entre o que seriam um memorial, um museu e um centro cultural, de forma a melhor apreendermos as finalidades destes espaços, é uma questão relevante para compreensão do tema.

Para Ramos (2007, p. 03) os centros culturais são “instituições criadas para se produzir, elaborar e disseminar práticas culturais e bens simbólicos”, funcionando

como locais privilegiados para práticas informacionais que dão subsídios às ações culturais. Contribuindo com esse raciocínio, explica Milanesi (1991, p. 32) que um Centro Cultural só cumpre o seu mister quando funciona como um prolongamento do cotidiano e do imaginário das pessoas, mediante a familiaridade do conhecido, pois, do contrário, se transformará num prédio estranho. Neste sentido, verifica-se que estas propostas também são contempladas pelos museus e memoriais, o que demonstra como são tênues as diferenças entre esses espaços.

Contudo é importante destacar que a constituição desses espaços nem sempre cumpre o seu objetivo. Neste sentido, Milanesi (1991, p. 52) levanta algumas críticas pertinentes, verificáveis em muitos projetos de centros culturais que não lograram êxito no Brasil, ou que se encontram em situação precária, apontando como fatores a descontinuidade administrativa aliada à ideia equivocada de que cultura é uma atividade supérflua, não sendo priorizada pelos gestores quando do repasse de verbas públicas. O autor também chama atenção para outro grande equívoco na concepção de um centro de cultura: o perigo de tratarem o prédio como “uma extensão narcísica dos políticos e administradores”, uma vez que se não houver uma ação participativa que envolva a coletividade, corre-se o risco do centro se transformar num “monumento mudo” (MILANESI, 1991, p. 56). Um centro cultural só teria sentido na ação que oferecer, pois muitos “como prédio persistem; como ação vacilam.”

Se a ação cultural cria a inquietação e o desejo do conhecimento, e este, satisfeito, pode suscitar outros, torna-se fundamental que o abastecimento seja contínuo. Não se age apenas a partir da percepção da realidade (que sempre passa pelo crivo da ideologia) e dos estímulos que os resíduos da memória provocam. É necessário ter acesso a diversas interpretações da realidade tanto a partir das discussões como através de leituras múltiplas (MILANESI, 1991, p. 138).

Informar, discutir e criar são os três verbos propositivos de um centro de cultura, na opinião de Milanesi (1991, p. 141). A informação seria representada pelos processos e procedimentos que servem como caminho para o público ter acesso às informações. Neste sentido, o acervo do respectivo espaço deve oferecer possibilidades de criar canais dialógicos com a proposta cultural que é oferecida. A discussão consiste em se criar oportunidades de reflexão e crítica, perspectivas que

podem ser concretizadas mediante a realização de debates, seminários, simpósios, jornadas, congressos, etc. Quanto à criação, esta deve ser permanente, pois, segundo o autor, é ela que dá sentido à informação e à discussão (MILANESI, 1991, p. 147-149).

Realizando uma abordagem histórica sobre os centros de cultura, Coelho (1986, p. 35) explica terem sido, na Inglaterra do Século XIX, erigidos os primeiros Centros de Cultura com uma roupagem mais parecida com os da contemporaneidade. Contudo, foi na França, em meados do Século XX, onde surgiu o embrião do que hoje entendemos como ação cultural, pois lá os centros culturais foram implantados à época sob a perspectiva de oferecer opções de lazer para atender aos operários, mediante a construção de quadras esportivas e áreas de convivência, ideia fomentada pelas indústrias e empresas francesas. O *Centre Nationale d'Arte et Culture Georges Pompidou*, inaugurado em 1977, foi um modelo de centro cultural que influenciou a criação de congêneres em outros países.

O fazer cultural está relacionado com o ambiente e a realidade em que os indivíduos estão imersos e, nesta perspectiva, um centro cultural deve atender às demandas da comunidade para qual está voltado. No caso de um memorial universitário, estamos tratando de uma comunidade acadêmica, um segmento que busca se legitimar na produção da ciência, do conhecimento e na estruturação da sua identidade.

Concebendo os centros culturais como instituições voltadas para a produção, elaboração e disseminação de práticas culturais e bens simbólicos, Neves (2013, p. 2) aponta, de maneira pertinente, que deve haver uma relação entre o centro cultural e a realidade local, pois não se faz cultura sem vínculos e distante dos grupos sociais e/ou a comunidade em que o centro está inserido.

Desta forma, o Memorial da Engenharia em Pernambuco¹⁶ deverá adaptar os conceitos de centro cultural e de museu para sua realidade acadêmica, enquanto espaços destinados à informação, divulgação, trabalhando cultura e conhecimento. Suas ações culturais devem ser voltadas para o debate, a realização de seminários,

¹⁶ Maiores informações sobre os objetivos do Memorial da Engenharia em Pernambuco. Disponível em: <http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=10996:memorial-de-engenharia-vai-resgatar-a-historia&catid=5&Itemid=78>. Acesso em: 15 out. 2014.

simpósios, jornadas e outras formas de reunião e interação que possibilitem o acesso à produção do saber e da ciência.

Ao fazermos um balanço final das definições de memorial, centro cultural e museu, concluímos que a atual definição de museu é suficientemente abrangente e plural, permitindo compreender como museus a maioria dos memoriais e centros culturais que conhecemos. Contudo, tendo em vista a já referida escassez de bibliografia sobre a temática, acreditamos que este debate ainda poderá ser aprofundado em pesquisas futuras, que tenham como foco principal esta discussão teórica.

Para os fins desta pesquisa, o que se percebe é a intenção, existente no projeto de constituição do Memorial da Engenharia, de se valorar esta área do conhecimento, contemplando um espaço de memória promotor de múltiplas atividades, utilizando-se, para tanto, de denominações diferentes para funções que poderiam ser desenvolvidas sob a égide do próprio conceito de museu, tal como o compreendemos contemporaneamente. Entretanto, assim como outras instituições públicas já mencionadas, optou-se por nominá-lo como memorial.

Outra abordagem pertinente sobre o assunto é observarmos que os museus, memoriais e centros culturais que vêm sendo implantados nas universidades poderiam funcionar como um sistema, atuando em conjunto e mantendo um canal comunicativo, haja vista o fato de estarem localizados dentro do mesmo âmbito institucional. Esta tese pressupõe a existência de uma ação comunicativa entre os atores envolvidos e as atividades desenvolvidas nestes *lócus* de memória e cultura.

Gouveia Jr. e Galindo (2012, p. 214) defendem a ideia de “sistemas memoriais” compreendidos pelo viés da disseminação da informação, pontuando que as instituições são formadas por pessoas e que, apesar de executarem serviços distintos, atuam em conjunto formando um organismo e que um conjunto de organismos, comungando de um objetivo comum, pode representar um sistema. Segundo os autores, nesse bojo estão incluídas “todas as instituições atuantes nos campos da conservação, preservação e acesso aos bens do patrimônio memorial.” Assim, museus, bibliotecas, arquivos, memoriais, enquanto unidades de informação, formam um conjunto e devem ser compreendidos como “segmentos interdependentes e interoperantes” de uma missão memorial.

Desta forma, funcionando de modo sistêmico, o patrimônio cultural universitário da UFPE seria mais bem gerido, facilitando a aplicação de diretrizes e orientações oriundas de uma construção fruto de diálogo entre os representantes de todos os equipamentos envolvidos, de maneira a cumprir a missão institucional da Universidade e seu papel de fomentar e disseminar o conhecimento e a cultura para a sociedade.

4 A ESCOLA DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO

4.1 O início dos Cursos de Engenharia no Brasil

A engenharia é responsável por várias construções que marcaram a história da humanidade. Desde as antigas Companhias de Ofícios da Idade Média, há a presença de profissionais que, embora ainda não fossem nominados como engenheiros, debruçaram-se na concretização de obras estruturais que imortalizaram reis, imperadores, autoridades religiosas, jurídicas, dentre outras.

Segundo Borba (1999, p. 9-11):

A capacidade de construir tem sido, no estudo da história, um dos fatores que qualificam culturas e civilizações.

[...] À medida em que avançava no tempo, o homem tornava-se senhor do espaço, interferia no ambiente, modificava a paisagem natural e aperfeiçoava a construção de seus abrigos.

Esta ideia se relaciona com o conceito de engenharia encontrado no dicionário Houaiss (2010) que a define como “a ciência que se dedica a transformar os recursos da natureza em benefício para o ser humano.” Contudo, o conceito atual de engenheiro é algo recente, sendo originado de meados do século XVIII, período em que a engenharia passa a ser compreendida como conhecimento alicerçado em bases científicas. Neste aspecto, Telles (1984, p. 2) preleciona que a engenharia é tão antiga quanto o homem, quando compreendida como a arte de construir, contudo se for “considerada como um conjunto organizado de conhecimentos com base científica aplicado à construção em geral é relativamente recente, podendo-se dizer que data do século XVIII.”

Desde o antigo Egito, Império conhecido por suas monumentais construções, sobretudo de caráter religioso, assim como a Civilização Grega e seus templos dotados de suntuosa beleza, passando pelos romanos notabilizados pela edificação de Panthéons, Coliseus e estradas, a Engenharia, enquanto conhecimento empírico, fez-se presente possibilitando o desenvolvimento de estruturas responsáveis por todas essas obras, muitas cujos vestígios ainda resistem até os dias de hoje.

Na Idade Média o impulso de construir também foi uma atividade fundamental, haja vista os aglomerados formados por pessoas que eram expulsas do campo e, com o desenvolvimento do comércio, povoados fixos foram se estruturando, necessitando de obras como estradas, fortificações e outros melhoramentos. Contudo, a estruturação científica do conhecimento de engenharia ocorreu séculos mais tarde. De acordo com Borba (1999, p. 12):

Por mais complexas e monumentais que tenham sido as edificações, como as pirâmides egípcias, os templos, as fortificações militares, os enormes castelos medievais e as notáveis catedrais góticas, todo o processo construtivo era empírico e baseado em relações práticas sem base teórica. O exato equilíbrio, a noção de centro de gravidade, a distribuição dos empuxos, surgiam de “traçados reguladores” e outros métodos experimentais. O conhecimento do comportamento das pedras, das madeiras e dos metais na construção era igualmente empírico, não havendo nada parecido com o estudo atual da resistência dos materiais e do cálculo estrutural.

Contextualizando historicamente a engenharia moderna, Telles (1984, p. 2) explica que esta nasceu dentro dos exércitos, tendo contribuído de maneira significativa a descoberta da pólvora e o progresso da artilharia, fatos que modificaram as obras de fortificação. Por conseguinte, a necessidade de obras sólidas e econômicas, assim como portos e estradas para fins militares colaboraram para o surgimento dos chamados “oficiais engenheiros”, resultando na criação de corpos especializados de engenharia nos exércitos. Segundo Telles (1984, p. 4):

O nascimento da engenharia moderna, ou da engenharia propriamente dita, coincidiu também (ou foi consequência), com dois grandes acontecimentos que ocorreram na história do mundo do Século XVIII: a Revolução Industrial e o movimento filosófico e cultural denominado Iluminismo ou de Ilustração. A Revolução Industrial com o aparecimento da máquina à vapor e de uma série de máquinas, forçou o desenvolvimento tecnológico e o estudo e pesquisa das ciências físicas e matemáticas, tendo em vista suas aplicações práticas, isto é, da própria engenharia.

O movimento do Iluminismo, dos enciclopedistas e de outros filósofos da época, consequência do Renascimento e das ideias de Descartes, liberou o espírito humano dos estreitos limites da escolástica tradicional e valorizou a observação da natureza, a experimentação, o estudo das ciências físicas e naturais e suas aplicações, tendendo a terminar com o desprezo e a situação de inferioridade a que eram relegadas as artes mecânicas, desde a Idade Média.

Entretanto, desde o século XVII que o termo engenheiro já era utilizado dentro da concepção de pessoas capacitadas para fazer fortificações e engenhos bélicos e foi nesse contexto que a engenharia adentrou no Brasil, através de atividades dos chamados Oficiais-engenheiros e os Mestres de Risco (nossos atuais arquitetos).

Desde o Brasil Colônia, devido à necessidade de defesa do território conquistado e de edificação de obras de infra-estrutura tais como fortes, igrejas, casarões, engenhos de açúcar, estradas, pontes, canais, etc., fazia-se imprescindível a presença de profissionais que manejassem as técnicas que soerguessem esse empreendimento. Segundo Borba (1999, p. 30), com Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, vieram os primeiros agrimensores e agrônomos, habilitados em identificar os fatores físico-naturais para o plantio da cana-de-açúcar. Por conseguinte, foram construídos os primeiros engenhos, como centros de produção agrícola e industrial para a época, cujas práticas em processos mecânicos para a produção do açúcar puderam ser testadas.

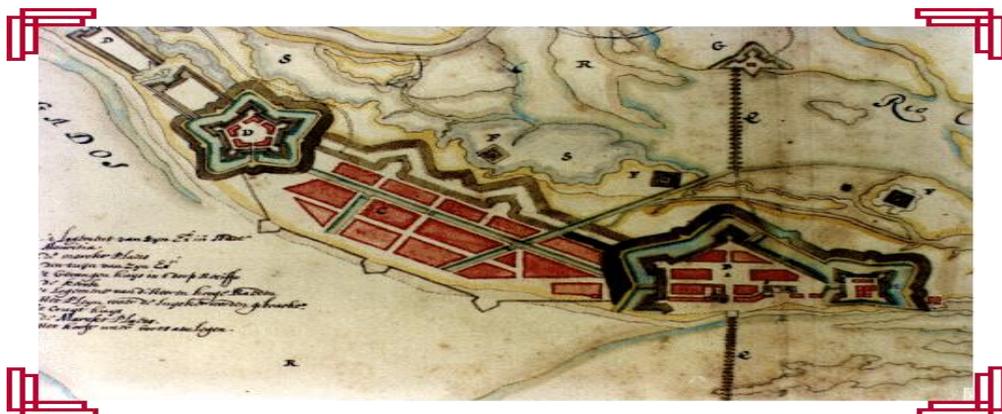
Fazendo um breve recorte na história de Pernambuco, não podemos esquecer o período do domínio holandês (século XVII), haja vista que até então a arte de projetar e construir seguia as regras técnicas portuguesas, período interrompido com a chegada dos flamengos. Como a ocupação holandesa (1630) se deu preponderantemente no Recife, fora para esta região que os holandeses trouxeram engenheiros militares, além de vários técnicos visando a execução de várias obras de engenharia. Sobre esse período, conhecido pela passagem do Conde Maurício de Nassau-Siegen (no ano de 1637), discorre Borba (1999, p. 37) que foram levantadas as plantas locais e iniciados projetos do sistema defensivo, tendo sido elaborado o primeiro levantamento cartográfico holandês do Recife (Planta da Ilha de Antonio Vaz) da autoria de Andreas Drewisch, no ano de 1631. Foi um período que Recife experimentou uma melhoria no trato urbanístico, como destaca Santana (2003):

Essa Ilha de Antônio Vaz era sítio militarmente urbanizado desde março de 1630, onde Waerdenburch encontrara casas, armazéns (passos), ancoradouro e um convento, e onde o coronel holandês Adolph Van der Elst, em carta à Câmara de Dordrecht, datada de Santo Antônio, 03 de abril de 1630, vislumbrava como “lugares próprios para, com oportunidade, fundar-se uma cidade.”

[...] A Cidade Maurícia, em strictu sensu urbanístico, se restringia apenas à área central da ilha de Antônio Vaz, o trecho do atual bairro de Santo Antônio correspondendo à velha Maurícia (GrootKwartier), já urbanizada (urbanismo militar) antes da chegada de Nassau, e o trecho (o atual bairro de São José), até o Forte das Cinco Pontas, conhecido como nova Maurícia [...] Para essa nova Maurícia, com a legenda de “de nieuafgesteeckenStadt”, isto é, a nova cidade desenhada (planejada) houve o plano (de 1639) atribuído ao arquiteto Pieter Post. Uma área plana de baixas cotas, “mistura incerta de terra e água”, em grande parte conquistada por obras de terras, diques, fortificações e canais (SANTANA, 2003, p. 69-74).

Com Maurício de Nassau vieram o que seriam nossos atuais cartógrafos, arquitetos e engenheiros, que edificaram várias obras importantes na região, dentre elas: o Forte do Brum e o Forte das Cinco Pontas (Tobias Commersteijn), Forte Orange (Pieter Van Bueren, auxiliar de engenheiro que ajudou Tobias Commersteijn), a edificação de duas pontes sobre o Rio Capibaribe (onde se localizam as atuais Pontes Maurício de Nassau e da Boa Vista), os palácios para sua residência (Das Torres e da Boa Vista), Jardim Zoobotânico, um Observatório Astronômico, além de várias obras que denunciavam um planejamento urbano bastante moderno e arrojado para a época (BORBA, 1999, p. 38). A Figura 1, a seguir, apresenta um detalhe do Plano de 1639 atribuído a Pieter Post In Atlas de Vingboons. A Figura 2 apresenta uma imagem atual Forte do Brum.

Figura 1 - Detalhe do Plano de 1639 atribuído a Pieter Post In Atlas de Vingboons. Instituto Arqueológico, histórico e geográfico pernambucano



Fonte: Disponível em:

<<http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/recifec/holanda/holanda2.html>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

Figura 2 - Forte das Cinco Pontas



Fonte: Disponível em: <<http://www.recifecentro.com.br/index.php/roteiros/pontos-turisticos/forte-das-cinco-pontas/>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

Avançado um pouco mais no tempo e, compreendendo a Engenharia como conhecimento alicerçado em bases científicas, desenvolvimento proporcionado devido ao avanço dos conhecimentos nas áreas da matemática e da física, tais como a geometria analítica, o cálculo integral, diferencial e infinitesimal, a lei sobre a elasticidade dos corpos, etc., assim como o impulso dado pela primeira Revolução Industrial na Inglaterra (e a necessidade da prática da engenharia por especializações), eis que adentramos na chamada Engenharia Moderna.

Um dos aspectos mais relevantes da engenharia moderna foi a vinculação de seu exercício aos meios de produção. Na Inglaterra, a indústria têxtil acrescentando cada vez mais progressos, incluindo a máquina a vapor; nos Estados Unidos, o desenvolvimento do transporte ferroviário e das comunicações; na França, o crescimento das indústrias metalúrgicas e têxteis – trazem conjuntamente o aprimoramento da engenharia e o engajamento dos técnicos em suas diversas especializações: engenharia ferroviária, engenharia mecânica, a engenharia de minas, a engenharia sanitária, a engenharia química, a engenharia de grandes estruturas, de pontes, portos e canais (BORBA, 1999, p. 50).

Estudiosos apontam que o primeiro estabelecimento oficial a ministrar um curso regular de engenharia, sendo considerada a primeira escola para o ensino formal de engenharia no mundo de que se tem notícia, foi a *École Nationale de Ponts e Chaussées* (Figura 3), em Paris, no ano de 1747. Essa escola formava

basicamente construtores, ou seja, o ensino de engenharia iniciou-se pelo que hoje conhecemos como Engenharia Civil.

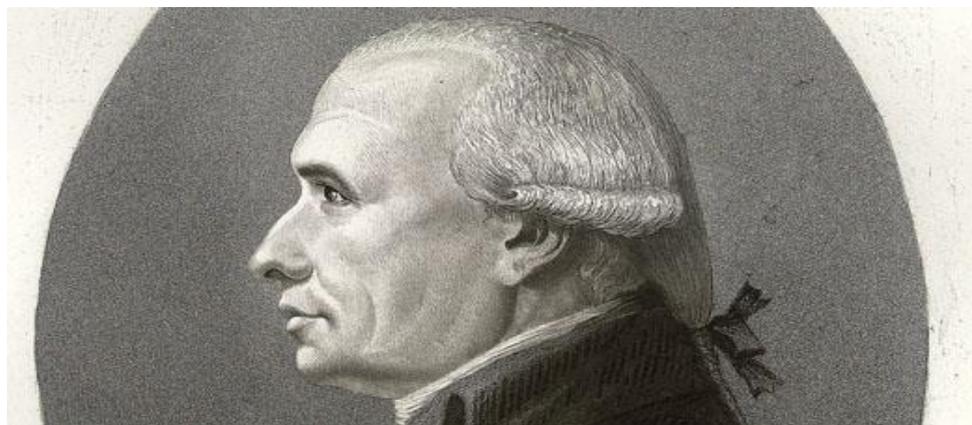
Figura 3 – École Nationale de PontsetChausseés.



Fonte: Site da Christie's *The Art People*. Disponível em: <<http://www.christies.com/lotfinder/lot/jean-nicolas-louis-durand-lecole-des-ponts-et-chaussees-4245936-details.aspx?intObjectID=4245936>>. Acesso: 18 nov.2014

Posteriormente, no ano de 1795, foi fundada a *École Polytechnique*, por iniciativa de Gaspard Monge (Figura 4) e Antoine François Fourcroy, a qual, conforme explica Pardal apud Oliveira (2010, p. 25), foi considerada como modelo para outras escolas de engenharia que surgiram no mundo.

Figura 4 - Gaspard Monge



Fonte: *École Polytechnique Université Paris-Saclay*. Disponível em: <https://www.polytechnique.edu/fr/XIXesiecle>. Acesso em: 18 nov. 2014

No Brasil, em 15 de janeiro de 1699, mediante Carta Régia, é que se tem o nascedouro do que viria a ser, quase cem anos depois, o ensino de engenharia, cujo objetivo à época era formar técnicos na arte de construções e fortificações, mediante as Aulas Régias. Em 17 de dezembro de 1792, é que se deu início formal dos cursos de engenharia no Brasil com a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro (Figura 5). Segundo Oliveira (2010, p. 26) “esta escola foi a primeira das Américas e seguia o mesmo modelo da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho criada pela Rainha D. Maria I, em 02 de janeiro de 1790, em Portugal.”

Figura 5 - Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho



Fonte: Site da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola Politécnica. Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php>. Acesso em: 18 nov. 2014.

Com a fuga da família real de Portugal e a vinda para o Brasil, em 1808, o Príncipe Regente Dom João permitiu que aqui fossem criadas algumas instituições de ensino e, mediante a Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, foi inaugurada a Academia Real Militar (a partir de instalações da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho) (Figura 6).

Figura 6 - Academia Real Militar



Fonte: Site da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola Politécnica. Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php>. Acesso em: 18 nov. 2014.

Sobre a Academia Real Militar e detalhes do seu funcionamento, Antônio Paim apud Lisbôa (1993, p. 86-88) traz valiosas contribuições:

D. Rodrigo de Souza Coutinho concebeu a Academia Real Militar como estabelecimento destinado a formação simultânea de oficiais do exército e engenheiros. Inspirou-se amplamente nos Estatutos da Universidade Pombalina e colocou, em primeiro plano, o ensino das ciências.

A Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810 estabelecia que se formassem:

Officiaes de artilharia, engenharia, e ainda mesmo officiaes da classe de engenheiros, geographos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de carrinhos, portas, canaes, pontes, fontes e calçadas: hei por bem que na minha atual corte e cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias matemáticas, de sciencias de observações quaes a physica, chimica, mineralogia, metalurgia e historia natural, que compreenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares, em toda a sua expensao, tanto de táctica como de fortificação e artilharia.

Havia alguns requisitos para que os candidatos fossem admitidos na Academia Real Militar, tais como ter a idade mínima de 15 anos e saber, pelo menos, as quatro operações. Os que fossem versados nas chamadas línguas vivas, assim como no grego e no latim, alcançariam os melhores postos, assim como todos os privilégios concedidos aos lentes da Universidade de Coimbra, também o seriam aos professores da Academia Real Militar. Prerrogativas essas também gozadas

pelos alunos, caso fossem conferidas aos respectivos alunos da Universidade de Coimbra (LISBÔA, 1993, p. 88).

Mais adiante, em 1874, a formação de engenheiros deixou de ser realizada pelo exército, passando para instituições de ordem civil e a Academia Real Militar foi transformada na Escola Central e, posteriormente, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, considerada a Primeira Escola de Engenharia do Brasil, a qual serviu de modelo para a fundação da maioria das Escolas de Engenharia do país. E, nesse contexto, em 1895, foi inaugurada a Escola de Engenharia de Pernambuco, quarta do país e primeira do norte/nordeste, responsável pela formação de profissionais da engenharia em nossa região.

A engenharia, juntamente com a medicina e o direito eram os cursos responsáveis pela formação das chamadas “profissões imperiais” termo utilizado por Campos Coelho (1999) para designar as carreiras que, historicamente, sempre foram as mais procuradas pelas classes abastadas no Brasil. O autor analisa a situação político econômica do país entre boa parte do século XIX e início do século XX (precisamente entre 1822 e 1930) e como isto influenciou na formação da engenharia aqui existente: centros urbanos com um contínuo adensamento demográfico e a necessidade de investimento na construção de obras de infraestrutura. Ainda havia a valorização demasiada dos profissionais estrangeiros no país. Conforme Coelho:

Estes projetos e obras de engenharia e de construção civil de grande porte – estradas de ferro, redes de esgoto, iluminação pública, estações ferroviárias, etc.- foram entregues a ingleses e, em menor escala, a americanos, a grande maioria deles sem títulos acadêmicos dada a implantação tardia e a lenta expansão da “cultura escolar” nas engenharias inglesa e americana. Simplesmente não havia no Brasil competência técnica para dar conta desses empreendimentos (COELHO, 1999, p. 196-197).

Entretanto, diferentemente da medicina e da advocacia, a engenharia no Brasil nasceu como profissão assalariada. Citando a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, responsável pela formação de boa parte dos engenheiros no Brasil, cuja capital no Império era na mesma cidade, informa o autor que a burocracia imperial geralmente absorvia significativa parte dos profissionais da área, constituindo não só a principal, mas por vezes, a única empregadora. Ainda segundo o autor:

A alternativa para os ambiciosos era construir uma carreira empresarial, escolha que numa sociedade agrária e pré-industrial via de regra levava apenas à frustração. Sem recursos próprios, dependentes de favores do governo e às voltas com a crônica escassez de capitais e de sócios para os empreendimentos, poucos foram os que obtiveram algum sucesso. A grande maioria era absorvida pela burocracia imperial, que geralmente os encaminhava para o setor ferroviário (COELHO, 1999, p. 197).

Por consequência, as primeiras leis regulatórias sobre o exercício da engenharia estavam relacionadas ao serviço público e, segundo o autor, percebeu-se um fenômeno interessante: o declínio da frágil autoridade cultural da medicina, diante da técnica da engenharia no enfrentamento dos problemas da época que afetavam a maior parte da população, pois a engenharia além de trazer “soluções técnicas demonstráveis” coadunava isto aos recursos econômicos disponíveis, reflexo dos métodos positivistas e do cientificismo que caracterizou o século XIX (e os médicos tinham dificuldade neste trato). Por sua vez, era um aspecto que muito interessava aos governos locais (COELHO, 1999, p. 213).

Em diversos momentos da história do Estado de Pernambuco, principalmente em meados do Século XIX, foi necessário importar engenheiros para a consecução de importantes projetos de infra-estrutura, visando sua modernização. Durante esse período, engenheiros franceses e ingleses trouxeram valiosas contribuições. Durante o governo de Francisco do Rêgo Barros (1837-1840), o Conde da Boa Vista, houve a contratação de engenheiros e técnicos estrangeiros visando obras de melhoramento na região, priorizando áreas como a higiene, e os serviços públicos que eram prestados. Segundo Zancheti (1991, p. 535-536):

Rego Barros desde o momento em que assumiu a presidência de Pernambuco dá início a uma forma de governar bastante diferenciada das gestões anteriores. Em sua primeira mensagem de governo dirigida à Assembléia Provincial apresenta um diagnóstico dos problemas econômicos locais e identifica a falta de infra-estruturas produtivas como um ponto a ser atacado de modo urgente.

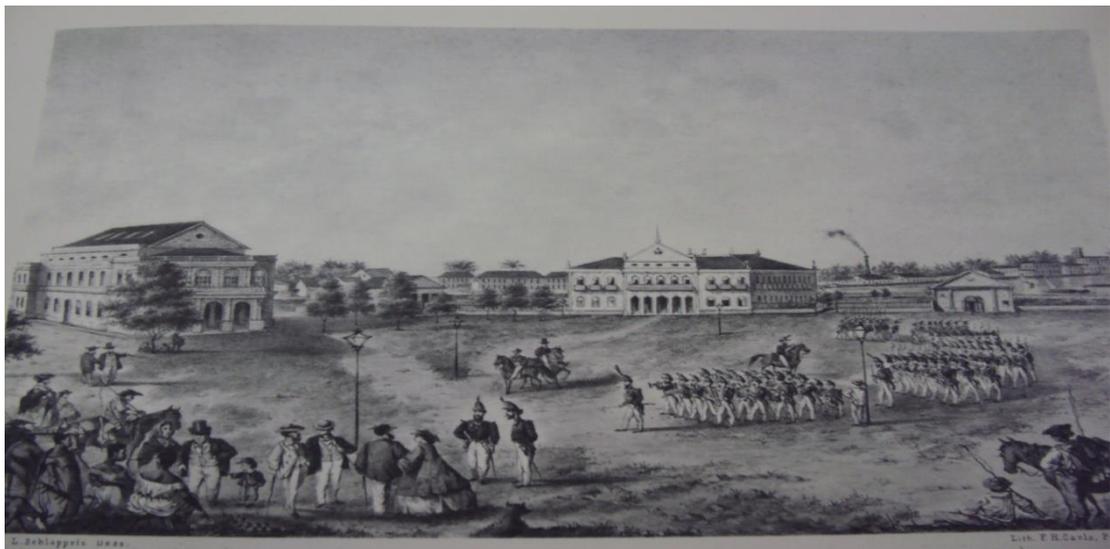
[...] O programa de ação de Rego Barros pode ser resumido nas seguintes diretrizes básicas: criação de uma rede de estradas que ligasse a zona canavieira ao porto da cidade do Recife, melhorias no porto, criação de redes de serviços urbanos, ordenamento do espaço do Recife, com o estabelecimento de um plano de alinhamento de

ruas e construções e construção de equipamentos públicos culturais e edificações modernas para o serviço público.

Dentre os engenheiros que foram contratados na época, notabilizaram-se os engenheiros franceses Louis Vauthier, Pierre Boulitreau, Florian Desiré, Porthier, Louis Feriol Buessard e Auguste Millet. Na repartição de obras da Província já trabalhavam Jean Joseph Morel, Lieuthier e Alfred de Mornay. Segundo Borba (1999, p. 54), os engenheiros franceses deixaram o legado de obras e projetos que iam desde a ampliação do sistema viário até a implantação de sistemas de distribuição de água potável, projetos audaciosos para a época.

Louis Léger Vauthier foi Diretor da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco e propôs um conjunto de obras que visavam a melhoria da região, como a abertura de estradas, construção de pontes, de canais e projetos de irrigação. Ele foi responsável pela construção do “Theatro de Pernambuco” (atual Teatro de Santa Isabel – Figura 8), no ano de 1850, obra que, segundo Telles (1984, p. 113) “tratou-se de uma vasta construção neoclássica, cujo projeto seguia as linhas dos modernos teatros franceses da época.” A Figura 7, a seguir, apresenta uma imagem do Campo das Princesas no séc. XIX.

Figura 7 - Campo das Princesas¹⁷



Fonte: Schlappriz (1863)¹⁸.

¹⁷ Campo das Princesas, à esquerda o Teatro Santa Isabel (projeto de Vauthier), ao centro o Palácio do Governo da Província. Recife, século XIX.

¹⁸ O Álbum de Luis Schlappriz - Memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes, 1863. Gilberto Ferrez. Recife: Fundação de Cultura da Cidade – 1981.

Da autoria de Vauthier também se destacam a Ponte de Santo Amaro (atual Ponte Princesa Isabel), o plano de construção do Cemitério de Santo Amaro (fruto de discussões de saúde pública entre engenheiros, médicos e representantes da Igreja, devido ao costume de se realizar sepultamentos em Igrejas), a Ponte Pênsil do Caxangá, o Mercado de São José (Figura 9 - primeira grande estrutura de ferro executada no Brasil), que, embora tenha sido projetado por Lieuthier, foi construído por Vauthier em 1875 (obra baseada no Mercado de Grenelle, de Paris), tendo sido este também incumbido do projeto da Estrada de Apipucos. Além de construir várias estradas, Vauthier foi responsável pelo estabelecimento de um plano rodoviário “com estradas partindo do Recife nas direções sul, norte e oeste”, uma vez que a maioria dos engenhos de açúcar não dispunha de estradas para escoar a produção, conforme explica Telles (1984, p. 166).

Figura 8 - Teatro Santa Isabel Recife



Fonte: Página da web do Cine PE- XVIII Festival audiovisual 2014. Disponível em: <<http://cine-pe.com.br/pt/imprensa/cine-pe-termina-hoje-com-homenagens-e-premiacoes-no-teatro-santa-isabel>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

Figura 9 - Mercado de São José Recife



Fonte: Site O Nordeste.com. Disponível em: <http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopedia/Nordeste/index.php?titulo=Mercado+de+S%C3%A3o+Jos%C3%A9,+Recife,+Pernambuco<r=m&id_perso=2147>. Acesso em: 14 jan. 2015.

Merece igual destaque a colaboração dos engenheiros ingleses que, dentro do contexto do surto ferroviário que assolava o país (ainda um Império), tiveram um papel protagonista na construção de ferrovias urbanas e dos trens urbanos à vapor (as famosas maxambombas - Figura 11) que circularam no Recife de 1867 a 1914. Na cidade, se formaram Companhias de Bondes, a exemplo da Pernambuco Street Railway, em 1870 e da Locomotiva (1878) - Figura 10 - que só transportava cargas. A estrada de ferro que ligava Recife ao Cabo foi a segunda estrada de ferro no Brasil, cuja concessão foi dada aos engenheiros Alfred e Edward de Mornay (anglo-brasileiros, de origem francesa radicados no Recife), cujo projeto foi de autoria do engenheiro inglês M. A. Borthiwick. Vieram capatazes, feitores de turma, mestres de obras e operários especializados da Inglaterra (TELLES, 1984, p. 194).

Figura 10 - Locomotiva no Recife, 1858



Fonte: Augusto Stahl. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/sites/ultimotrem/otrilho003.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

Figura 11 - Maxambomba em frente ao prédio da Faculdade de Direito - Recife



Fonte: História dos Transportes, 2008. Disponível em: <<http://joacontahistoria.blogspot.com.br/2008/09/maxambomba-em-frente-ao-predio-da.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

Contudo, a lacuna existente na formação superior de profissionais da engenharia na região foi suprida com a fundação da Escola de Engenharia de Pernambuco, no ano de 1895, marco importante no desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, possibilitando a formação e a inserção de vários profissionais responsáveis pela consecução de obras de grande relevância para o

melhoramento da infraestrutura de nosso estado, conforme será demonstrado no próximo subitem.

Dando um salto no tempo e analisando a engenharia nos dias atuais, verifica-se que o perfil profissional do engenheiro sofreu alterações com o passar dos anos. Embora boa parte dos cursos de engenharia continue seguindo a clássica divisão em básico, básico de engenharia e profissional, modelo, conforme explicam Pardal e Leizer (1996, p. 56), herdado das Écoles francesas do século XVIII, a demanda por novos profissionais vem requerendo “habilidades, competências e atributos que o tornem capaz de atender as exigências atuais, como um projetista de soluções de problemas multidisciplinares e complexos.” Por conseguinte, atualmente outras áreas vêm requisitando a atuação de profissionais engenheiros, como a saúde e as ciências sociais (de alimentos, genética, bioquímica, gestão, trabalho, segurança, etc.).

Outro campo que vem requisitando bastante da engenharia está relacionado com o meio ambiente (engenharia ambiental e sanitária), devido aos problemas surgidos em função da exploração desenfreada dos recursos naturais e emissão de poluentes, curiosamente consequências do desenvolvimento tecnológico proporcionado pela própria engenharia. Hoje sustentabilidade tem sido a palavra de ordem, a fim de coadunar progresso e a preservação dos recursos naturais.

Por conseguinte, percebe-se que o perfil dos cursos de engenharias, na atualidade, vem se modificando, posto a necessidade de lidarem com questões oriundas da sociedade moderna tais como o esgotamento dos recursos naturais, os novos conhecimentos no âmbito da engenharia nuclear e biomédica, as novas tecnologias que vem surgindo no campo das estruturas, etc, fatores que vem contribuindo para a mudança na identidade da própria engenharia que vai se adequando aos problemas e desafios, buscando proporcionar soluções e respostas. Diante deste panorama, verifica-se que a engenharia e suas especialidades são imprescindíveis para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer país, constituindo uma área de significativa importância e, neste contexto, as universidades e outras instituições que proporcionaram a formação dos profissionais neste âmbito, destacam-se como atores partícipes na construção do conhecimento técnico e científico.

4.2 A Escola de Engenharia de Pernambuco

A Escola de Engenharia de Pernambuco, localizada em prédio sito na Rua do Hospício, nº 371, no Centro do Recife, fundada em 1895, datando de quase 120 anos, teve papel fundamental no campo do desenvolvimento da ciência e da tecnologia em nossa região. A sua criação é justificada pela premência, na época, de formação profissional e acadêmica na área da engenharia, visando atender às demandas de um projeto desenvolvimentista nacional que, historicamente, vivia os ecos da Revolução Industrial, do fim do regime escravista e de uma nascente República. Pernambuco, por sua vez, precisava enfrentar várias adversidades típicas do final do século XIX e início do século XX e investir em infraestrutura, no esgotamento sanitário, em moradias e na formação do seu inicial parque industrial.

Analisando a evolução da engenharia, dentro de um breve contexto histórico, Pardal e Leizer (1996, p. 59) elucidam:

A maioria dos primeiros cursos de Engenharia foi de origem militar e se dedicavam especialmente à infra-estrutura urbana, de transporte e de energia. Engenharia civil, de Minas e Elétrica, dentre as principais. Com a crescente industrialização no final do século XIX e início do século XX, novas modalidades surgiram: Industrial, Química e Metalúrgica, dentre outras.

Recapitulando, em diversos momentos de sua história Pernambuco precisou contratar engenheiros de outros estados e estrangeiros, considerando-se a inexistência até então de uma escola superior de ensino de engenharia na região. No entanto, no dia 03 de junho de 1895, mediante a Lei Estadual nº 84, foi criada a Escola de Engenharia de Pernambuco, cronologicamente a primeira do norte/nordeste e quarta do país, durante o governo progressista do Capitão José Alexandre Barbosa Lima.

Regulamentada por Decreto de 12 de fevereiro de 1896, foram criadas as condições legais para o funcionamento da Escola em março seguinte, na qualidade de instituição estadual. Sua primeira sede foi um edifício construído na Praça da República, defronte do Teatro Santa Isabel, no centro do Recife (Figura 12).

Figura 12 - Primeiro Prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco (1896 a 1904)¹⁹



Fonte: Torres (2008).

A localização cumpria as exigências da época, pois na mesma área se localizavam as faculdades que eram referências na formação acadêmica de muitos dos filhos da elite, como a Faculdade de Direito e a Escola de Medicina, cursos que tradicionalmente sempre detiveram grande prestígio social, sendo, inclusive a advocacia, a medicina e a engenharia nominadas como profissões imperiais.

O Professor Newton da Silva Maia foi um dos renomados docentes da referida instituição, em seus apontamentos sobre a Escola de Engenharia de Pernambuco, destaca o contexto histórico de seu nascedouro com uma precisão de detalhes digna de registro. Conforme Maia (1967):

Como se lê no regulamento de então, a Escola concedia diplomas de agrimensor àqueles que lograssem aprovação na cadeira de topografia, inclusive desenho topográfico e exercícios práticos, colocada no 2º ano do curso normal, de cinco anos, para obtenção do diploma de engenheiro civil. O primeiro diretor da Escola foi o engenheiro Antônio U. Pessôa Montenegro [...] (MAIA, 1967, p. 10).

¹⁹ Localizava-se na Praça da República.

Siqueira e Montenegro (1995) narram que no início e na busca pela sua sobrevivência, a Escola de Engenharia adota o nome de Escola Livre de Engenharia, mudando não apenas de nomenclatura, mas de local (Figura 13) e de mantenedores que passaram a ser os próprios mestres. Relata o autor como foi a batalha travada pelos profissionais pernambucanos de engenharia para se afirmarem e conquistarem seu espaço, no campo do conhecimento técnico e profissional, ressaltando que o ensino na época visava, sobretudo:

Preparar profissionais para ajudar a resolver, juntamente com médicos e administradores públicos, os graves problemas sociais e urbanos que a modernidade acenava com a ideologia do progresso e a síndrome da velocidade (SIQUEIRA; MONTENEGRO, 1995, p. 14).

Figura 13 - Segundo Prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco (1904-1919)²⁰



Fonte: Blog do Café História, por Francisco Bonato Pereira. Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/photo/recife-pe-1920-escola-de?context=latest>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

Acontecimento peculiar ocorreu no ano de 1904, quando mediante a Lei nº 659, o então governador do Estado, Sigismundo Gonçalves, sob a alegação de economia para o erário público, resolve extinguir a Escola de Engenharia. Entretanto, um grupo de doze mestres dedicados, ante iniciativa tão infeliz

²⁰ Prédio da Escola Livre de Engenharia à Rua do Hospício, nº71, Esquina com a Rua do Príncipe, local onde depois funcionou a 7ª Região Militar do Exército.

representada pelo fechamento de um estabelecimento de ensino superior tão necessário para a região, resolve fundar outra Escola de Engenharia, contando com a colaboração de outros profissionais da engenharia e pessoas ligadas ao magistério. Maia (1967, p. 14) cita que o governo da época, numa tentativa de justificar a medida de extinguir a escola visando economia para o Estado, não só “aplaudiu a ideia e, para facilitá-la, doou à nova instituição a ser formada, com todo o material, composto do mobiliário, laboratórios e biblioteca da Escola que se fechava.”

Em 26 de janeiro de 1905, fundaram a Escola Livre de Engenharia, situada no prédio de nº 71, localizado na Rua do Hospício (local em que atualmente funciona o Quartel Geral da 7ª Região Militar). Os estatutos foram aprovados na mesma data e a referida instituição passava não só a oferecer formação em engenharia civil, como também na engenharia agrônômica. Mais adiante, no ano de 1915, através do Decreto Federal nº 5709, a Escola Livre de Engenharia foi equiparada à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, marco importante no seu reconhecimento e consolidação.

Ressaltando a escassez de recursos financeiros e a dedicação dos docentes da Escola Livre de Engenharia em sua manutenção no ideal de continuar contribuindo com a produção do conhecimento e a formação de engenheiros no Estado, registra Maia (1967, p. 18):

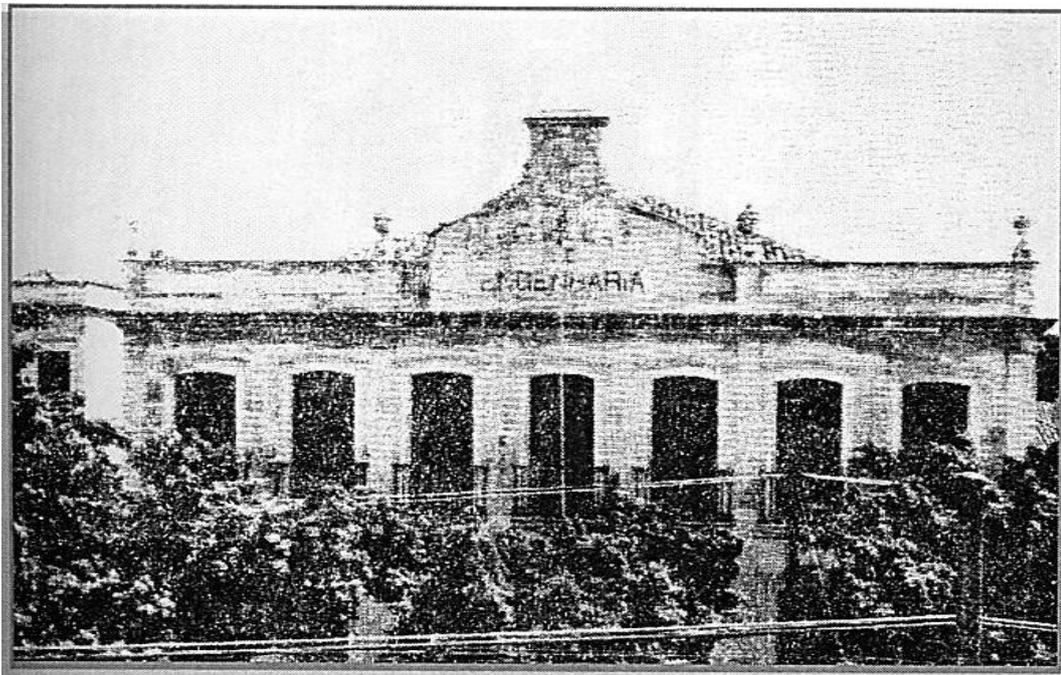
E assim, vencendo os maiores percalços, pela falta de recursos financeiros, sem poder ampliar seu acervo material, continuou a Escola a ministrar os seus cursos e a exigir severamente dos seus alunos, mercê da abnegação daqueles que tomaram a seus ombros tão hercúlea tarefa.

Continuando o breve relato histórico sobre a Escola de Engenharia de Pernambuco, Torres (2008, p. 33) afirma que, em 1919, a instituição estava novamente estruturada para seguir seu destino de formar engenheiros não apenas civis, mas também nos cursos de engenharia mecânica, elétrica e engenharia industrial, no padrão da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (Figura 14 - terceiro Prédio da Escola de Engenharia (1919-1966)). Outro fato, digno de ser ressaltado historicamente, é que em junho daquele mesmo ano de 1919, no salão de honra da

Escola Livre de Engenharia de Pernambuco, foi instalado o Clube de Engenharia de Pernambuco²¹.

[...] Este Clube de Engenharia passou a ser uma extensão da Escola, para discutir a participação dos engenheiros nos movimentos sociais do país e no mundo, sendo talvez, uma consolidação da alma política da Escola, voltada para evitar o alheamento dos engenheiros em Pernambuco, no tocante às injustiças sociais e para possibilitar a influência nos destinos da nação (TORRES, 2008, p. 32-33).

Figura 15 - Terceiro Prédio da Escola de Engenharia (1919-1966)²²



Fonte: Torres (2008).

Em 1925, a diretoria da Escola promoveu a mudança do seu nome para Escola de Engenharia de Pernambuco. Anos mais tarde, entre 1943-44, mediante uma campanha com objetivo de arrecadar recursos, iniciada pelos seus ex-alunos e pelo corpo discente, posteriormente abraçada por alguns docentes, assim como seu

²¹O Clube de Engenharia de Pernambuco, fundado em 1º de junho de 1919, foi a primeira entidade de classe a congregar profissionais de todos os ramos da engenharia em Pernambuco. É uma sociedade civil com personalidade jurídica considerada de “instituição de utilidade pública”, sendo o segundo Clube de Engenharia mais antigo do país.

²² Funcionou na Rua do Hospício, nº371, de 1919 a 1966. Em 1943, o casarão foi derrubado e no mesmo local construiu-se e no mesmo local construiu-se outro prédio existente até hoje.

próprio diretor, junto ao Parque Industrial do Estado, eis que tal iniciativa propiciou uma completa reforma (demolição e reconstrução do prédio) em que funcionava a Escola no nº 371 da Rua do Hospício, melhoramento inaugurado em 26 de janeiro de 1945. Segundo Torres (2008, p. 68):

O prédio antigo que abrigava a Escola desde 1919 foi totalmente demolido e construído em seu lugar, um novo prédio com estrutura moderna, três pavimentos e dois blocos que abrigavam as salas de aulas, secretaria e um hall de entrada com corredores largos. No 1º andar do 1º bloco ficava o Salão Nobre, espaço com paredes revestidas de madeira escura que dava um ar solene, com três grandes janelas na parede frontal do prédio. Palco de importantes reuniões acadêmicas e políticas colocando a Escola de Engenharia no cenário principal das ocorrências políticas que Pernambuco viria participar.

A vida universitária fervilhava no centro do Recife, era uma verdadeira agitação intelectual e cultural, principalmente no bairro da Boa Vista, região onde se localizava a maior parte das faculdades que compunham a UR (Universidade do Recife), embrião da atual UFPE. Sobre o período, Veras (2012, p. 23) ressalta:

Tratava-se da estudantada que se espalhava pelas encruzilhadas da Rua do Hospício com a Rua Riachuelo e Princesa Isabel, vias arteriais que separavam a sede do Comando Militar do casario que abrigava algumas das principais unidades da Universidade do Recife: a Faculdade de Direito do Recife (FDR), a Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), o Instituto de Geologia (IG) e a Escola de Técnica de Comércio (ETC).

Sobre a Universidade do Recife (UR), ressaltamos que a ideia de sua formação já vinha se constituindo desde meados dos anos de 1940, de forma a congregar todas as faculdades especializadas que funcionavam no centro da cidade, a saber a Faculdade de Direito do Recife, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Escola de Medicina do Recife, com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife. Tal projeto se concretizou mediante o Decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946, data

de fundação da Universidade do Recife (UR), gérmen da atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)²³.

A concepção de criar um Campus Universitário e para lá transferir todas as faculdades que funcionavam no centro do Recife foi ganhando mais força e a sua construção teve início no ano de 1948. Contudo, não foi um sentimento unânime compartilhado por toda a comunidade acadêmica, tanto é que até hoje o curso de direito continua funcionando no seu antigo prédio, a renomada Faculdade de Direito do Recife conhecida como a Casa de Tobias (alusão a Tobias Barreto). Boa parte do alunado da Escola de Engenharia também demonstrou resistência à mudança para o atual Campus, entretanto tal oposição não logrou êxito e, no ano de 1965, a Universidade do Recife foi integrada ao grupo de instituições do novo sistema de educação do país, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, na condição de autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

A universidade daria uma nova organicidade às já existentes instituições de ensino superior sediadas no Recife que passaram a fazer parte da mesma. Estas Instituições era as seguintes: Faculdade de Direito do Recife; Escola de Engenharia de Pernambuco; Faculdade de Medicina do Recife e Escolas anexas de Odontologia e Farmácia; Escola de Belas Artes de Pernambuco, Faculdade de Filosofia do Recife. Todas entidades privadas, com exceção da Faculdade de Direito, que era uma instituição federal (BERNARDES apud CABRAL, 2009, p. xiii).

Somente na década de 1950 a Escola de Engenharia foi federalizada. O contexto histórico e político de então era marcado pelo final do Governo de Getúlio Vargas e o Governo de Juscelino Kubitschek. O desenvolvimento econômico assim como o plano de metas de JK impulsionaram os cursos de engenharia no Brasil, com reflexo na região nordeste. Neste mesmo período, foram criados o Banco do Nordeste (BNB), a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), as primeiras ações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e todo esse cenário demandou a formação de engenheiros capacitados visando engendrar projetos que viabilizassem as reformas necessárias. Por consequência, a Escola de Engenharia foi influenciada por este processo, ganhando

²³ Disponível em:

<http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=176>.

Acesso em: 25 out. 2014.

incentivo principalmente a formação de engenheiros da área de minas, geólogos, elétricos e mecânicos, cursos que passaram a ter tanta procura quanto o de engenharia civil.

A Escola de Engenharia de Pernambuco, durante a década de 1960, com a derrubada do então Presidente da República João Goulart e o início da Ditadura Militar, também foi palco de resistência e de manifestações políticas e muitos alunos da instituição se engajaram na participação em passeatas e outros eventos que questionavam o regime de exceção. Em Pernambuco havia sido preso e deposto o então Governador Miguel Arraes e várias personalidades eram perseguidas, como o educador Paulo Freire e o Arcebispo Dom Hélder Câmara. Sobre tão conturbado período, informa Torres (2008, p. 100) que o dia 01 de abril de 1964 foi um divisor de águas na vida política da Escola, pois com a ditadura militar houve o consequente esvaziamento do movimento estudantil e a pressa em tirar os cursos de engenharia do centro da cidade, transferindo-os para o campus na Cidade Universitária.

Para finalizar este breve relato histórico, destaca-se que o ano de 1966 foi o último ano de funcionamento da Escola de Engenharia na Rua do Hospício. Os cursos de engenharia passavam a ser ministrados definitivamente no Prédio do Centro de Tecnologia e Geociências (Figuras 15 e 16) no campus universitário. Torres (2008, p. 118) nos oferece um resumo de como se deu essa mudança:

O centro da cidade cada vez mais cheio de movimentação, com acúmulo de automóveis e ônibus. As calçadas repletas de transeuntes e ambulantes e a Rua do Hospício com mais lojas comerciais, restaurantes e lanchonetes, transformando o entorno da Escola numa grande movimentação comercial e urbana. Por outro lado, internamente a Instituição se esvaziava, não havia mais os numerosos alunos do 1º e 2º anos. Esses, já estavam assistindo aulas no Campus Universitário e perdendo o contato com os veteranos que sempre lhes transmitiam os valores acadêmicos e políticos da alma da Escola.

O ano de 1967 marcou a transferência da Escola para o campus da Cidade Universitária, onde até hoje permanece. O Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) para onde foram transferidos os cursos de engenharia, atualmente forma profissionais das mais variadas áreas: Engenharia Cartográfica, Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas,

Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval, Engenharia Química, além dos cursos de Geologia, Química Industrial e Oceanografia. Hoje a UFPE se faz presente em três regiões do Estado, comportando ao todo 12 Centros Acadêmicos, e tem uma comunidade que reúne mais de 40 mil pessoas, entre professores, servidores e alunos de graduação e pós-graduação.

Figura 16 - Centro de Tecnologia e Geociências - UFPE



Fonte: Patricia Maria Cabral de Araujo Silva (2015).

Figura 17 - Centro de Tecnologia e Geociências – UFPE



Fonte: Patricia Maria Cabral de Araujo Silva (2015).

Figura 18 - Auditório Prof. Newton da Silva Maia – CTG



Fonte: Patricia Maria Cabral de Araujo Silva (2015).

4.3 O Memorial da Engenharia em Pernambuco

A pesquisa se propôs a analisar institucionalmente a implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco e sua pertinência frente ao patrimônio cultural universitário. Lembramos que o funcionamento de um equipamento cultural vinculado a uma instituição pública não deixa de ser um olhar sobre a gestão pública, especificamente neste caso a gestão do patrimônio cultural ligado a uma universidade. A criação de museus, memoriais e centros culturais universitários pode contribuir no processo de divulgação da ciência, da cultura e da tecnologia, mediante um leque de atividades que podem ser oferecidas pelo espaço. São equipamentos diferenciados dos demais por se localizarem inseridos e vinculados a instituições de ensino superior e constituírem um prolongamento de suas atividades extensionistas na persecução da função social das Universidades para com a sociedade.

O Coordenador Executivo do Memorial da Engenharia, Professor Maurício Renato Pina Moreira, justificou, em entrevista preliminar, a opção por nominar tal equipamento por “Memorial” levando em consideração que o espaço contemplará o funcionamento de um Centro de Estudo e Pesquisa, um Centro de Informação e um Centro Cultural. Este espectro funcional amplo, assim como sua ligação com a memória da instituição, é apontado como o motivo ensejador da escolha,

ressaltando, contudo, que se trata de um espaço dinâmico, voltado para a memória, cultura e educação.

Nesse sentido, segundo o seu coordenador, um memorial que pretende dispor de um acervo bibliográfico e documental, além de funcionar como um centro cultural, teria a capacidade de comunicar a história da Escola de Engenharia de Pernambuco, assim como a época em que estava inserida, as atividades desenvolvidas, os saberes construídos, o relacionamento entre as pessoas que vivenciaram sua trajetória e o impacto da contribuição da referida instituição na evolução tecnológica e nas mudanças infra-estruturais da região, enquanto frutos do conhecimento produzido pela instituição.

Pontuando a trajetória do Memorial da Engenharia em Pernambuco, seu Coordenador Executivo, Prof. Maurício Pina nos informou (em entrevista preliminar para qualificação desta pesquisa) que se trata de um projeto que vem sendo acalentado desde os anos 1980, tendo como idealizador o professor Álvaro Camelo, docente (já aposentado) que era vinculado ao Departamento de Engenharia de Minas da UFPE.

Contudo, o prédio da escola de Engenharia permaneceu abandonado, sendo ocupado por um período pela Faculdade de Administração, pelo Diretório Central dos Estudantes e, a partir de 1999, serviu como espaço para abrigar os alunos do Ginásio Pernambucano, em face das reformas que estavam sendo realizadas naquela instituição situada na Rua da Aurora, mediante um acordo entre a Secretaria de Educação do Estado e a Universidade Federal de Pernambuco.

É neste antigo edifício (um prédio de 3.300 metros de área construída, que conta com 33 salas e com um salão nobre com capacidade para 200 pessoas) que está sendo implantado o Memorial da Engenharia em Pernambuco, cujo objetivo é funcionar não apenas como uma entidade de natureza histórica, voltada à preservação da memória da engenharia, entretanto também dialogando com o presente e o futuro, ressaltando seu caráter educativo e cultural.

Foi durante a gestão do anterior Reitor Amaro Lins (2003 a 2011), que se encaminhou a proposta de analisar a viabilidade do projeto do Memorial da Engenharia para aprovação junto ao Conselho de Administração da Universidade.

Mediante a Portaria nº 1378²⁴ de 03 de agosto de 2006, foi designado um grupo de professores com este objetivo (uma Comissão Especial de Estudo sobre o antigo prédio da Escola de Engenharia), ato que deu início formal à institucionalização do equipamento cultural na Universidade Federal de Pernambuco:

Nº 1378, de 03.08.2006 - Designar os professores abaixo relacionados para comporem, a partir de 07/08/2006, a Comissão Especial de Estudo sobre o antigo prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco: 1. ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO – PROEXT (Coordenador) 2. MAURÍCIO RENATO PINA MOREIRA – Departamento de Engenharia Civil 3. DENIS BERNARDES – Departamento de Serviço Social 4. ANTONIO CARLOS MARANHÃO AGUIAR – Departamento de Engenharia Mecânica (Processo nº 23076.002411/2006-55)

Observamos que a Comissão foi composta pelo então Pró-reitor de Extensão e atual reitor da UFPE, prof. Anísio Brasileiro, dois professores da área da engenharia (prof. Maurício Pina e Prof. Antônio Carlos M. Aguiar) e um professor do Departamento de Serviço Social, prof. Denis Bernardes, que era conhecido na instituição como um pesquisador da história institucional da UFPE. Aparentemente, procurou-se, na ocasião, criar uma comissão com uma interdisciplinaridade mínima.

Poucos meses depois, em 02 de março de 2007, um grupo de professores do curso de Engenharia da UFPE mobilizou-se novamente, junto ao então reitor, prof. Amaro Lins, pela criação do Memorial. Na ocasião ocorreu também a entrega do Relatório final da Comissão, que justificou a criação do Memorial com os seguintes objetivos:

Resgatar a história da Engenharia em Pernambuco, como registro para as futuras gerações; preservar o patrimônio, história e as memórias passadas e presentes; criar espaço para as atividades de extensão, formadoras de conhecimento técnico-científico e de temas ligados à Engenharia em Pernambuco, no Nordeste e no Brasil; servir de espaço para a valorização profissional do engenheiro (PINA, 2009, não paginado).

²⁴Portaria nº 1378 de 2006. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/progepe/images/boletins/antigos/2006/bo2006/ordinarios/boo200608.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

Além dos argumentos apresentados no Relatório, o grupo presente na reunião com o reitor embasou seus argumentos não apenas na importância do Memorial, mas também no fato de que o reitor era engenheiro de formação²⁵:

A comissão, capitaneada pelo ex-professor do departamento de Engenharia de Minas Álvaro Camelo, pretende criar no memorial um Centro Cultural com museu e setor de documentação, além de um Centro de Estudos e Pesquisas da História da Engenharia em Pernambuco e um Centro de Informação de Ciência e de Tecnologia de Engenharia. “Apesar da atenção que as outras administrações nos deram, a oportunidade ideal para o reconhecimento da importância desse memorial surgiu com o reitorado do professor Amaro, que é engenheiro e professor de engenharia”, explica Camelo. (ASCOM, 2007, grifo nosso).

Aparentemente a intenção deste argumento era reforçar o interesse institucional pelo projeto, pois se considerava que o reitor-engenheiro seria mais sensível aos interesses da corporação.

No mesmo ano de 2007, em 10 de julho²⁶, houve a designação institucional de um coordenador responsável pela *Coordenação dos Estudos e Elaboração do Projeto de Implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco*. O prof. Maurício Pina do Departamento de Engenharia Civil da UFPE, Coordenador Executivo do Memorial²⁷, conforme portaria nº 1479, publicada no Diário Oficial da União:

Portaria nº 1479, de 10.07.2007 - Designar MAURÍCIO RENATO PINA MOREIRA, SIAPE nºxxxxxx, Professor de Magistério Superior, lotado no Departamento de Engenharia Civil, **Responsável pela Coordenação dos Estudos e Elaboração do Projeto de Implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco.** (Processo nº 23076.010124/2007-08) Fonte: Diário Oficial da União.

²⁵ UFPE apoia proposta de criação do Memorial da Engenharia. Disponível em <https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=29036:a&catid=19&Itemid=72>. Acesso em: 31 out. 2014.

²⁶ Disponível em: <<https://www.ufpe.br/progepe/images/boletins/antigos/2007/bo2007/ordinarios/jul.07.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

²⁷ Disponível em: <<https://www.ufpe.br/progepe/images/boletins/antigos/2007/bo2007/ordinarios/jul.07.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2015.

No dia 03 de junho de 2009, a UFPE, a Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), a Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), o Clube da Engenharia de Pernambuco, assim como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE)²⁸ assinaram um Protocolo de Cooperação²⁹ visando a implantação do referido Memorial. O protocolo teria por objetivo propiciar condições para o estabelecimento de ações conjuntas destinadas à implantação e à manutenção do Memorial.

Em fevereiro de 2011, foi assinado um Protocolo de Intenções entre a UFPE e o Crea-PE, reiterando os objetivos do protocolo anterior:

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES Processo nº 23076.009835/2011-16. / Protocolo de Intenções nº 17/2011-UFPE, celebrado em 16.02.2011, entre a UFPE, CNPJ: 24.134.488/0001-08 e o CREA-PE, Objeto: **Propiciar condições para o estabelecimento de ações conjuntas, visando a implantação e a manutenção do Memorial da Engenharia em Pernambuco.**/ Vigência: 3(três) anos. / Assinaturas: UFPE: Prof. Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins - Reitor; CREA/PE: Sr. José Mário de Araújo Cavalcanti – Presidente (BRASIL, 2011, p. 56).

Alguns eventos já foram realizados no Memorial, desde reuniões do pleno do curso de Engenharia Civil, de uma das quais participou o Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), professor Vahan Agopyan³⁰, o qual ministrou uma palestra, em solenidade de homenagem aos professores recém aposentados e posse das chefias de departamento e coordenação da graduação, assim como lançamentos de livros e comemorações dos jubileus de turmas que colaram grau nos anos 1960.

²⁸ O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE) é uma entidade de classe responsável pela representação dos profissionais destas áreas. Foi mediante o Decreto Federal nº 23.569/1933 que o exercício profissional da engenharia no Brasil foi regulamentado. O Conselho Regional de Engenharia de Pernambuco foi fundado em 1934 sob a sigla de CREA 2ª Região.

²⁹ Disponível em:

<https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=34515:a&catid=19&Itemid=72>. Acesso: 10 jan. 2015.

³⁰ Disponível em:

<https://www.ufpe.br/proplan/index.php?option=com_content&view=article&id=252:pro-reitor-da-usp-faz-palestra-sobre-perspectivas-da-graduacao-e-pos-graduacao-no-brasil&catid=28&Itemid=122> Acesso: 10 jan. 2015.

Pequenas reformas também foram efetuadas, como a troca do assoalho e restauração dos banheiros, contudo o prédio ainda se encontra em situação lastimável, com infiltrações e deteriorações em sua estrutura física, conforme fotografias anexadas à dissertação (Apêndice B).

Objetivando dar celeridade ao processo, foi criada a Associação do Memorial da Engenharia em Pernambuco (entidade civil sem fins lucrativos) e para a requalificação do prédio já existe um anteprojeto do arquiteto Carlos Pontual para o espaço (Anexo C), porém, os projetos executivos ainda não foram elaborados.

A assembleia de fundação do Memorial ocorreu no dia 04 de maio de 2011, oportunidade em que foi fundada, por aclamação, a Associação do Memorial da Engenharia em Pernambuco, aprovado o Estatuto (Anexo B) da referida entidade e também empossados a diretoria e os conselhos deliberativo e fiscal³¹.

Fazendo uma referência sucinta ao Estatuto do Memorial da Engenharia em Pernambuco (anexo B), tal documento prevê inicialmente que se trata de uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, cuja missão precípua é “resgatar o patrimônio histórico e cultural da Engenharia Pernambucana.”

Estão previstos como objetivos do Memorial:

- preservar o patrimônio científico e técnico da engenharia, em particular de Pernambuco;
- realizar exposições permanentes e/ou temporárias com valor didático de interesse da comunidade universitária e também acessível para o público em geral;
- despertar vocações para a engenharia;
- iniciar o público nos fenômenos e leis fundamentais das ciências exatas;
- exibir as diversas áreas da engenharia e seus aspectos históricos e as perspectivas para o futuro.

(Fonte: Estatuto do Memorial da Engenharia – Anexo B).

O Estatuto categoriza os associados em associados fundadores, associados titulares, associados beneméritos e associados honorários, assim como deixa claro que a associação é constituída por um número ilimitado de associados, sejam

³¹ Maiores informações sobre o evento de fundação do Memorial disponível em <<http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=11779&sid=1201>> Acesso em: 02 nov. 2014.

engenheiros ou profissionais afins da engenharia. O documento prevê direitos e deveres dos respectivos associados.

Como direitos dos associados em geral estão previstos: participar de todas as atividades sociais promovidas pela Associação Memorial da Engenharia em Pernambuco, propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, (quando designados para estas funções), apresentar propostas, programas e projetos de ação para o memorial e não responder pelas obrigações do memorial.

No Estatuto também estão dispostos deveres dos associados, tais como: cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais; cooperar para o desenvolvimento do Memorial e difundir seus objetivos e ações; participar, na forma do Estatuto, das Assembleias Gerais convocadas e fazer proposições; cumprir com zelo as tarefas, comissões e representações a que se comprometa; desempenhar com zelo as tarefas correspondentes aos cargos que assumir; prestigiar de todos os modos o Memorial (abstendo-se de emitir opinião por ela, quando não esteja devidamente credenciado); evitar pronunciamentos pessoais que possam de qualquer maneira chocar-se com as decisões já tomadas pelo Memorial; pagar pontualmente as mensalidades e taxas que sejam estabelecidas para a sua categoria; abster-se de praticar quaisquer atos que possam vir a prejudicar o conceito e os interesses do Memorial e de seus Associados; zelar pelo patrimônio do Memorial e respeitar e fazer respeitar a ética e a cidadania.

Adentrando a esfera administrativa do Memorial são elencados os respectivos órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho Deliberativo, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Ressalta-se que a Assembleia Geral é o órgão máximo com poderes para resolver todos os assuntos relativos ao respectivo Memorial, enquanto que o Conselho Deliberativo (composto por 30 membros) é eleito juntamente com a Diretoria (8 membros – Presidente, Vice-Presidente, Diretor Administrativo, Vice-Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Vice-Diretor Financeiro, Diretor de Engenharia e Diretor Cultural) e o Conselho Fiscal (3 membros titulares e 3 membros suplentes), todos com o mesmo mandato. Suas atribuições são previstas do artigo 15 ao 37 do referido Estatuto.

No que tange às finalidades da Associação do Memorial da Engenharia em Pernambuco, o Estatuto dispõe que o bem cultural funcionará como Centro de

Estudo e Pesquisa da História da Engenharia em Pernambuco, como Centro de Informação de Ciência e Tecnologia de Engenharia e como Centro Cultural. Dentre as atividades que são propostas por cada função prevista no Estatuto do Memorial, elencamos de forma pormenorizada:

O **Centro de Estudo e Pesquisa** da História da Engenharia em Pernambuco pretende:

- a) Estudar o processo evolutivo da Engenharia em Pernambuco e suas causas;
- b) Propor convênios e acordos com instituições públicas e privadas visando obter recursos operacionais, dados bibliográficos e depoimentos pessoais para resgatar a história das instituições que fizeram e, atualmente, fazem Engenharia em Pernambuco;
- c) Propor convênios com representações diplomáticas de países que, por razões políticas, comerciais e técnicas construíram grandes obras de engenharia em Pernambuco;
- d) Selecionar obras históricas e outras que representem valorosos feitos da Engenharia em Pernambuco, visando proceder a uma análise crítica envolvendo estudos de diferentes impactos, com um caráter essencialmente educativo.

Como **Centro de Informação** de Ciência e Tecnologia de Engenharia, as ações serão:

- a) Promover intercâmbio com Universidades e Centros de Pesquisas nacionais e estrangeiras visando estabelecer um quadro comparativo com o desenvolvimento da Engenharia em Pernambuco, e tomara conhecimento de recentes tecnologias desenvolvidas no campo das engenharias nacional e estrangeira;
- b) Disseminar conhecimentos comparativos e de recentes tecnologias com professores, profissionais, estudantes e demais interessados.

Por fim, como **Centro Cultural** disporá de:

- a) Museu: exposição de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, motores, modelos reduzidos, minerais, rochas, fluxograma de processos produtivos, *lay-out* e outros materiais afins, todos com resumos explicativos;
- b) Divulgação: material para divulgação e treinamento, salas de aula, salas de reuniões, auditórios e outros elementos afins;
- c) Documentação: mapas, fotos, documentos diversos de interesse da engenharia, artigos, biblioteca no sentido mais amplo, acervos técnicos e bibliográficos, oriundos de eminentes professores e de outros profissionais da Engenharia em Pernambuco, além de outros materiais.

(Fonte: Estatuto do Memorial da Engenharia – Anexo B).

Nesta perspectiva, verificamos que se trata de um projeto audacioso, haja vista contemplar tantas funções em um só equipamento, e talvez todo esse arcabouço funcional constitua um dos motivos ensejadores das dificuldades de ordem jurídica/financeira que vêm se materializando e impedindo o andamento das reformas pretendidas, pois os gestores envolvidos são unânimes em relatar que há a necessidade de parcerias com instituições privadas de forma a possibilitar a captação de recursos e promover as obras previstas.

Neste aspecto, vale tecermos uma crítica, pois verificamos a dificuldade dos idealizadores (docentes/gestores) envolvidos com o projeto em compreenderem o que vem a ser um museu, concebem-no apenas como um espaço de exposição, reduzindo assim toda uma dimensão oferecida por esta nomenclatura, afinal museu também é espaço de educação, comunicação, preservação e entretenimento.

O Memorial já consta no site institucional como espaço extensionista da Universidade³², embora não esteja ainda em seu pleno funcionamento. Além das dificuldades de falta de recursos, alguns obstáculos de natureza jurídica vêm dificultando o andamento do projeto. Em 05 de julho do ano de 2014, veio à tona na

³² Disponível em:

<https://www.ufpe.br/proext/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=95>. Acesso em: 28 dez. 2014.

mídia local (matéria veiculada no Jornal do Comércio³³) a existência de um impasse entre a Universidade Federal de Pernambuco e o Governo do Estado, devido à dívida de mais de R\$ 1 milhão de reais em aluguel, pois durante 11 anos o prédio da Escola de Engenharia serviu para alojar os estudantes do Ginásio Pernambucano (uma Escola Estadual de referência, fundada em 1825, e que passou por reformas), mediante um contrato de locação entre a UFPE e a Secretaria de Educação do Governo do Estado.

A Universidade estaria se negando a receber as chaves do prédio devido à dívida e a Secretaria de Educação do Estado, por sua vez, nega o débito, tendo sido o impasse levado à Justiça Federal. Cumprindo decisão do Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo, da 3ª Vara, as chaves foram devolvidas no fim da manhã do dia 04 de julho de 2014. Por consequência, durante o ano de 2014 nenhum evento foi realizado na Escola de Engenharia, devido a uma orientação por parte do corpo jurídico da Universidade, de que o prédio não fosse ocupado enquanto perdurasse o impasse com a Secretaria de Educação do Estado.

Segundo a mesma notícia do Jornal do Comércio (Anexo A – reportagem 06), o prédio “onde se planeja erguer o Memorial da Engenharia permanece sem uso e exposto à degradação.” Mais adiante, a reportagem informa que a UFPE pretende transformá-lo no Memorial da Engenharia, o qual contará com biblioteca, museu, espaço cultural e centro de educação continuada da universidade. Informa também que está sendo elaborado o projeto de recuperação e reforma e que se está buscando parcerias para a viabilização das obras.

Apesar do conflito, ainda não solucionado, o prédio foi devolvido à UFPE, por determinação judicial, conforme trataremos adiante.

De acordo com o Coordenador Executivo do Memorial os próximos passos para a sua efetiva implantação são, primeiramente, conseguir junto à Prefeitura da Universidade algum recurso para o conserto da cobertura do prédio que está com infiltrações (este problema na infraestrutura vem impedindo a ocupação imediata do prédio), fazer uma pintura geral e recuperar as esquadrias. Este também relatou que

³³ Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/07/05/predio-da-antiga-escola-de-engenharia-sofre-com-impasse-entre-ufpe-e-estado-134417.php>>. Acesso em: 05 ag. 2014.

a ocupação não ocorrera antes devido ao problema jurídico com a Secretaria de Educação do Estado, como já foi relatado.

A ideia é levar o mobiliário da antiga Escola de Engenharia, que se encontra no CTG, para o Memorial, assim ir ocupando com as unidades administrativas previstas no Estatuto, tais como o conselho deliberativo, o conselho fiscal, a presidência, de forma a se instalarem aos poucos, tendo em vista que o prédio não pode ficar desocupado e se degradando. Existem vários livros, que comporão o acervo bibliográfico do museu, que serão levados, doações realizadas por professores e engenheiros importantes, como é o caso da biblioteca particular do falecido ex-governador e engenheiro Cid Sampaio.

Diante do exposto, recapitulamos que o patrimônio cultural oferece um suporte importante na educação das pessoas, contribuindo para a formação de uma consciência cidadã comprometida com a sua preservação e importância para gerações futuras. Estas potencialidades poderiam ser trabalhadas no Memorial da Engenharia quando estiver em pleno funcionamento, pois os seus idealizadores deixam claro que ele não será um espaço de saudosismo inerte, pois pretende funcionar como espaço dinâmico, promovendo um diálogo entre o passado, o presente e o futuro.

Entretanto chamamos atenção para um ponto que não pode ser relegado, no que tange à constituição dos lugares de memória, que é evitar se cair no equívoco de nutrir uma “visão sacralizada” em relação aos espaços institucionais, cuja função precípua deve ser gerar informação, disseminar conhecimento e propiciar trocas de experiências com o seu entorno. Democratização e inclusão são palavras de ordem quando se busca criar uma consciência preservacionista a respeito do patrimônio cultural de uma determinada coletividade.

O Memorial a fim de cumprir sua função social deve visar, como um dos principais objetivos a serem perseguidos, além da preservação da memória institucional, o seu usufruto por parte dos atores relacionados com a sua identidade cultural (alunos tanto da UFPE como de outras universidades públicas e particulares, docentes, servidores, ex-alunos, profissionais da área), embora isto não signifique a exclusão da comunidade não acadêmica, a exemplo dos alunos da rede pública e particular, muitos dos quais futuros profissionais da engenharia.

Figura 19 - Prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco (2013)



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

Figura 20 - Busto do professor e ex-diretor da Escola de Engenharia Manoel Antônio de Moraes Rêgo³⁴



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

³⁴ Homem público de destaque em sua atividade e de reconhecida estatura moral, Manoel Antonio de Moraes Rego foi nomeado, em 1915, pelo governador Manoel Borba para administrar o Recife, cargo que exerceu como prefeito da cidade até 1918. Foi professor da Escola de Engenharia de Pernambuco, de 1904 a 1951, e diretor da instituição por dois períodos, de 1917 a 1930 e de 1939 a 1948. Moraes Rego foi também engenheiro-chefe de fiscalização do porto do Recife. Em 1905, fundou a Escola Livre de Engenharia. Foi fundador do Clube de Engenharia de Pernambuco, em 1919, e presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE) em dois mandatos, em 1941 e 1947.

5 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA ENGENHARIA: METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA, ANÁLISES E PROPOSIÇÕES

5.1 Metodologia

Neste capítulo trabalharemos o desenvolvimento metodológico da pesquisa, delineando em quais bases teóricas ela foi construída, assim como traremos os dados obtidos pelas entrevistas estruturadas e semiestruturadas que foram realizadas, para, em seguida, analisarmos as informações verificadas e, por fim, elencarmos proposições/sugestões que podem colaborar na gestão do patrimônio cultural da Universidade, particularmente, do Memorial da Engenharia, objeto deste estudo.

Quanto à metodologia utilizada pela pesquisa, para melhor compreensão dos instrumentos adotados, nos apoiamos na classificação clássica do fazer investigativo, proposta por Vergara (2013), o qual sustenta-se em dois pilares: quanto aos fins e quanto aos meios. Por conseguinte, foi utilizada pesquisa exploratória³⁵ de natureza qualitativa. Exploratória porque, embora várias instituições culturais sejam alvo de pesquisas, sobre o Memorial da Engenharia há pouco conhecimento e nenhum estudo aprofundado relativo a tal objeto.

Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, uma vez que buscou aproximar-se da construção de alguns conceitos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, entre os quais: gestão pública, cultura, política cultural, bens culturais, patrimônio cultural, memória, identidade, educação patrimonial, memoriais, dentre outros, tendo por base material já publicado em livros, jornais, revistas, redes eletrônicas, etc. A pesquisa bibliográfica, nos argumentos de Gil (2010), é uma parte da pesquisa que oferece grande contribuição à fundamentação teórica do trabalho. Outra vantagem da pesquisa bibliográfica é “facilitar a compreensão de estudos históricos e fatos passados” (GIL, 2010, p. 30).

³⁵ A investigação exploratória, que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada na área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa (VERGARA, 2013, p. 42).

Quanto à pesquisa documental, destacamos que o conceito de documento, por sua vez, é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento (GIL, 2010, p. 31). Desta forma, o trabalho se respaldou na análise de documentos oficiais, tanto internos da instituição, como das publicações oficiais que trataram sobre o Memorial da Engenharia em Pernambuco, seja no Diário Oficial da União, seja no site da AsCom (Assessoria de Comunicação da UFPE), assim como de instituições como o CREA-PE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco), do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), do Clube de Engenharia de Pernambuco, assim como de notícias veiculadas pela imprensa local.

O Estatuto do Memorial, assim como o anteprojeto do arquiteto Carlos Pontual (Anexo C), as portarias e os planos institucionais da UFPE (PDI 2014-2018 e PEI 2014-2027) que, inclusive, já foram referenciados no subcapítulo que tratou da Universidade e o Patrimônio Cultural (p. 37- 38), constituíram o cerne da pesquisa documental que embasou este trabalho. Entretanto, reconhecemos que a falta de um plano estratégico para o espaço constitui uma lacuna que dificultou averiguarmos melhor quais as diretrizes propostas para este equipamento.

A pesquisa foi de campo, de caráter exploratório, uma vez que coletou dados primários da instituição e teve seu interesse voltado a um grupo de indivíduos específicos (pessoas envolvidas com o estudo, o ensino ou a profissão de engenharia e a gestão na Universidade). Segundo Gil (2010, p. 27) “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

A pesquisa de campo começou a ser realizada no ano de 2013, quando participei do evento “Jubileu de Ouro da Turma de 1963” e pude verificar *in loco* a situação atual do prédio onde funcionou a Escola de Engenharia (aproximando-me do objeto da pesquisa), podendo captar dados sobre o Memorial, mediante diálogos com o coordenador executivo, visando conhecer mais sobre a finalidade do projeto, os apoiadores, os entraves existentes e tirando algumas fotografias do espaço. Participaram da cerimônia o Magnífico Reitor, Professor Anísio Brasileiro, que ressaltou a importância histórica da referida escola, além de profissionais da engenharia e ex-alunos da Escola de Engenharia.

Ao longo da pesquisa optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas individuais realizadas com os docentes/gestores envolvidos com o projeto do Memorial da Engenharia, a partir da elaboração dos Roteiros de Entrevistas (Apêndice A) e entrevistas estruturadas³⁶ (mediante formulários respondidos por alunos das engenharias do Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE – Apêndice C). Para Chizzotti:

A entrevista dirigida em pesquisa é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham informações e possam emití-las. As informações colhidas sobre fatos e opiniões devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar. É, pois, um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho (CHIZZOTTI, 1998, p. 57).

Como servidora lotada na Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociência da UFPE, considero válida para a pesquisa a contribuição dos alunos de Engenharia sobre o Memorial e suas expectativas diante das atividades que serão desenvolvidas neste espaço, já que serão futuros usuários dos seus serviços. Este posicionamento foi proposto como objetivo específico do projeto, quando previa apreender o grau de conhecimento dos alunos de engenharia da UFPE sobre a Escola de Engenharia e a importância do respectivo Memorial.

As perguntas foram realizadas mediante a distribuição de questionários, na Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências, durante período de provas referentes ao último período do ano de 2014, ou seja, com os alunos que mais assiduamente frequentam a biblioteca.

A entrevista estruturada foi escolhida porque oferece a possibilidade de fazermos levantamentos de ordem quantitativa dos dados. Utilizamos de uma lista composta por cinco perguntas, tipo questionário, cujo objetivo foi averiguar o grau de percepção/conhecimento do alunado (das graduações e pós-graduações) de engenharia da UFPE, sobre a antiga Escola de Engenharia de Pernambuco, assim como da implantação do Memorial da Engenharia.

³⁶ Segundo Gil (2012, p. 113) “a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem de redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número.”

Optamos por separar os resultados da pesquisa realizada com os alunos dos dados obtidos com os gestores, pois percebemos tratar-se de instrumentos com finalidades distintas, além de contarem com questionamentos de ordem diversas entre si. Após a elaboração do Formulário (Apêndice A) para averiguar o grau de conhecimento a respeito do Memorial de Engenharia a ser implantado em Pernambuco, distribuímos nos dias 04, 05 e 10 de dezembro de 2014, 100 formulários na Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências, aos alunos presentes. A escolha do local de pesquisa não foi aleatória. Neste espaço encontra-se a diversidade dos alunos de engenharia, tanto de graduação, como da pós-graduação.

As perguntas propostas nos questionários, distribuídos na Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências, foram as seguintes:

1. Você já ouviu falar em Patrimônio Cultural Universitário? Sim ou não.
2. Na antiga Escola de Engenharia está sendo implantado o Memorial da Engenharia em Pernambuco. Você sabia dessa iniciativa? Sim ou não.
3. Você a considera importante? Por quê?
4. Você teria interesse em conhecer o Memorial da Engenharia em Pernambuco? Sim ou não.
5. Quais atividades você espera encontrar neste espaço?

Nas entrevistas semiestruturadas, o público alvo selecionado foi composto pelos seguintes docentes/gestores envolvidos com o processo de implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco:

1. **Antônio Celso Dantas Antonino** (Ex-Diretor do Centro de Tecnologia e Geociências e docente vinculado ao Departamento de Energia Nuclear). Para fins de agilidade nas citações, utilizamos a sigla **E1** para identificar este entrevistado.
2. **Maurício Renato Pina Moreira** (Coordenador Executivo do Memorial da Engenharia em Pernambuco e docente vinculado ao Departamento de Engenharia Civil da UFPE). Este entrevistado está identificado com a sigla **E2**, ao longo das análises de suas falas.
3. **Reitor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado**. Foi Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE de 2007 a 2011, após ter sido pró-reitor de

extensão no primeiro mandato do professor Amaro Lins. Docente ligado ao departamento de Engenharia Civil do Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE. Utilizamos a sigla **E3** para identificar este entrevistado.

4. **José Mário Cavalcanti** (Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco), sua gestão findou recentemente no final de 2014. É também Professor vinculado ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Ao longo do texto este entrevistado está identificado com a sigla **E4**.

Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas foram analisados a partir da decomposição de categorias da dimensão institucional do projeto em análise, visualizadas a partir da ótica da gestão pública. A análise foi subdividida em *Categorias de Análise*, para então visualizarmos os entraves e as potencialidades de cada categoria objetivando apontar caminhos para que o Memorial da Engenharia de Pernambuco funcione em toda a sua plenitude, conforme previsto em seu Estatuto. Tal dimensão e categorias de análise foram construídas a partir do resultado das entrevistas, tendo sido agrupadas as temáticas abordadas pelos entrevistados, da seguinte forma:

Quadro 1 - Dimensão Institucional

<i>Dimensão Institucional:</i>
a) Gestão do Patrimônio Cultural Universitário
b) Recursos/financiamentos
c) Serviços a oferecer, tecnologias e ambientes
d) Infraestrutura física atual
e) Relevância do Projeto
f) Parcerias externas (outras instituições)
g) Parcerias internas (os alunos)

Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

A seguir serão analisados os dados levantados durante a pesquisa de campo, realizando também ilações com os dados levantados ao longo da pesquisa documental.

5.2 Análise das dimensões institucionais da implantação do Memorial da Engenharia

A proposta é analisarmos, a partir das entrevistas semiestruturadas e estruturadas, as dimensões institucionais envolvidas com o Memorial da Engenharia em Pernambuco. O cerne é realizarmos a abordagem das influências que podem estar colaborando ou dificultando o pleno desenvolvimento do Memorial em análise, no âmbito institucional macro e micro. Portanto, consideramos como influência, a Gestão do Patrimônio Cultural Universitário no âmbito da UFPE, os recursos e parcerias externas, os serviços que serão oferecidos, a infraestrutura do prédio e as parcerias internas (com outros profissionais da engenharia, assim como com o corpo discente dos cursos de engenharia da Universidade). Também consideramos influências as questões ligadas à área administrativa, a ausência de um Projeto do Memorial como instrumento de planejamento, características, elaboração, completude, e a disponibilidade dos Recursos (financiamento) para concretude do Projeto.

a) Gestão do Patrimônio Cultural Universitário

Conforme já explicitado anteriormente, consideramos que as universidades estão inseridas nas diretrizes e parâmetros da gestão pública brasileira, assim como da gestão do patrimônio cultural universitário. O modelo gerencial, conforme explicitado pelos conceitos expostos no primeiro capítulo desta pesquisa, está pautado nos princípios que regem a administração pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Este modelo leva em consideração a participação dos cidadãos nas decisões envolvendo a coisa pública, assim como a governança enquanto paradigma relacional entre a comunidade e o governo gerencial, buscando a estruturação de políticas públicas que visem o bem comum.

Sobre a Gestão da Cultura na UFPE discorre o Entrevistado **E3**

A universidade é a instituição como espaço de valores, e a cultura é um vetor estratégico de construção das nossas identidades, daí o Memorial Denis Bernardes, nossas parcerias com várias entidades como a FUNDAJ, o Ministério da Cultura e **a importância que temos agora de construir o Sistema Integrado de Cultura**, que vai ser coordenado pelo Professor Marcos Galindo, porque **uma das características da universidade é a autonomia** e isso é bom, você estuda o que você quer, **mas essa autonomia ela tem um limite que é o de nós não conhecermos o que cada um está fazendo, isso é uma característica da atomização, da dispersão, ou da fragmentação da instância universitária. Ela por um lado é um espaço das identidades e dos valores culturais, por outro lado ela é dispersa...**se olharmos a UFPE nós temos o museu de mineralogia, nós temos o Memorial da Medicina, **nós estamos construindo a ideia do Memorial da Engenharia**, temos a micoteca, a hemeroteca no CCJ, então a ideia da gestão tem sido da gente buscar integrar aquilo que é historicamente desintegrado, respeitando as especificidades, mas buscando articular essas unidades pra que se tenha políticas, tanto a nível interno de guarda de acervos, estudo de nossas memórias, como desse acervo ser colocado a serviço da sociedade (grifos nossos).

Diante da opinião exposta pelo entrevistado **E3** verificamos que existe uma peculiaridade na forma como ele se refere ao Memorial da Engenharia, tratando-o ainda como um projeto, uma ideia que está se constituindo. Outra questão que se evidencia é o reconhecimento de que a gestão cultural na instituição ainda é um processo em construção, uma vez que não há uma comunicação do que vem sendo realizado pelos departamentos e setores da própria universidade, ou seja, ela ainda não opera como um sistema. Contudo, há uma clara demonstração de que, embora esse obstáculo exista, busca-se desenvolver mecanismos que suplantem essa dificuldade, quando é relatada a intenção de se estruturar um Sistema Integrado de Cultura, previsto, inclusive, no Plano de Diretrizes Institucionais (PDI 2014-2018).

Quando questionados sobre quais os entraves/obstáculos que estão impedindo o funcionamento pleno do Memorial da Engenharia e, se a amplitude do arcabouço funcional prevista no seu Estatuto (contemplando um Centro Cultural, um Centro de Educação e Pesquisa e um Centro de Informação) não estaria contribuindo para a configuração destes obstáculos, os entrevistados apontaram questões de ordem jurídica e burocrática como os maiores óbices, haja vista a necessidade de captar recursos e o fato da Universidade não poder arcar sozinha,

financeiramente, com a reforma do prédio da Escola de Engenharia que abrigará o Memorial e a sua manutenção.

E1. Isso passa muito pelo **aspecto jurídico**, pela Procuradoria está certo? Tem muita confusão, acho na cabeça de todo mundo, como é que isso vai se dar, essa relação de uma entidade, mesmo sem fins lucrativos, como é que pode, porque na verdade, como vai se manter o Memorial da Engenharia? A Universidade só, não vai poder tá? Com os recursos que ela tem, fazer a manutenção desse prédio, apesar de ter uma estrita relação com a universidade; tem que se pensar em outras formas de utilização desse espaço.

[...] Por exemplo, uma empresa que queira fazer uma reforma em qualquer prédio da universidade, qualquer doação de qualquer empresa privada, tá certo? Você tem que abrir uma chamada pública para que dê oportunidade a outras empresas [...] **se alguém quer doar alguma coisa à Universidade, fazer algum benefício tem que se submeter a tal prática jurídica, em vez de você ter regras jurídicas que facilitem essa doação parece que algum sistema impede.**

[...] **Então você cria, de certa forma, uma série de regras pra proteger os recursos públicos quando na verdade você cria uma dificuldade**, as pessoas não tão tratando mais pra que as coisas sejam executadas. Esta relação precisa ser muito mais simples e transparente. (grifos nossos).

O entrevistado está fazendo menção a um impasse jurídico que vem sendo vivido pela Universidade já há alguns anos. Trata-se de um entendimento da Procuradoria Jurídica da União que assessora a UFPE, acerca do uso dos espaços físicos da instituição. Segundo entendimento da Procuradoria para o uso dos espaços físicos deveria ser aplicado, estritamente, o disposto na lei nº 8666/1993, que dispõe:

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Assim, há entendimento corrente na UFPE de que não é possível ceder, sem ônus para o cessionário, nenhum espaço físico localizado em imóvel da instituição, nem mesmo em troca de benefícios físicos para o imóvel ou outra forma de

contrapartida de ordem não pecuniária. Tal entendimento jurídico não faz distinção entre instituições cessionárias com ou sem fins lucrativos³⁷.

Esta compreensão já esteve na base da cessão do prédio para uso do Ginásio Pernambucano (Governo do Estado de Pernambuco), mas tem também um importante reflexo no que diz respeito à ocupação do espaço físico do Memorial da Engenharia, que prevê parcerias com instituições que gostariam de ocupar fisicamente o espaço. Tal situação deverá se aplicar, inclusive, no que diz respeito à ocupação do prédio pela Associação Memorial da Engenharia em Pernambuco, criada com a intenção de gerir o Memorial.

O Entrevistado **E2** é enfático em sinalizar a especificidade da situação institucional do Memorial da Engenharia, que é gerida ao mesmo tempo pela UFPE e pela Associação. Ao mesmo tempo, também faz menção a questões burocráticas externas, relacionadas com a criação da Associação:

E2 - A burocracia é terrível, tive que ir mais e 30 vezes ao Cartório para registro do Estatuto, é um processo penoso. O estatuto tem de ser registrado para a obtenção do CNPJ, porque **há dois aspectos institucionais: o Memorial é parte integrante da Universidade** (o prédio pertence à Universidade)...mas por outro lado, também existe uma associação que foi registrada, entidade civil sem fins lucrativos, criada para facilitar o processo de implantação do Memorial da Engenharia.

O Entrevistado **E3** não aponta a problemática jurídica, afirmando que este problema já foi sanado e utilizando uma estratégia narrativa que extrapola as questões internas à UFPE, remetendo o conflito para o modelo de estado brasileiro em suas relações com a iniciativa privada. Ao apontar a necessidade de “engendrar um novo modelo”, de certa forma reconhece que a questão ainda não está bem resolvida no âmbito da própria universidade, que este modelo ainda não está implementado, embora direcione a questão para a dimensão política.

E3 - Os limites para se concretizar, eu diria então que o limite é financeiro e o limite é de gestão, de como se dá a gestão das obras da universidade. A universidade herdou do Reuni e das obras de interiorização um portfólio de obras imenso, com a ampliação dos cursos da graduação e da pós, nós praticamente duplicamos o

³⁷ Informações colhidas verbalmente junto à gestora do Memorial da Medicina de Pernambuco, prof. Emanuela Sousa Ribeiro, também orientadora deste trabalho.

número de estudantes em 15 anos, nós renovamos o nosso corpo docente e técnico praticamente todo.

[...] então para isso **nós temos que engenhar um novo modelo de gestão capaz de captar recursos públicos e privados**, das empresas públicas, eu dou o exemplo da Chesf, ou das empresas privadas, e aí eu dou o exemplo das construtoras como a Odebrecht, a Queiroz Galvão que se constituíram com base no capital humano formado nas universidades federais, porque somos nós que, juntamente com a UPE, aqui em Pernambuco, somos responsáveis por essa formação altamente qualificada...então **o maior entrave hoje, eu diria que juridicamente já resolvemos, porque nossa procuradoria é importante e inovadora.**

[...] Eu diria que hoje nós estamos preparados para que esses **entraves históricos de falta de recursos, de falta de pessoal, de falta de clareza sobre como trazer recursos da iniciativa privada, hoje nós já superamos** e concludo: **o entrave não é mais de natureza jurídica, eu diria mais de natureza política**, de que se é certo ou errado trazer recursos da iniciativa privada e das empresas públicas, nós já superamos essa discussão e sabemos que outras universidades já o fizeram também, eu dei o exemplo da unidade de cirurgia experimental [...](grifos nossos).

O mesmo entrevistado **E3** corrobora a impossibilidade da Universidade arcar com os custos da recuperação e da manutenção do Memorial. Um ponto interessante que verificamos é que a UFPE, como gestora, só vê a questão da implantação do equipamento, contudo em nenhum momento trata da sua continuidade, depositando todas as esperanças de viabilidade nas parcerias com a iniciativa privada.

Compreensão distinta tem o entrevistado E4:

E4 – [...] até porque é um projeto que **já está implantado**, essa questão agora da busca de recursos para fazer um projeto que foi desenvolvido adaptando aquele prédio em que certamente os espaços estão sendo muito bem utilizados, tem equipamentos de auditórios, centros de eventos, salão nobre que será mantido como era no passado para que alguns tipos de eventos magnos possam ser realizados ali também, então tudo isso está em projeto **e até também os custos levantados**, a busca agora é para patrocinadores e a ideia era contar com algumas grandes empresas de engenharia que no passado se prontificaram em participar. A Petrobrás era uma das que se pretendia buscar recursos, a Chesf, a Eletrobrás, enfim diversas grandes empresas estatais brasileiras como também grandes empresas de engenharia, a Queiroz Galvão, a Camargo Correia e tantas outras que tem aí, que é evidente que num projeto desses elas teriam todo interesse, como ainda tem, isso não está, mas agora é preciso fazer um trabalho mais cauteloso, um trabalho político pra juntar tudo isso. (grifos nossos).

Da fala do **E4** apontamos um diferencial: ele é o único a se referir ao Memorial da Engenharia como projeto já implantado, referindo-se apenas às questões de ordem financeira como as responsáveis pelo fato do equipamento ainda não estar em pleno funcionamento. Notamos a ênfase que é dada a importância da articulação política com a iniciativa privada, enquanto parceiras, de forma a dar concretude ao memorial.

b) Recursos/financiamentos

Quanto à questão da captação de recursos, os entrevistados reconheceram a importância da criação da *Associação do Memorial da Engenharia* (entidade civil sem fins lucrativos) como uma alternativa a dar maior celeridade ao processo (facilitando a captação de recursos para a recuperação do prédio e implantação do projeto), como demonstra a fala do Entrevistado **E2**:

[...] as amarras do serviço público é uma coisa muito complicada, por isso achamos por bem, com o apoio da Universidade, criar esta associação, porque, por exemplo, quando uma entidade destas quiser participar da recuperação do prédio, faz a doação para a associação que aplica a verba e presta contas.

O Entrevistado **E2** considera que a implantação desta Associação seja uma possível solução destes entraves/óbices no tocante ao financiamento/recursos “porque, por exemplo, quando uma entidade destas quiser participar da recuperação do prédio, faz a doação para a associação que aplica a verba e presta contas.” (informação verbal).

Evidenciamos que, no momento de criação do Memorial, conforme noticiado pelo site do Clube da Engenharia, em discurso proferido pelo Coordenador Maurício Pina³⁸, houve a manifestação de apoio de diversas entidades, além do Crea-PE, tais como: o Clube de Engenharia de Pernambuco, o Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco, o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (SINDUSCON/PE), a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI/PE), do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO), da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e

³⁸ Disponível em: <<http://www.clubedeengenhariadepe.com.br/pina090603.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Agrônomos do Vale do São Francisco (ASSEA), da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica – Núcleo Nordeste – ABMS, do Instituto Pernambucano de Avaliações e Perícias de Engenharia – IPEAPE, da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pernambuco – AEAPE, da Associação dos Profissionais de Engenharia Eletrônica e Telemática – APEET, da Associação Nordestino Brasileira de Engenheiros de Minas – ANBEM, da Associação Pernambucana de Engenheiros Florestais – APEEF, da Associação dos Engenheiros de Pesca de Pernambuco – AEP-PE, do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-PE, da Associação dos Engenheiros de Segurança no Trabalho de Pernambuco – AESPE e da Associação Profissional dos Geólogos de Pernambuco – AGP.

Contudo, esse apoio não significa necessariamente que todas estas entidades contribuirão financeiramente com a instituição, embora exista o interesse de que algumas destas instituições civis tenham representações no Memorial, de forma a viabilizar um maior dinamismo ao espaço. O entrevistado E1 ressalta esta problemática:

E1 - Isso passa muito pelo aspecto jurídico, pela Procuradoria está certo. Tem muita confusão, acho na cabeça de todo mundo, como é que isso vai se dar, essa relação de uma entidade, mesmo sem fins lucrativos, como é que pode, porque na verdade, como vai se manter o Memorial da Engenharia, a Universidade só não vai poder está, com os recursos que ela tem, fazer a manutenção desse prédio, apesar de ter uma estrita relação com a universidade, tem que se pensar em outras formas de utilização desse espaço.

A universidade tem alguns funcionários, mas o Memorial vai precisar ter outros, então **na medida em que o Crea-PE coloca um ponto de atendimento lá**, é uma relação que se dá entre o Crea-PE com uma instituição federal, **vai haver uma certa arrecadação de recursos, com certeza. Também vai haver um compartilhamento de despesas e manutenção daquele espaço.** Não é que tenha uma intenção de que haja lucros, mas qualquer gestão precisa de recursos.

Recapitulamos que existe uma dificuldade de entendimento jurídico existente neste campo, por parte da Procuradoria da própria UFPE e os conflitos com a Lei 8666/1993 que dispõe sobre licitações e contratos, tangente à cessão dos espaços

da Universidade (que é herdeira da Escola de Engenharia) e é regida pelo referido diploma legal.

c) Serviços a oferecer, tecnologias e ambientes

Um memorial é um espaço relacionado a uma memória específica, e, geralmente, os que são criados pela administração pública são vinculados a uma memória institucional. Os memoriais se caracterizam por reunirem num mesmo escopo várias funções, tais como museu, centro cultural, dentre outras.

Entretanto, os gestores/docentes envolvidos com o Memorial da Engenharia deixam claro, nas entrevistas, que, embora enaltecer o passado da Escola de Engenharia seja um objetivo importante, a instituição não tem apenas essa pretensão, pois como funcionará também como um Centro de Estudo e Pesquisa e um Centro de Informação, pretende, sobretudo, dialogar com o presente e o futuro ao oferecer um centro de educação continuada, cursos de capacitação, palestras sobre temas atuais importantes e um posto avançado de atendimento do Crea-PE. Não há a percepção, por parte de nenhum dos entrevistados, que as instituições de memória, - memoriais, museus ou centros culturais - necessariamente já dialogam com o presente e com o futuro; nas falas dos entrevistados estas ações de contrapõem:

E2 - No projeto do Memorial incluímos a implantação de cursos de educação continuada, então o arquiteto reservou um espaço, com **auditório para 130 lugares** e, esse auditório será exatamente o **Centro de Educação continuada** da engenharia, para realização de palestras, seminários, e tem outro ponto também que será o **Museu da Engenharia** com uma biblioteca de livros antigos

Na antiga sala da Congregação dos Professores da Escola de Engenharia, um espaço amplo, imponente, vai funcionar o **Centro Cultural**, isso é muito importante não só para a engenharia mas para o centro da cidade, será um espaço amplo, vai ocupar toda a frente do prédio no 1º andar...então se um engenheiro quiser lançar um livro, ele terá um espaço para isso, assim como para algum evento na área cultural sabe...então isso tudo vai motivar as pessoas.

Além disso, no projeto, o arquiteto criou um **espaço de convivência**, que terá **um café** (o qual pode ser arrendado pela universidade), um espaço para que engenheiros se encontrem, uma loja de *souvenirs* (se a pessoa quiser uma camiseta, um boné, um chaveiro, uma lembrança sobre a Escola de Engenharia) isso tudo vai atrair público pra lá, termos esse espaço de convivência.

E4 - O Crea-PE tem dentro de suas obrigações a possibilidade de transferir pequenos recursos para o campo da valorização profissional e, nessa linha, o Memorial da Engenharia pode trazer de qualquer forma um tipo de programação ou evento do qual ele tenha um interesse maior na valorização profissional, neste aspecto nós poderíamos fazer parcerias como **cursos oferecidos pelo Memorial para melhor formar o profissional**, para fazer o que chamamos de educação continuada, nós teríamos outros eventos como congressos, seminários...a ideia é utilizar aquele espaço para que o Crea-PE tenha uma representação simbólica lá, **um posto de atendimento no prédio do Memorial**. Então essa seria nossa participação podendo ainda ser ampliada em função das demandas que fossem chegando, mas nós teríamos mecanismos legais para fazer o tipo de aporte necessário para manter o memorial vivo, que seria através da oferta dos cursos de educação continuada, ofertas de eventos também dentro do campo da engenharia, nas discussões e debates de temas importantes, temas tanto técnicos como sociais e políticos dentro do Memorial e outras tantas oportunidades que poderiam surgir dentro de uma parceria como essa.

E3 - O Memorial deve cumprir o seu papel quer através de visitas, através de vídeos, através da disciplina de introdução à engenharia tem o papel de fazer esse link entre os grandes momentos da engenharia e a sociedade, porque o papel da universidade não é outro senão servir à sociedade, **associação de egressos**, o memorial como espaço de visitas, cursos de extensão, debates de temas da sociedade, nós temos um campus maravilhoso no centro da cidade com a Faculdade de Direito, o anexo da Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia, a Escola de Medicina, nós temos um patrimônio fantástico que é o núcleo de televisão e rádio, que é a TVU.

d) Infraestrutura física atual

Houve questões envolvendo o Memorial da Engenharia que somente foram esclarecidas pelo seu Coordenador Executivo, o que é natural posto que há detalhes particulares que somente quem está à frente do projeto poderia deslindar. Quanto à estrutura física do prédio, conforme fotos (apêndice B), podemos observar o quanto estão visíveis sinais de deterioração, como as infiltrações, por exemplo. Segundo o entrevistado E2, quando o prédio foi devolvido pela Secretaria de Educação do Governo do Estado, verificou-se um quadro desolador (degraus de mármore quebrados, lavatórios faltando), além de uma dívida financeira para com a Universidade, oriunda dos anos em que para lá foram realocados os alunos do Ginásio Pernambucano.

e) Relevância do projeto

O equipamento enquanto “lugar de memória”, revela o desejo de um grupo em ritualizar as trajetórias e a construção do conhecimento no campo da engenharia em nossa região, exaltar os nobres professores que se dedicaram à missão do ensino neste campo, ou seja, percebemos que, assim como os profissionais da advocacia e da medicina, representados respectivamente pela Faculdade de Direito do Recife e pelo Memorial da Medicina, constituíram seus locais de rememoração, a engenharia caminha para o mesmo intento. Estamos tratando de profissões que sempre gozaram de prestígio e *status quo* na sociedade brasileira.

Entretanto, quando questionados sobre a importância do Memorial e o que ele representa para a engenharia em Pernambuco, todos os entrevistados foram unânimes no reconhecimento do caráter preservacionista do espaço, mas com um olhar voltado para o presente e o futuro, ou seja, a instituição não terá um viés apenas passadista, pois todos foram enfáticos em ressaltar a necessidade do espaço ter dinamismo. Por esse motivo, é uma entidade que buscará romper os muros da UFPE, pois tenta dialogar com outras instituições, acadêmicas ou não, que tenham relações com o campo da engenharia. Novamente, nas falas dos entrevistados, as relações entre passado, presente e futuro se contrapõem:

E1 - A ideia do Memorial em si não é ser apenas um espaço de memória, mas a ideia é de que seja algo que tenha uma dinâmica extremamente atual, está certo? Por exemplo, o ideal é que o Memorial sirva também para atualização dos próprios engenheiros e poder abrigar algumas entidades de classe, como, por exemplo, o Crea-PE, e outras entidades...então **a ideia é de que o Memorial possa ser uma entidade viva**, com diversas atividades e, lógico, com a importância devida dada à memória porque nada se faz sem conhecê-la, sem ter esse resgate, sem saber como as coisas foram construídas relativas à engenharia aqui em Pernambuco e no país. (Grifo nosso)

E2 - O Memorial da Engenharia em Pernambuco **será uma entidade não apenas histórica, voltada à preservação da memória da Engenharia, mas também educativa e cultural**. Sempre faço questão de dizer que esse Memorial não é o Memorial da Engenharia da UFPE, mas Memorial da Engenharia em Pernambuco. [...] A gente tem que reverenciar o passado, mas pensar no futuro. (Grifo nosso)

E3 - Então **você só pode entender a Universidade Federal de Pernambuco se você recompor a história dela**, nas suas grandes

unidades originárias como a Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia, a Escola de Medicina, a Escola de Farmácia, a Escola de Belas Artes como unidades criadas na época para responder a uma necessidade da época.

[...] então nós entendemos que a constituição do memorial da engenharia de Pernambuco, não é somente da UFPE, é da engenharia pernambucana, engenheiros da UNICAP, da UPE, da Univasf, tenha como **objetivo principal contribuir para que a engenharia pernambucana possa ajudar no desenvolvimento econômico, nos grandes projetos estruturadores do Estado, do Nordeste, na formação de seus recursos humanos e evidentemente na manutenção de espírito de corpo**, que eu acho muito importante, você se valorizar e você sentir orgulho da sua profissão, porque você trabalha bem, porque você gosta do que faz e porque tu queres ser feliz.

[...] O próximo passo agora é nós irmos atrás desses recursos, trabalharmos esse projeto, porque não é apenas um projeto de espaço físico, é um projeto de oferta de um leque diverso de atividades para a sociedade, **o grande tema agora é fecharmos esse projeto e para isso nós temos que conversar com a Escola de Engenharia, com as outras universidades, nós temos que ver outras experiências e outros memoriais.**

[...] O memorial tem o sentido de fazer os estudantes compreenderem a sua história e como que eles responderam no tempo aos desafios da sociedade no tempo. (grifos nossos).

E4 - [...] Pernambuco se destaca com essa iniciativa tentando construir um espaço onde a engenharia se destaca em nosso Estado e tenha presença em um local emblemático, que é o antigo prédio da Escola de Engenharia de Pernambuco, um dos maiores centros de formação profissional do nordeste e do País e de histórias interessantíssimas, tanto do ponto de vista de quantas tecnologias extraordinárias, como também de posicionamento político dentro da sociedade pernambucana, estando os estudantes de engenharia daquela escola sempre na vanguarda dos interesses, na defesa dos interesses da sociedade, na defesa das questões políticas em prol da sociedade [...]

Questionamos quanto à localização do referido Memorial, situado na antiga Escola de Engenharia, na Rua do Hospício, no Centro do Recife, se, no caso, a localização distanciada da UFPE não constituiria um obstáculo ao dificultar o seu conhecimento por parte da comunidade universitária e como se iria superar esta dificuldade e despertar o interesse (principalmente dos alunos de engenharia) em conhecer o espaço.

Por sua vez, os respectivos entrevistados apontaram desde a falta de uma base educacional dos alunos como motivo que justificaria a falta de interesse em

relação ao espaço, como também reconheceram esta fragilidade representada pela localização do Memorial, apresentando alternativas que contribuiriam na divulgação do equipamento e no despertar do interesse (por parte de alunos e professores) em conhecerem e usufruírem do espaço.

E1 - A questão do interesse em conhecer passa primeiro que é extremamente importante, para qualquer país, para **a formação cultural de qualquer nação...nós não temos o hábito de visitar museus**, não importa que tipo de museu, espaço de memória, infelizmente nós temos uma visitação espontânea muito baixa [...] o grande problema nosso é que nós precisamos cada vez mais valorizar a educação.

Ações para estimular têm muitas, mas precisa, veja bem, a ideia desse Memorial de Engenharia é que **seja uma coisa viva** que possa atrair...hoje é uma grande dificuldade que vejo na própria Universidade são estruturas que possam fazer interface na própria Universidade com a sociedade.

No entanto, salientamos que uma considerável parte dos alunos entrevistados que responderam aos questionários distribuídos na biblioteca do CTG, conforme será demonstrado posteriormente, sequer tem conhecimento da existência de um Memorial dedicado à Engenharia, tendo demonstrado, inclusive, surpresa e até certo entusiasmo quando informados sobre o assunto.

E2 - Nós tivemos essa preocupação com os alunos, como também com os professores...durante dois anos fizemos as aberturas das reuniões do pleno do departamento de engenharia civil lá...**em relação aos alunos a ideia é a seguinte: existe uma disciplina que se chama introdução à engenharia, inclusive eu dou algumas palestras nessa disciplina, a ideia é que essas turmas de engenharia, as primeiras aulas, sejam feitas lá, pra que eles conheçam a história da engenharia**, afinal nosso Estado foi pioneiro no norte/nordeste, aulas em que contemos a história daquele prédio, de como tudo ocorreu ao longo desses 120 anos. (grifo nosso).

Os entrevistados ressaltam que não se trata de um Memorial de Engenharia da UFPE e sim da engenharia “em Pernambuco”, e este campo do conhecimento alberga várias especializações dentro de uma mesma área de conhecimento, como a mecânica, a elétrica, a de produção, a química, a ambiental, a eletrotécnica, a naval, a de alimentos, dentre outras. Entretanto, observamos que apenas a engenharia civil vem capitaneando o projeto, haja vista ser a formação comum entre

a maior parte dos entrevistados (à exceção do **E1** que é engenheiro mecânico). Conforme dito pelo **E2**, no espaço, já foram realizadas reuniões do pleno do Departamento de Engenharia Civil. Contudo perguntamos: e as outras áreas da engenharia? Estariam elas tendo abertura ou interesse em relação à iniciativa do Memorial e foram chamadas a se pronunciarem?

E3 - Como essas identidades e essas memórias históricas podem se perpetuar e podem ser úteis aos estudantes na sua vida profissional, a ideia de espírito de corpo no bom sentido, a ideia de compreender sua profissão e seu papel no mundo, na *Ecole de Points* pra você ter uma ideia existe uma associação dos egressos e isso é muito importante, a UFPE não tem ainda, mas isto está na nossa pauta, no futuro criar as associações de ex-alunos da Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito, da Psicologia ou da Enfermagem

[...] O memorial tem o sentido de **fazer os estudantes compreenderem a sua historia e como que eles responderam no tempo aos desafios da sociedade no tempo.**

O Memorial deve cumprir o seu papel quer através de visitas, **através de vídeos, através da disciplina de introdução à engenharia tem o papel de fazer esse link entre os grandes momentos da engenharia e a sociedade, porque o papel da universidade não é outro senão servir à sociedade, associação de egressos, o memorial como espaço de visitas, cursos de extensão, debates de temas da sociedade**, nós temos um campus maravilhoso no centro da cidade com a Faculdade de Direito, o anexo da Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia, a Escola de Medicina, nós temos um patrimônio fantástico que é o núcleo de televisão e rádio, que é a TVU, e nossos estudantes, docentes e técnicos não conhecem e, todavia é nas áreas centrais das cidades do mundo inteiro que as universidades se constituíram e nós temos um projeto agora que é coordenador pelo professor Luiz Amorim que é da arquitetura que coordena o instituto futuro que é a ideia de nós retomarmos dentro de um projeto integrado nossas ações no centro do Recife. (grifos nossos).

Temos neste ponto uma fragilidade evidenciada, assim como um potencial a ser melhor trabalhado. Os estudantes da Universidade desconhecem o patrimônio cultural da universidade, conforme será demonstrado nas p. 124 e 125, quando da análise dos dados obtidos pelos questionários, ou seja, há um problema no que tange à divulgação deste corpo de equipamentos culturais perante a própria comunidade universitária da UFPE. Contudo, há também o reconhecimento de um acervo histórico importante, de uma continuidade do campus universitário, localizado

no Centro do Recife, a exemplo da Faculdade de Direito, do Memorial da Medicina, da TV e Rádio Universitária e o Centro Cultural Benfica.

A partir do momento que existe um diagnóstico da presença de uma estrutura importante da Universidade, no centro do Recife, e da dificuldade do seu conhecimento por parte da comunidade universitária, cabe à gestão da Universidade criar ou aperfeiçoar ações visando divulgar a importância deste acervo e atividades que possibilitem levar o alunado a estes equipamentos.

f) Parcerias internas e externas (outras instituições)

Segundo o entrevistado **E2**, a criação da *Associação do Memorial da Engenharia*, no que concerne às parcerias que estão sendo feitas com outras entidades (Crea-PE, CONFEA, Clube da Engenharia, Associação Brasileira de Mecânica dos Solos, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária), seria um elemento facilitador de forma a viabilizar desde a captação de recursos como representações internas de forma a dar uma movimentação ao espaço, proporcionando atividades que atrairiam público para o local.

E2 - [...] mas o que atrai mesmo as pessoas para um Memorial são **as entidades ligadas à engenharia que vamos tentar colocar lá...por quê?** Por vários motivos, um pragmático, a ida dessas entidades viabilizará a manutenção do prédio, **não é só o Crea-PE que tem interesse**, temos a várias associações sem fins lucrativos, como a **Associação Brasileira de Mecânica dos Solos, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária** e outras que já manifestaram interesse. Aí tem dois aspectos que considero positivos: primeiro fazemos uma parceria para a manutenção do prédio (requer vigilância, limpeza, manutenção, pintura, consertos) então a solução é manter parcerias com essas entidades e associações [...] outro aspecto é sabe o que: a presença das pessoas. A pessoa vai tirar uma guia no posto avançado de atendimento do Crea-PE, ou assistir uma palestra do Clube da Engenharia e o que vai acontecer...vai surgir a vontade natural de conhecer o museu...porque por si só, se não houver a presença dessas associações ligadas à engenharia, não conseguimos fazer com que as pessoas tenham interesse...ter um núcleo de educação continuada, oferecendo cursos de extensão, palestras, isso vai atrair pessoas e facilitar que o conheçam.

A associação do Memorial igualmente proporcionaria simplificação na captação de recursos de entidades privadas parceiras que demonstrarem interesse

pelo Memorial da Engenharia. Outro ponto a ser esclarecido, por parte da pesquisa, foi entender como se daria o funcionamento destas parcerias com as entidades ligadas à engenharia interessadas no funcionamento do respectivo Memorial. O entrevistado **E2** elencou os motivos, destacando principalmente os de ordem financeira, que dificultam o andamento do projeto, haja vista a dificuldade da manutenção do prédio. Contudo aponta as atividades que lá serão realizadas como forma de atrair público para o espaço.

E2 - Como **entidades contactadas interessadas**, temos a Fundação Votorantim (cujo fundador foi o engenheiro pernambucano José Ermírio de Moraes) que inclusive bancou a recuperação da Faculdade de Direito, assim como o CONFEA (que tem um programa de preservação da memória da engenharia brasileira), a Fundação Odebrecht que, inclusive, contratou e pagou o projeto arquitetônico feito para a Escola de Engenharia, por parte do arquiteto Carlos Pontual...então no momento que fundação desta quiser colaborar, para repassar uma verba dessa pra Universidade é uma confusão que não tem tamanho, as amarras do serviço público é uma coisa muito complicada...por isso achamos por bem, com o apoio da Universidade, criar esta associação, porque, por exemplo, quando uma entidade destas quiser participar da recuperação do prédio, faz a doação para a associação que aplica a verba e presta contas.

E4 - O Crea-PE tem dentro de suas obrigações a **possibilidade de transferir pequenos recursos para o campo da valorização profissional** e, nessa linha, o Memorial da Engenharia pode trazer de qualquer forma um tipo de programação ou evento do qual ele tenha um interesse maior na valorização profissional, neste aspecto nós poderíamos fazer parcerias como cursos oferecidos pelo Memorial para melhor formar o profissional, para fazer o que chamamos de **educação continuada, nós teríamos outros eventos como congressos, seminários...a ideia é utilizar aquele espaço para que o Crea-PE tenha uma representação simbólica** lá, um posto de atendimento no prédio do Memorial. Então essa seria nossa participação podendo ainda ser ampliada em função das demandas que fossem chegando, mas nós teríamos mecanismos legais para fazer o tipo de aporte necessário para manter o memorial vivo, que seria através da oferta dos cursos de educação continuada, ofertas de eventos também dentro do campo da engenharia, nas discussões e debates de temas importantes, temas tanto técnicos como sociais e políticos dentro do Memorial e outras tantas oportunidades que poderiam surgir dentro de uma parceria como essa.

E4 - o Prof. Mauricio Pina teve a brilhante ideia de criar a **Galeria do jubileu de ouro**, todas as turmas de 50 anos terão a sua placa colocada lá.

[...] **Os egressos** também poderão ter seu espaço porque nós iniciamos aqui no CREA todos os alunos que são egressos dos centros de formação e vem aqui fazer o seu registro e obter a sua

carteira, nós os recebemos com um evento aqui nós fizemos isso durante um bom tempo,

[...] Os egressos teriam uma espécie de um cadastro deles no memorial, vocês tão sendo recebidos no memorial para doravante para daqui acompanharmos suas carreiras profissionais isso é um projeto interessante também, agora os mais ainda estudantes há um programa no Crea chamado Crea Júnior e do qual Mauricio Pina também é um dos defensores.

Neste ponto ressaltamos o quanto as parcerias são apontadas como imprescindíveis para a existência do Memorial, pois além da falta de recursos para a reforma do prédio e a implantação de toda a estrutura física prevista no projeto arquitetônico realizado para o espaço, há uma preocupação no que concerne à forma como atrair o público para o equipamento. Visualizam nas atividades que serão realizadas por estas instituições, tais como palestras, cursos de capacitação e de educação continuada, simpósios e outros eventos, possibilidades de dar um funcionamento dinâmico ao Memorial.

Um questionamento levantado nas entrevistas, direcionadas ao Coordenador Executivo do Memorial e ao Reitor da UFPE, foi sobre o interesse na formação de uma equipe interdisciplinar para colaborar com o pleno funcionamento do equipamento, pergunta que foi respondida positivamente, existindo, inclusive, um reconhecimento por parte dos entrevistados, quanto à necessidade de contribuição por parte de profissionais de outras áreas.

E2 - Claro, tivemos o contato com o pessoal de **biblioteconomia**, quando foi feita a catalogação dos livros doados pela família do falecido engenheiro e ex-governador Cid Sampaio, conseguimos cinco bolsistas mais dois professores da área que nos ajudaram muito...é claro que isso tem que ser feito, **um trabalho em equipe com o pessoal de museus, de biblioteconomia, inclusive já falamos com o Reitor e ele tem esse sentimento**, a vontade de fazer esse memorial acontecer, até porque ele é engenheiro também.

E3 - Nós sabemos que uma unidade de memória não é apenas uma unidade de memória de um corpo profissional, como os engenheiros, os arquitetos ou os médicos, **para que uma unidade de cultura tenha sentido ela precisa que essa unidade esteja claro as relações entre essa unidade e a sociedade no tempo, por isso que eu falei da universidade como instituição milenar a longo prazo, e necessariamente pra você compreender esse papel você precisa de historiadores juntos, os sociólogos, os economistas, os engenheiros juntos, você tem que ter os gestores**, você, por exemplo, você trabalha numa biblioteca, a

biblioteca é um espaço de memórias, você apenas não empresta livros e guarda livros, é um trabalho com que você disponibiliza pra sociedade o valor de uma cultura.

[...] Então a ideia da gestão tem sido da gente buscar integrar aquilo que é historicamente desintegrado, respeitando as especificidades, mas buscando articular essas unidades pra que se tenha políticas, tanto a nível interno de guarda de acervos, estudo de nossas memórias, como desse acervo ser colocado à serviço da sociedade.

g) Parcerias internas (com os alunos)

Consideramos importante para a pesquisa saber o que os alunos do Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE pensam da iniciativa de um Memorial dedicado à engenharia em nosso estado. A justificativa para esta preocupação está no fato de tratarmos da gestão pública, mas especificamente, da gestão do patrimônio cultural da universidade, visto que o modelo gerencial de administração leva em conta a governança e a participação de setores nas decisões importantes da coisa pública, de forma a democratizar o acesso dos cidadãos. Não podemos olvidar que, no trato das decisões por parte da Universidade, os alunos constituem um corpo social que deve ser levado em consideração, pois eles promovem uma interface da universidade para com a sociedade.

Outro motivo que ensejou o interesse em ouvir o alunado, é o reconhecimento de que uma educação patrimonial, enquanto mecanismo de conscientização no trato do patrimônio cultural, só pode ter lugar quando as pessoas envolvidas têm conhecimento sobre esse patrimônio, afinal como reivindicar e preservar algo que se desconhece? Como os docentes/gestores entrevistados apontaram, seguidamente, a preocupação com o presente e o futuro da engenharia, é imprescindível que as gerações se apropriem do seu legado cultural.

De acordo com dados tabulados a partir dos formulários, pudemos apreender os seguintes resultados, cuja análise encontrará subsídio no conhecimento teórico, anteriormente discutido:

Quanto à questão de ter conhecimento sobre a temática Patrimônio Cultural universitário obtivemos que, do total de entrevistados, 13 demonstram ter conhecimento, porém, 87 julgam nunca ter ouvido falar, ou seja, é um quantitativo alto que demonstra um alheamento por parte da comunidade estudantil acerca dos

bens culturais que compõem o patrimônio cultural da UFPE. O Gráfico 1 apresenta os resultados obtidos.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre Patrimônio Cultural Universitário

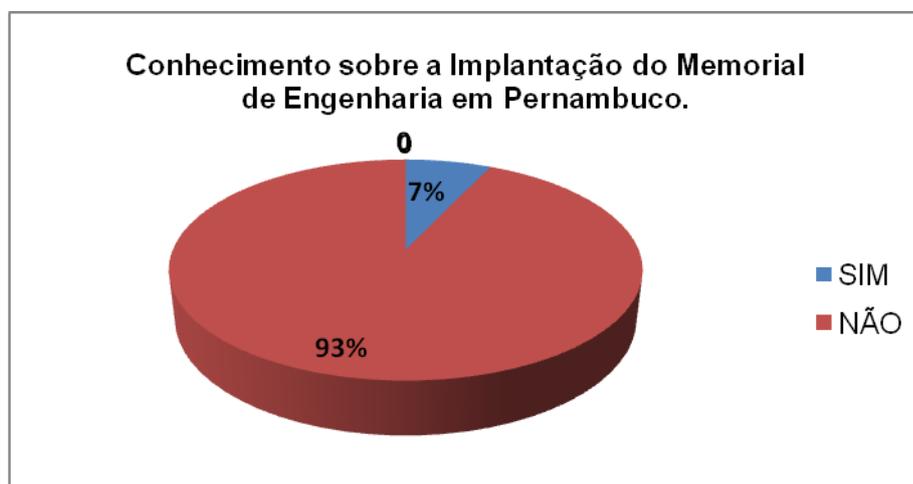


Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

Desta inferência observamos o que já foi relatado na p. 121, isto é, um desconhecimento por parte do alunado do CTG quanto ao que seja e como se constitui o patrimônio cultural da universidade. Este fator implica negativamente na apropriação do Memorial, enquanto patrimônio da engenharia, evidenciando a necessidade da UFPE, como gestora, desenvolver mecanismos para a divulgação e o usufruto dos equipamentos e espaços que compõem seu patrimônio cultural.

Quanto ao questionamento sobre a implantação do Memorial da Engenharia em Pernambuco, ou seja, se os entrevistados conheciam esta iniciativa, obtivemos os seguintes dados: 07 dos entrevistados julgaram ter conhecimento sobre o projeto, enquanto 93 não apresentaram qualquer conhecimento sobre esta iniciativa, demonstrando com isso a importância da divulgação de outra forma que não seja apenas nas páginas da Assessoria de Comunicação da UFPE (AsCom), haja vista que nem todos os alunos tem o hábito de consultar esta página eletrônica institucional. O Gráfico 2 apresenta os resultados obtidos.

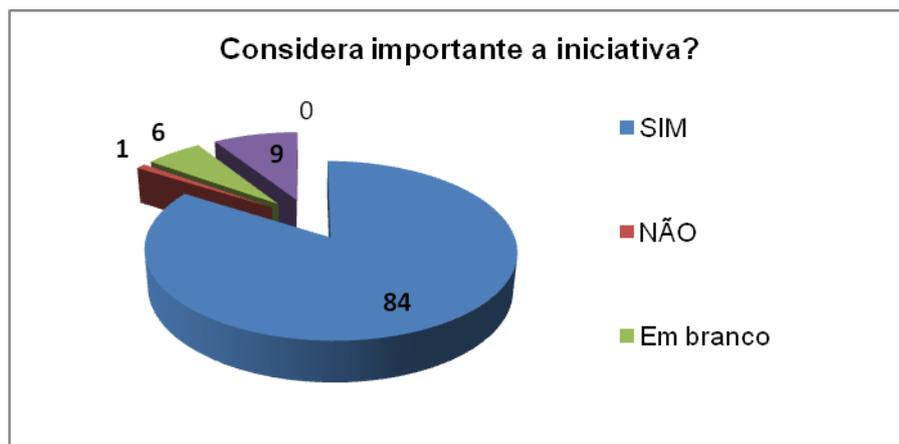
Gráfico 2 - Conhecimento sobre a Implantação do Memorial de Engenharia em Pernambuco



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

Faz-se necessário buscar outros mecanismos de divulgação da iniciativa, de maneira a introduzir a importância da Escola de Engenharia de Pernambuco e do respectivo Memorial, assim como dos demais equipamentos que compõem o patrimônio cultural da universidade, na vida da comunidade acadêmica. Neste sentido, criar um canal dialógico com os alunos, enquanto potenciais usufruidores destes espaços, além de sensibilizá-los sobre a importância deste arcabouço patrimonial é algo imprescindível, afinal não se preserva o que se desconhece.

Apesar da falta de conhecimento sobre o Memorial da Engenharia e, até mesmo, da falta de cultura apontada como causa justificadora do desinteresse do alunado apontada por um dos entrevistados, no que se refere à importância da iniciativa de um Memorial para a Engenharia em Pernambuco, 84 dos entrevistados responderam de forma afirmativa, 01 respondeu que não considera importante, 09 abstiveram-se de responder por motivo de não conhecer a iniciativa/projeto e 06 abstiveram-se de responder, mas não deixaram motivos (Em branco). O Gráfico 3 apresenta os resultados obtidos.

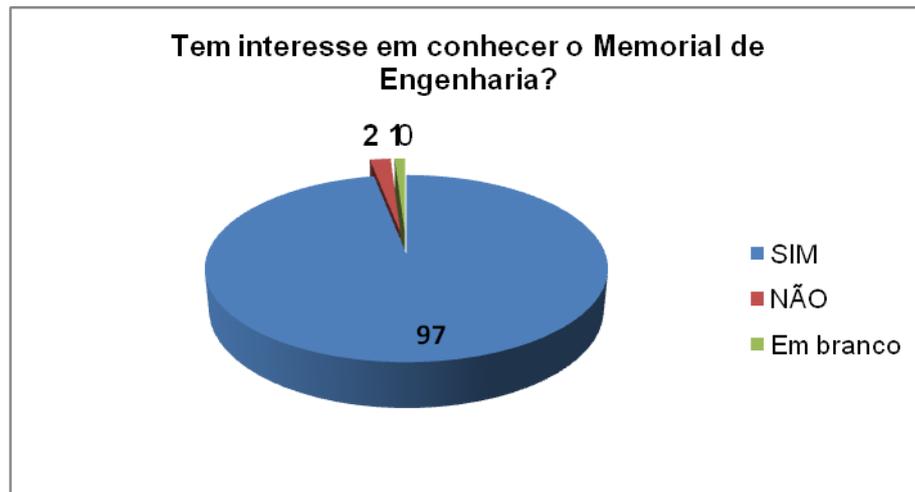
Gráfico 3 - Consideração sobre a importância do Projeto/Iniciativa

Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

Fica evidenciado que há uma atitude positiva em relação à existência do equipamento, seja pelo desejo de ver a profissão valorizada mediante esta iniciativa, seja pela identidade entre o grupo e um espaço dedicado à carreira que escolheram profissionalmente.

Se o patrimônio cultural é um canal materializado da memória coletiva de um grupo, de ritualização de trajetórias históricas, um suporte mediante o qual trajetórias e conhecimento são transmitidos mediante as informações apropriadas pelas gerações futuras, um vetor de comunicação, de reconhecimento, de pertencimento e da ideia de identidade, talvez esteja havendo uma subestimação dos estudantes de engenharia da universidade em relação a esse processo.

Quanto ao interesse em conhecer o Memorial, 97 responderam que sim, 02 responderam que não, apenas 01 absteve-se de responder, não deixando motivos. O Gráfico 4 apresenta os resultados obtidos.

Gráfico 4 – Sobre ter interesse em conhecer o referido Memorial

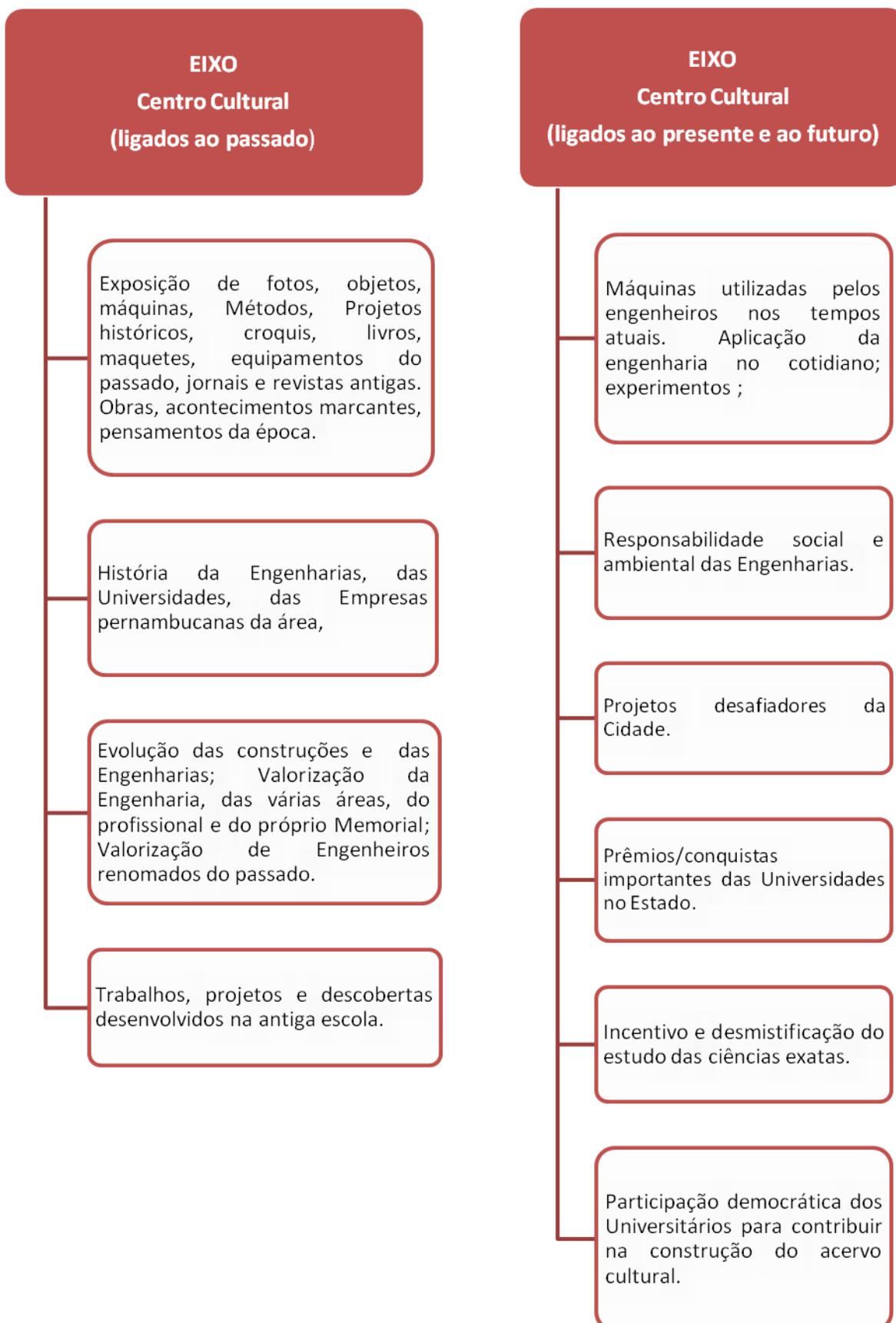
Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

É um dado interessante por demonstrar que, embora alheios à temática do patrimônio cultural da universidade, a partir do momento que tomam conhecimento sobre a constituição de um Memorial dedicado à Engenharia, recebem a ideia com entusiasmo, por desejarem ver a profissão ser mais valorizada, por acreditarem na importância da preservação da memória da Escola de Engenharia e a contribuição desta ciência no desenvolvimento científico e tecnológico da região.

Esse laço da identidade com o patrimônio cultural que lhes representa fica evidenciado, principalmente quando da propositura de atividades a serem realizadas no respectivo espaço. Pelas respostas elencadas nos eixos constantes nas p. 130 e 131, percebe-se que eles coadunam a ideia de passado, presente e futuro e de um espaço dinâmico, que ofereça atividades relacionadas com a evolução da engenharia, a valorização de engenheiros renomados, palestras, exposições, oficinas, seminários, inovações tecnológicas, aplicação da engenharia no cotidiano, etc.

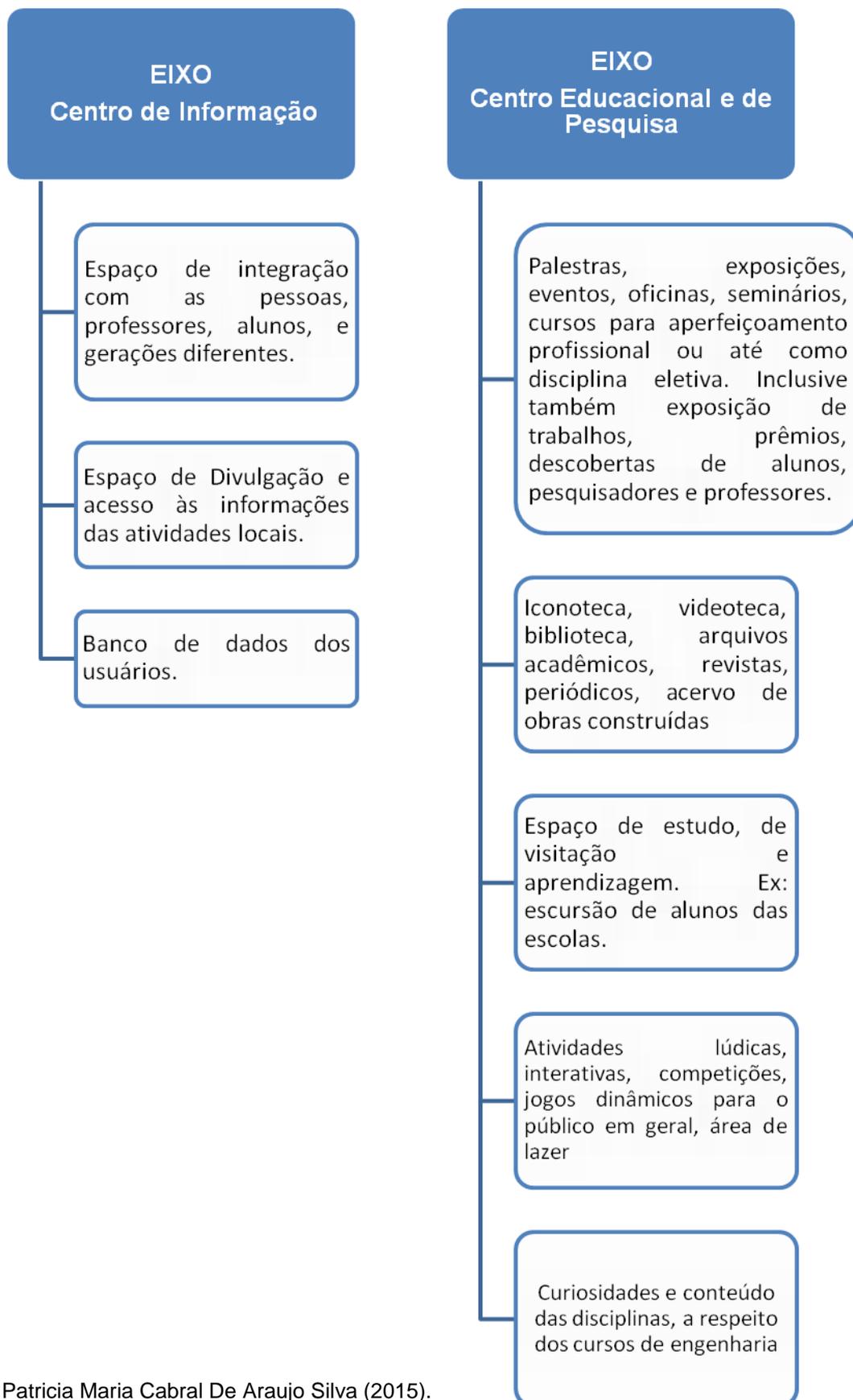
No que se refere às atividades que os entrevistados esperam encontrar no memorial subdividimos em organogramas cujos ícones estão em ordem de frequência do maior para o menor, ou seja, as atividades mais citadas aparecem no topo do organograma.

Organograma 1 - Eixo Centro Cultural



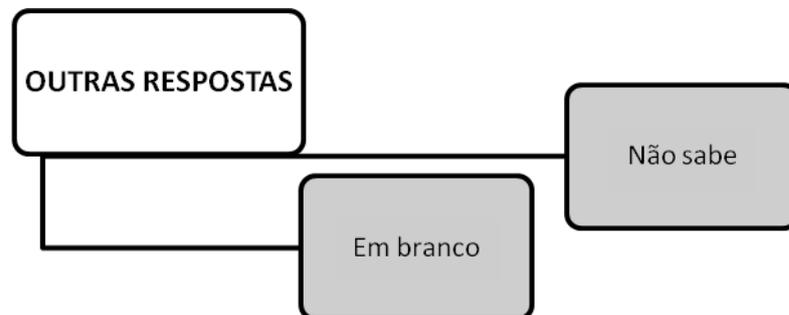
Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

Organograma 2 - Eixos: Centro de Informação e Centro Educacional e de Pesquisa



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

Organograma 3 - Outras respostas



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2015).

Por fim, da análise das respostas dos alunos, no que tange às atividades e às perspectivas, ao tomarem conhecimento da implantação de um memorial dedicado à engenharia em Pernambuco, percebemos que ainda não há clareza quanto ao que esperam do espaço. Contudo, pelas atividades elencadas pelos alunos nos questionários respondidos, percebe-se que as expectativas são grandes e que eles, mesmo desconhecendo o Estatuto do Memorial, conseguem visualizar ações que vão desde o resguardo da memória da Engenharia, até proposições que objetivam a valorização profissional e questões atuais, como a dimensão ambiental e social, que envolvem esta área de conhecimento.

Em relação aos resultados obtidos pelos questionários respondidos pelos estudantes do CTG (tanto da graduação, como da pós-graduação), reprimamos o entendimento de que parte significativa do alunado não tem conhecimento sobre a existência do Memorial da Engenharia, embora alguns recordem do antigo prédio da Escola de Engenharia localizado na Rua do Hospício, no centro do Recife. Por isso, durante os questionários, várias sugestões sobre que iniciativas/ações poderiam ser realizadas no equipamento foram relacionadas.

Depreende-se deste fato que um dos pressupostos da governança e de uma gestão pública participativa, de certa forma, foi relegado, pois os alunos de engenharia não participaram, em nenhuma instância, da concepção deste equipamento, nem das atividades que serão oferecidas pelo espaço (quando estiver em seu pleno funcionamento). A comunidade universitária do CTG está alheia

quanto ao processo de implantação do Memorial da Engenharia e isto é uma fragilidade do seu projeto, uma vez que um bem cultural deve cumprir sua função social de dialogar com a comunidade no qual está inserido.

5.3 Proposições/sugestões

Um dos objetivos desta pesquisa, até para cumprir sua função de colaborar com a gestão pública, pois está embasada em um mestrado profissional nesta área, é também oferecer proposições/sugestões de forma a contribuir com a concepção/consecução de um projeto de gestão relacionado ao Memorial da Engenharia de forma a possibilitar o seu funcionamento pleno. Tais proposições foram previstas como um dos objetivos específicos do presente trabalho.

A gestão do patrimônio cultural pode colaborar com a preservação da memória, da cultura, da ciência e da tecnologia oferecendo mecanismos para que os espaços dedicados a este intento tenham sustentação, legitimidade e consigam lograr êxito de comunicar à sociedade a sua contribuição. O Memorial da Engenharia é um exemplar do patrimônio cultural universitário, instituição que visa trazer conhecimento sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e social em nossa região e oferecer ações educativas, através de sua proposta enquanto Centro de Educação e Pesquisa, Centro de Informação e Centro Cultural, não podendo, portanto, prescindir de um plano estratégico básico que ofereça as diretrizes de sua missão e atuação.

A primeira proposição, mais voltada para a UFPE, como gestora do seu patrimônio cultural, seria **desenvolver ações direcionadas a um levantamento de dados** que tragam informações acerca de como se constitui esse patrimônio, levando em consideração informações primárias (localização e o estado de preservação dos acervos, instrumentos, objetos, edificações). Essa iniciativa facilitaria o desenvolvimento de projetos voltados para o âmbito cultural/científico e poderia funcionar como um bom início na construção de princípios básicos de uma política cultural universitária a ser adotada por todos os departamentos, setores,

museus, memoriais, teatros e demais equipamentos culturais que compõem seu patrimônio cultural.

Deve fazer parte dessa política cultural **o estabelecimento de ações voltadas para a preservação dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos contidos na Universidade**, espalhados em seus diversos departamentos, bibliotecas, arquivos, museus, memoriais, levando em consideração se tratar da memória institucional, fonte de conhecimento e de trajetórias importantes que merecem chegar ao conhecimento do público ou, pelo menos, ter seu acesso facilitado. A necessidade de investimento numa equipe técnica que saiba lidar com o trato destas coleções/acervos é de importância fundamental.

No caso do Memorial da Engenharia em Pernambuco, ressaltamos que **a formação de uma equipe interdisciplinar** abrangendo profissionais das áreas de museologia, história, biblioteconomia, gestão pública juntamente com os profissionais da engenharia envolvidos com o projeto, seria uma iniciativa importante no desenvolvimento de um **plano estratégico**³⁹ que contemple diretrizes de ação e possibilite que o equipamento cumpra as funcionalidades previstas em seu Estatuto.

Um plano estratégico auxiliaria a viabilizar desde a captação de recursos com as entidades privadas citadas durante a entrevista (Odebrecht, Votorantim, Queiroz Galvão, Crea-PE), assim como daria sustentação administrativa e financeira, respaldando as parcerias que venham a se realizar. Tal plano estratégico deve prever, enquanto projeto de gestão: justificativa, objetivo geral, objetivo específico, público alvo, resultados a serem alcançados, plano de ação, plano de trabalho contendo um cronograma de execução e uma previsão recursos humanos e materiais necessários.

³⁹ A gestão estratégica trata da formulação de estratégias que determinem os rumos ou formas de atingir objetivos da organização e, geralmente, são reunidas e descritas em um **plano estratégico**, o qual é concebido a partir de uma análise de cenários e a elaboração de uma matriz que elucide ameaças e oportunidades, sob os pontos de vista interno e externo à organização. **Um plano estratégico deve esclarecer quanto à missão, à visão, os valores, a estratégia (o que fazer para alcançar a visão) e os desdobramentos da estratégia (ações que precisam ser conduzidas).**

Fonte: Disponível em: <http://gestaoestrategica.trt10.jus.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=62:o-que-e-planejamento-estrategico-&catid=31:general&Itemid=76>. Acesso em: 05 jan. 2015.

Este **plano estratégico** também precisaria redimensionar e reagrupar as linhas de ação do Memorial, pois, percebeu-se ao longo da pesquisa que quando se examina os conceitos de Memorial, Centro Cultural e Museu estes, muitas vezes, se superpõem, ocorrendo o mesmo com as suas ações e funções. Deste modo, recomendamos que a instituição reveja seu entendimento sobre estes conceitos, buscando detalhar cada ação e, talvez, aproximar os eixos de ação. Para tanto será imprescindível contar com o apoio e o diálogo com especialistas de outras áreas do conhecimento.

Tal como está posto atualmente, o Memorial em seu estatuto menciona que também funcionará como um Centro Cultural, no qual funcionará um museu (com o objetivo de expor máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, motores, modelos reduzidos, minerais, rochas, fluxograma de processos produtivos, lay-out e outros materiais afins), assim como um setor de documentação (mapas, fotos, documentos diversos de interesse da engenharia, biblioteca, acervos técnicos oriundos de eminentes professores e outros profissionais da área da engenharia em Pernambuco). Portanto, sugerimos que o seu projeto atente para a forma como esses objetos e informações serão organizados (coleta, organização, preservação).

Neste sentido, o Estatuto dos Museus (Lei nº 11.906/2009), em seu artigo 23, oferece-nos um parâmetro de como deve ser delineado um Plano museológico, que se configura como obrigação legal para todos os museus brasileiros e precisaria ser levado a efeito pelo referido Memorial:

Art. 23. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua **missão e função específica na sociedade**, e que poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I - o **diagnóstico participativo da instituição**, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a **identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda**, entre os quais se incluem os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, nos mais diferentes suportes;

III - a **identificação dos públicos** a que se destinam os trabalhos e os serviços dos museus;

IV - **os programas**, agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com o seguinte conteúdo mínimo:

- a) **institucional** - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.
- b) **de gestão de pessoas** - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;
- c) **de acervos** - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;
- d) **de exposições** - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;
- e) **educativo e cultural** - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;
- f) **de pesquisa** - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;
- g) **arquitetônico-urbanístico** - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;
- h) **de segurança** - abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;
- i) **de financiamento e fomento** - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;
- j) **de comunicação** - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e
- k) **sócio-ambiental** - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Quanto aos objetos que comporão o museu do Memorial da Engenharia (mobiliário da antiga Escola de Engenharia, objetos, livros doados que comporão o acervo bibliográfico, instrumentos de ensino que eram utilizados no passado, etc.) propomos **a realização de um inventário** destes. É de significativa importância que tais objetos sejam inventariados (registrados, com a produção de informações sobre objetos, documentos) como melhor maneira de salvaguardá-los enquanto bens culturais materiais.

Enquanto espaço cultural, o Memorial contemplará exposições e as quais requerem o suporte de **pesquisa, seleção de imagens, objetos, edição gráfica, edição de conteúdo**, sendo imprescindível uma **captação prévia de um acervo documental e imagético**. Consideramos que esta ação poderia ser melhor realizada no âmbito do museu já previsto, posto que essa é uma das funções intrínsecas deste tipo de instituição.

Quanto ao acervo bibliográfico, segundo o Coordenador Executivo do espaço, muitas doações já foram realizadas por parte de docentes aposentados/ falecidos, inclusive a biblioteca particular do ex-governador, já falecido, Cid Sampaio, renomado político do nosso Estado. A UFPE possui um grande sistema de bibliotecas institucionais, que já possuem as ferramentas necessárias à gestão básica do seu acervo. Deste modo, acreditamos que a integração desta biblioteca ao Sistema de Bibliotecas da UFPE, traria grande economia para o projeto, assim como garantiria que o acervo estivesse integrado ao sistema Pergamum sem necessidade de estar fisicamente no campus da UFPE.

Como se trata de um memorial institucional, uma **pesquisa visando à construção da narrativa histórica dos principais docentes da Escola de Engenharia**, assim como dos principais fatos do contexto político-social envolvendo a participação dos docentes/alunos da Escola, trajetórias e memórias, assim como entrevistas com depoimentos de seus ex-alunos, constitui um material importante a ser levantado para compor os referidos acervos (documental e bibliográfico).

Outra preocupação, depois de verificar certo alheamento por parte da comunidade universitária do CTG acerca do patrimônio cultural da universidade, incluindo o Memorial da Engenharia, é sugerir a realização de um **vídeo institucional** mostrando todos os equipamentos que compõem o seu patrimônio,

assim como informações pertinentes sobre os mesmos. Sua veiculação, tanto no âmbito interno, quanto nos meios de comunicação externos (TV, Rádio, Internet) possibilitaria também que alunos das redes pública e particular tomassem conhecimento deste acervo e usufríssem destes equipamentos, uma vez que se trata de uma função social da Universidade realizar este tipo de interação com a sociedade.

A realização de **visitas guiadas** até o antigo prédio, iniciativa que poderia incluir um *tour* envolvendo a Faculdade de Direito, assim como o Memorial da Medicina (outros exemplares do patrimônio edificado da Universidade), também constituiria uma ação importante visando propagar na comunidade a existência destes patrimônios, para muitos, desconhecido. São os visitantes e futuros usufruidores deste espaço que vão reelaborar e ressignificar as trajetórias ali narradas mediante as informações disponibilizadas.

Organizar uma página na internet para divulgar o Memorial, a fim de atingir um maior público possível, mostrando a missão institucional do espaço, a história da Escola de Engenharia de Pernambuco e seus principais vultos, suas parcerias com outras entidades civis, os eventos, os cursos de capacitação e de educação continuada que serão oferecidos, a existência de um museu em suas dependências, assim como palestras, exposições e outros serviços.

Em resumo:

Para a UFPE:

- Desenvolver ações direcionadas a um levantamento de dados acerca de como se constitui o patrimônio cultural da universidade, levando em consideração informações primárias (localização e o estado de preservação dos acervos, instrumentos, objetos, edificações);
- Estabelecer ações voltadas para a preservação dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos contidos na Universidade, espalhados em seus diversos departamentos, bibliotecas, arquivos, museus, memoriais;

- Criar um vídeo institucional mostrando todos os equipamentos que compõem o patrimônio cultural da Universidade, assim como informações pertinentes sobre os mesmos.
- Proceder à realização de visitas guiadas até o Memorial da Engenharia, iniciativa que poderia incluir um tour envolvendo também a Faculdade de Direito, o Memorial da Medicina e outros espaços extensionistas da Universidade.

Para os gestores do Memorial da Engenharia:

- Formar uma equipe interdisciplinar com profissionais das áreas de museologia, história, biblioteconomia, gestão pública juntamente com os engenheiros envolvidos com o projeto, com o objetivo de desenvolver um plano estratégico para o espaço;
- Realizar um inventário dos objetos que compõem o museu do Memorial da Engenharia (mobiliário da antiga Escola de Engenharia, objetos, livros doados que compõem o acervo bibliográfico, instrumentos de ensino que eram utilizados no passado, etc.);
- Proceder a uma pesquisa buscando seleção de imagens, objetos e a captação de um acervo documental e imagético (com edição gráfica, e edição de conteúdo) voltada para o Memorial da Engenharia;
- Realizar uma pesquisa visando a construção da narrativa histórica dos principais docentes da Escola de Engenharia com o fito de disponibilizar tais informações para os visitantes do equipamento;
- Criar um vídeo institucional e uma página da internet com a finalidade de divulgar a missão, a história da Escola de Engenharia e as atividades do Memorial para um maior público possível;
- Promover a realização de visitas guiadas até o equipamento e divulgá-lo durante as aulas da disciplina de Introdução à Engenharia.

Contudo, como ficou evidenciado nas entrevistas com os docentes/gestores, o Memorial funcionará num prédio do qual a UFPE é herdeira, contudo não se trata de um Memorial da UFPE, e sim da Engenharia em Pernambuco, logo as **outras instituições de ensino superior, como a UPE, a UNICAP, a UNIVASF e**

instituições de ensino superior privadas devem também ter acesso a este equipamento, de forma a desenvolverem suas visitas ao local, assim como **as escolas de ensino fundamental e médio, tanto da rede pública como da rede particular**, enquanto ambientes formadores dos futuros alunos de engenharia em nosso estado, também poderiam ser contempladas com o conhecimento proporcionado por este equipamento. É necessário construir mecanismos mais efetivos de participação destas instituições de ensino superior, assim como de outras que venham a ser criadas.

Por fim, reforçamos a nossa percepção de que para despertar qualquer atitude de valorização e/ou preservação do patrimônio cultural da universidade, por parte da comunidade acadêmica ou não-acadêmica, é imprescindível que o mesmo se faça conhecer, que as barreiras institucionais que separam a universidade da sociedade sejam transpostas e que sejam fomentados canais dialógicos entre os gestores responsáveis pelos equipamentos culturais e a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à Gestão do Patrimônio Cultural Universitário e o Memorial da Engenharia em Pernambuco pudemos observar na pesquisa que, embora o Memorial exista no plano institucional, percebemos, em algumas falas das entrevistas semiestruturadas, que sua existência está mais ligada a um plano simbólico, pois muitas vezes, o equipamento é referenciado ainda como um projeto (algo que ainda está se constituindo), ou seja, que ainda não desenvolveu os elementos necessários para se concretizar no plano real e vir a adquirir estabilidade e permanência.

Ressaltamos que, durante esses quatro anos de existência do Memorial (2011 a 2014), alguns eventos foram realizados no espaço (conforme citados no trabalho), contudo o edifício da Escola de Engenharia tem passado a maior parte do tempo fechado, por questões de ordem jurídica/financeira/estrutural (atualmente está com problemas de infiltração na cobertura, precisando de reparos urgentes).

Desta forma, embora o memorial exista institucionalmente, verificamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, levando em consideração os obstáculos apontados que tem contribuído para o seu não funcionamento pleno, os quais são das mais diversas ordens, tais como: a extensa burocracia dos trâmites legais e administrativos, a falta de recursos financeiros por parte da UFPE (para a requalificação do prédio) e, por fim, a inexistência de um plano estratégico, o qual poderia ser construído por uma equipe interdisciplinar, que conceberia um melhor aproveitamento das potencialidades do equipamento. Percebemos nas informações prestadas, nas entrevistas, que os gestores confundem o Estatuto do Memorial com um projeto/planejamento, perspectivas que são completamente diferentes.

Este último ponto evidenciou-se na pesquisa, pois, embora o Memorial esteja embasado num Estatuto previamente aprovado e num projeto arquitetônico, ainda não existe um planejamento que contemple diretrizes, com análise de cenários, a previsão de eixos estratégicos de ação, enfim um projeto com conteúdo mais estruturante voltado para a atuação do equipamento enquanto Centro de Cultura, Centro de Estudo e Pesquisa e Centro de Informação. Um plano estratégico constituiria uma importante iniciativa e, provavelmente, facilitaria a transposição dos

entraves citados e a captação de recursos por parte das entidades parceiras da iniciativa privada.

Por enquanto, o Memorial da Engenharia em Pernambuco ainda está em fase embrionária, se tomarmos como referencial o arcabouço funcional contido em seu estatuto. Estamos tratando de um espaço que funcionará na antiga Escola de Engenharia, a qual é uma referência histórica, social e política no contexto do Estado e da região, possuindo um valor inestimável no campo do patrimônio cultural e que, infelizmente, não tem sido tratado com a devida relevância da qual é merecedora. Nossa expectativa é que reavaliem alguns pontos da forma como o projeto vem sendo conduzido, sob a perspectiva de que o Memorial da Engenharia faz parte do patrimônio cultural universitário e deve, portanto, cumprir sua função perante a sociedade.

Para isso, um diálogo multidisciplinar (engenheiros, museólogos, historiadores, bibliotecários, gestores públicos) é de extrema importância, possibilitando a contribuição de várias percepções sobre o mesmo espaço, a forma como várias áreas do conhecimento podem coadunar esforços visando desenvolver um planejamento que dê sustentabilidade, legitimidade e auxilie o Memorial da Engenharia a superar todos os obstáculos impeditivos do seu funcionamento potencial.

Verificamos pontos que precisam ser evidenciados, principalmente por parte dos idealizadores/responsáveis pelo projeto, pois durante as entrevistas, por diversas vezes demonstraram a preocupação de que o memorial será um espaço vivo e com dinamismo, como se museus e espaços de preservação fossem “lugares mortos ou estáticos”, o que demonstra uma dificuldade de compreensão da atual dimensão oferecida pelos museus, haja vista o equívoco de conceberem estes espaços pela antiga perspectiva tradicional, relacionando museu apenas com o passado. Também observamos que a forma como planejam o memorial mais de aproxima de um centro de estudos, preservação e divulgação da engenharia, concepção que vai muito além de um memorial.

Outra perspectiva dialógica que precisa ser fomentada é entre a Universidade e sua própria comunidade, ou seja, alunos, professores, gestores e servidores da instituição. Apontamos esta necessidade, posto que não é possível desenvolver uma

política cultural comprometida com resultados, sem a participação destes quadros, sob o erro de se incorrer em atitudes isoladas sem repercussão no corpo social da instituição. Essas iniciativas pontuais terminam por se esvaír no tempo, não tendo maiores repercussões na vida universitária, cujos exemplos se multiplicam no campo das ações que não se perpetuaram e nem ganharam adesão, pelo motivo de não terem sido construídas dentro de um processo de participação política amadurecido.

A Universidade é um espaço disseminador de ciência e de cultura e, por conseguinte, não deve medir esforços na consecução de seus projetos no âmbito da cultura, haja vista sua missão maior que não é senão servir à sociedade e, na busca deste intento, os espaços extensionistas desempenham papel fundamental, pois funcionam como intermediadores deste processo. Por conseguinte, o Memorial da Engenharia em Pernambuco tem um salutar papel a ser oferecido à sociedade, necessitando, contudo, tornar-se uma prioridade na agenda da UFPE e dos setores parceiros desta iniciativa.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Resumo de direito administrativo descomplicado**. 4. ed. São Paulo: Método, 2011.

_____. **Resumo de direito constitucional** descomplicado. 4. ed. São Paulo: método, 2010.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**, Goiânia, v.4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/362/300>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

AXT, Gunter. Memória, cidadania e os novos campos de trabalho do historiador. **Revista história hoje**, n. 4, 2004. Disponível em <<http://www.gunteraxt.com/pdf/MEMORIAHISTORIADOR.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **Revista Méti: história e cultura**, v. 12, n. 24, p. 64-89, jul/dez 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2338/1395>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, FACOM/CULT, 2005.

BARBOSA, Andreia Arruda. **O lugar da memória institucional nas organizações complexas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 4., 2010. **Anais eletrônicos...** Porto Alebre: ABRAPCORP, 2010. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Andreia.pdf> Acesso em: 12 maio 2014.

BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no sistema de museus**. 2002. Disponível em: <http://www.academia.edu/2251539/O_MEMORIAL_COMO_INSTITUICAO_NO_SISTEMA_DE_MUSEUS>. Acesso em: 05 maio 2014.

BARROS, Manoel de. **In memórias inventadas: a segunda infância**. São Paulo: Planeta, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERTERO, Carlos Osmar. Cultura organizacional e instrumentalização do poder. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

BORBA, Fernando de Barros. De traços e feitos: presença da engenharia, da arquitetura e da agronomia em Pernambuco. Recife: CREA, 1999.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, abr./jun., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 10 maio 2014.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso: 05 jul. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso: 05 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

_____. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>> Acesso: 07 jul. 2014.

_____. **Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso: 07 jul. 2014.

_____. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm> Acesso: 20 jul. 2014.

_____. Protocolo de Intenções entre a UFPE e o Crea-PE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 25 maio 2011. Seção 3, p. 56. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=56&data=25/05/2011>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

CABRAL, Renata Campello. **Mario Russo**: um arquiteto racionalista italiano em Recife. Recife: Ed. da UFPE, 2006.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Sociedade e educação patrimonial. **Revista Eletrônica do IPHAN. Educação Ambiental**, n. 3, jan./fev. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaiphan.gov.br/material.php?id=131>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>> Acesso em: 22 maio 2014.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. **Revista Museu**. 2013. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>>. Acesso em: 10 maio 2014.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Ed.Unesp, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, José Teixeira. **Dicionário crítico da cultura**. São Paulo: Iluminuras, 2012.

_____. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

CONSELHO INTERAMERICANO DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Site Institucional**. [201-?]. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/001_001.html> Acesso em 05 de mai. 2014.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria e prática da gestão cultural**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2002.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro Interamericano de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O direito à memória**: análise dos princípios constitucionais de política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminariorio_Internacional/FCRB_JoseRicardoFernandes_O_direito_a_memoria.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2014.

FLEURY, Maria Tereza Leme. O desvendar a cultura de uma organização – uma discussão metodológica. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

_____. Para além da pedra e cal...In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: paz e terra, 10. ed., 2003.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. **O patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Fernando Bragança. **Museus universitários**: sua especificidade no âmbito da museologia. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7644.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: dos discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOUVEIA JR. Mário; GALINDO, Marcos. Sistemas Memoriais como disseminadores de informação. **Revista Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a05v24n3.pdf>. Ano 2012>. Acesso em: 05 maio 2014.

GRANATO, Marcus. **Panorama sobre o patrimônio da ciência e tecnologia no Brasil**: objetos de C&T. Disponível em <<http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/8%20PANORAMA%20SOBRE%20O%20PATRI>>

M%C3%94NIO%20DA%20CIENCIA%20E%20TECNOLOGIA%20NO%20BRASILM arcus.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

GRANATO, Marcus; CÂMARA, Roberta; MAIA, Elias. Valorização do patrimônio científico e tecnológico Brasileiro: concepções e resultados preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 11., 2010. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ENANCIB, 2014. Disponível em <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/GT9_enancib_2010_marcus.pdf> Acesso em: 25 maio 2014.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. Reflexões sobre o patrimônio cultural da ciência e tecnologia na atualidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 4, dez 2010/mar 2011. Disponível em <<http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/viewFile/25/25>>. Acesso em: 25 maio 2014.

GRANATO, Marcus; LOUVAIN, Pedro. Proteção e valorização do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: legislação, tombamentos e propostas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Pedro-Louvain-et-alii.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Touro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v.22, p. 261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. 1999, IPHAN.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Os museus**. [201-?]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/>>. Acesso: 05 ago. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Definição do IPHAN**. [201-?]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **Carta de Atenas**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 05 maio 2014.

_____. **Carta de Veneza**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso: 05 mai. 2014.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão da antropologia. Trad. Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru: EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3, ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LISBÔA, Maria da Graça Cavalcanti. **A ideia de universidade no Brasil**. Porto Alegre: edições EST, 1993.

MAIA, Felícia Assmar. Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. **Revista Movendo Ideias**, Bélem, v. 8, n.13, p. 39-42, jun/2003. Disponível em:
<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/214.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MAIA, Newton da Silva. **Apontamentos para a história da Escola de Engenharia de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

MARTINS, Neire do Rossio; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Memória científica e tecnológica da UNICAMP: projeto para a gestão integrada de documentos científicos In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: MASP, 2006, p. 27-36.

MATOS, Aécio Gomes de (Org.). **Para que serve a Universidade pública?** Prefácio e posfácio: Cristovam Buarque, Ascendino Silva...[et al.]. Recife: Ed. da UFPE, 2013.

MELO, Juliana Machado do Couto e. Educação patrimonial: museu cultural da humanidade. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em:
<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/73/107>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

MELO NETO, João Cabral de; SECCHIN, Antônio Carlos. **Melhores poemas de João Cabral de Melo Neto**. 9. ed. São Paulo: Global, 2003.

MESSENTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. **Revista Vivência**, n. 28, 2005, p. 167-178. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/28/PDF%20para%20INTERNET_28/revista%20VIV%C3%8ANCIA_28.pdf> Acesso em: 20 ago.2014.

MILANESI, Luís. **A Casa da invenção**. São Paulo: Siciliano, 1991.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. Contexto: São Paulo, 2007.

MOTA, Antonio. **Estudos universitários, Revista de cultura - Pró-reitoria de Extensão da UFPE**, v. 27, n. 8, ago.2011.

MURTA, Stela Mars; GOODNEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NEVES, Renata Ribeiro. Centro Cultural: a cultura à promoção da arquitetura. **Revista On-line IPOG Especialize**, Goiânia, n. 5, v. 1, jul./2013. Disponível em: <<http://www.ipog.edu.br/nao-aluno/revista-ipog/o-que-e-a-revista-especialize->>. Acesso em: 17 maio 2014.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdfROCHA>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura e patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Renilda Correia de. Educação Superior, concepções e função social da universidade. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS – EPEAL, 5., 2010. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://dmd2.webfaccional.com/media/anais/EDUCACAO-SUPERIOR,-CONCEPCOES-E-FUNCAO-SOCIAL-DA-UNIVERSIDADE.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, v.23, n.37, p. 113-129, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a07>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

OLIVEIRA, Vanderlí Fava de. **Trajatória e estado da arte na formação em engenharia, arquitetura e agronomia**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. v. 1.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Convenção do Patrimônio Mundial de 1972**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em : 07 jul. 2014.

PARDAL, P. LEIZER, L. O berço da engenharia brasileira. **Revista de ensino de engenharia**. Brasília, DF, n. 16, p. 37-40, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Instituições, bom Estado, e reforma da gestão pública. **Revista eletrônica sobre a Reforma do Estado – RERE**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 1, 2005. Disponível em <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2014.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo cultural: uma visão antropológica. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Tenerife, Espanha, 2009. Disponível em <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita2.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, 5 jul. 1992. p. 200-215. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 05 AGO. 2014.

RAMOS, Luciene Borges. Centro cultural: território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007. **Anais eletrônicos...** Salvador: ENECULT, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LucieneBorgesRamos.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Política de acervos científicos. **Estudos universitários, Revista de Cultura - Pró-Reitoria de Extensão da UFPE**, v. 27, n. 8, ago.. 2011.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 4, maio/jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/museologia/article/view/9630/7109>>. Acesso em: 17 maio 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. A cidade: sede dos sentidos. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**. Blumenau: nova letra, 2007.

ROCHA NETO, Luiz Henrique da Rocha. A formação do Estado brasileiro: patrimonialismo, burocracia e corrupção. **Revista do Mestrado em Direito – UCB, 2011**. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/2598/1589>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Patrimônio cultural**: a propriedade dos bens culturais no estado democrático de direito. Fortaleza: UNIFOR, 2008.

SABALLA, Viviane Adriana. Educação patrimonial: “lugares de memória.” **Revista Mouseion**. v. 1, jun./2007. Disponível em:

<<http://www.unilasalle.edu.br/museu/mouseion/vol1jun2007p23-25.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

SANTANA, Geraldo. Mauritiópolis - breves notas para uma história da cidade efêmera: nov.1639 – jan. 1654. In: VERRI, Gilda Maria Whitaker; BRITTO, Jomard Muniz de (Org.) **Relendo o Recife de Nassau**. Recife: bagaço, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370/279>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cultura organizacional em ambiente burocrático. **RAC - Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552002000100011>. Acesso em: 20 set. 2014.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, mar/abr 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>>. Acesso em: 10 maio de 2014.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação constitucional da cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, Rejâne Maria Lira da; MARQUES, Roberta Smania. O reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: os casos dos museus da UFBA. **Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PGG-PMUS Unirio/MAST**, v. 4, n. 1, 2011.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**. Blumenau: nova letra, 2007.

SIQUEIRA, Antonio Jorge de; AGUIAR, Antonio Carlos M. de; MONTENEGRO, Antonio Torres. **Outras histórias**: memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco. Recife: ed. Universitária, 1995.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

TELLES, Pedro C. da Silva. **A história da engenharia no Brasil**: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro:LTC, 1984.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus. **Revista CPC**, São Paulo, n.16, p. 101-118, mai/out, 2013. Disponível em <file:///C:/Users/Patricia/Downloads/68645-90698-1-SM%20(1).pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.

TORRES, Roldão Gomes. **Nos degraus da rua do hospício**: crônicas da Escola de Engenharia de Pernambuco. Recife: FECAP Books UPE, 2008.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife**: a revista estudos universitários (1962-1964). Recife: Ed. universitária da UFPE, 2012.

VIEIRA, Ana Maria da Costa Leitão. Os memoriais são um novo gênero de museu. **Revista Museu**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=2864>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **PROEXT**. Disponível em: <http://www.proext.ufpe.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1856:memorial-discute-patrimonio-cultural-da-ufpe&catid=35:noticia&Itemid=122>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **Estatuto**. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/pedagogiaca/images/documentos/estatutoufpe.pdf>>. Acesso: 05 jun. 2014.

_____. **Memorial discute patrimônio cultural da UFPE**. [201-?]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proext/index.php?option=com_content&view=article&id=1856:memorial-discute-patrimonio-cultural-da-ufpe&catid=35&Itemid=122>. Acesso em: 05 ago. 2014.

_____. **Plano de Diretrizes Institucionais 2014-2018**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proplan/images/pdf/pre_pdi_14_18_.pdf>. Acesso: 18 dez 2014.

_____. **Plano Estratégico Institucional 2013-2027**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proplan/images/pdf/pei13_27_.pdf>. Acesso em: 18 dez 2014.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. Formação e consolidação da repartição de obras públicas de Pernambuco (1836-1844). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 4., 1991. **Anais eletrônicos...**
Disponível em:
<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1901/1864>>
Acesso em: 18 dez. 2014.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e memória**. São Paulo, v. 5, n.1, p. 137-152, out. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiros de entrevista sobre o Memorial da Engenharia em Pernambuco

Local: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco.

Data: 15/12/2014

Público-alvo: Gestor/docentes envolvidos com o Memorial da Engenharia em Pernambuco.

Entrevistado: José Mário Cavalcanti

Função Perante o Memorial: Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco – Crea-PE (entidade parceira)

Roteiro X:

- 1) Em 16/02/2011 foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Crea-PE e a UFPE em relação ao Memorial da Engenharia em Pernambuco. O que este espaço representa para o Crea-PE?
- 2) Estão previstas ações conjuntas, tanto da universidade, como da entidade do Crea-PE em relação a manutenção do espaço. Gostaria de saber como se dará esta parceria e se já existe algum projeto, convênio, para captação de recursos. Como o Crea-PE pretende contribuir com o espaço?
- 3) Institucionalmente o Memorial da Engenharia foi fundado em 03/06/2011, contudo ainda não está funcionando em toda sua plenitude. Quais os entraves/obstáculos que estão contribuindo para este quadro? Será que o amplo arcabouço funcional do Memorial, previsto funcionar como Centro Cultural, Centro de Estudo e Pesquisa e Centro de Informação não estaria favorecendo esta situação?
- 4) O Memorial da Engenharia está sendo implantado na antiga Escola de Engenharia, localizada na Rua do Hospício, no Centro do Recife. A localização distante do campus não constituiria um obstáculo em facilitar o seu conhecimento por parte da comunidade acadêmica? Como superar essa dificuldade?

5) Roteiro Y:

Público-alvo: Gestor/docentes envolvidos com o Memorial da Engenharia em Pernambuco.

Entrevistados:

1. Anísio Dourado Brasileiro
2. Mário Antonino
3. Mauricio Renato Moreira Pina

Função Perante o Memorial: Reitor da Universidade Federal / Ex-diretor do Centro de Tecnologia e Geociências / Coordenador Executivo do Memorial da Engenharia em Pernambuco.

Roteiro:

- 1) O Memorial da Engenharia em Pernambuco foi fundado, no plano institucional, em 03/06/2011. O que este espaço representa para a Engenharia e para a UFPE?
- 2) Embora já exista institucionalmente, o Memorial da Engenharia ainda não está funcionando em toda sua plenitude. Quais os entraves/obstáculos que estão contribuindo para este quadro?
- 3) Será que o amplo arcabouço funcional do Memorial, previsto funcionar como Centro Cultural, Centro de Estudo e Pesquisa e Centro de Informação não estaria favorecendo esta situação?
- 4) O Memorial da Engenharia está sendo implantado na antiga Escola de Engenharia, localizada na Rua do Hospício, no Centro do Recife. A localização distante do campus não constituiria um obstáculo em facilitar o seu conhecimento por parte da comunidade acadêmica? Como superar essa dificuldade?

**APÊNDICE B - Fotos da Escola de Engenharia onde vem sendo implantado o
Memorial de Engenharia de Pernambuco**



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2013).



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2013).



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2013).



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2013).



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2013).



Fonte: Patricia Maria Cabral De Araujo Silva (2013).

**APÊNDICE C - Formulário a respeito do Memorial de Engenharia a ser
implantado em Pernambuco**

Local: Biblioteca do Centro Tecnologia e Geociências (CTG) da UFPE

Público-alvo: Alunos dos cursos de Engenharia do CTG

Data: dezembro, 2014

1) Você já ouviu falar em Patrimônio Cultural Universitário?

Sim Não

2) Na antiga Escola de Engenharia está sendo implantado o Memorial da Engenharia em Pernambuco. Você sabia desta iniciativa?

Sim Não

3) Você a considera importante? Por quê?

4) Você teria interesse em conhecer o Memorial da Engenharia em Pernambuco?

Sim Não

5) Quais atividades você espera encontrar neste espaço?

ANEXOS

ANEXO A - Reportagens da Ascom (Assessoria de Comunicação Social da UFPE) sobre o Memorial de Engenharia

REPORTAGEM 01: UFPE apóia proposta de criação de Memorial das Engenharias 01.03.07

O reitor Amaro Lins recebeu hoje (2) um grupo de engenheiros, formada por professores e ex-professores da UFPE, que reivindica a criação de um Memorial da Engenharia. De acordo com a proposta, o memorial funcionará na antiga Escola de Engenharia de Pernambuco, na Rua do Hospício, onde hoje funcionam a sede da UNE e o Ginásio Pernambucano.

A comissão, capitaneada pelo ex-professor do departamento de Engenharia de Minas Álvaro Camelo, pretende criar no memorial um Centro Cultural com museu e setor de documentação, além de um Centro de Estudos e Pesquisas da História da Engenharia em Pernambuco e um Centro de Informação de Ciência e de Tecnologia de Engenharia. “Apesar da atenção que as outras administrações nos deram, a oportunidade ideal para o reconhecimento da importância desse memorial surgiu com o reitorado do professor Amaro, que é engenheiro e professor de engenharia”, explica Camelo.

Segundo o coordenador executivo do projeto, professor Maurício Pina, o memorial será a maior representação da história das engenharias de Pernambuco. “Esperamos que com esse memorial possamos manter essa chama acesa”, completa Pina.

Receptivo à reivindicação, o reitor comprometeu-se a encaminhar o projeto para o Centro de Tecnologia e Geociências (CTG). Após a análise da diretoria o centro, a proposta será encaminhada ao Conselho de Administração da universidade, no qual será decidida a viabilidade ou não do projeto. “Vivemos um momento ímpar de possibilidade de crescimento, de pensar o futuro. É nossa responsabilidade, portanto, preservar o passado e ressaltar a importância das Engenharias para a sociedade pernambucana”, avalia o reitor.

REPORTAGEM 02: Protocolo para criação do Memorial de Engenharia de Pernambuco será assinado na quarta-feira (3) 31.05.09

O antigo prédio onde funcionava a Escola de Engenharia de Pernambuco entre os anos de 1943 a 1967, situado no nº 371 da Rua do Hospício, será transformado no Memorial de Engenharia de Pernambuco. O ato de criação e a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a UFPE, UPE, UFRPE, Unicap, Univasf, Clube de Engenharia e Crea-PE acontecerá no próximo dia 3, às 19h, no próprio local.

Além de preservar o patrimônio histórico, a criação do Memorial resgatará a história da Engenharia em Pernambuco. De acordo com o professor Maurício Pina, um dos responsáveis pelo projeto, a ideia é envolver entidades e Universidades, além da herdeira direta da antiga escola, a UFPE.

O espaço servirá para a realização de importantes debates ligados à Engenharia em Pernambuco e em todo o Brasil. O objetivo é que o projeto se torne uma referência da Engenharia no Estado e, para isso, precisa ter vida e movimento. “Nossa busca pela aproximação com as entidades é acima de tudo para que elas encontrem lá um espaço para realização de reuniões, cursos, palestras e que o local seja uma segunda casa para cada uma delas”, afirmou Mauricio Pina.

Até agora, apenas pequenas reformas foram realizadas no prédio, como a mudança do piso do salão principal e reparos nos banheiros. Os responsáveis pelo Memorial esperam firmar algumas parcerias para custear as principais reformas que serão necessárias, já que as atuais instalações foram construídas em 1943. A data da solenidade não foi escolhida por acaso. No dia 3, a Escola de Engenharia de Pernambuco completará 114 anos. E, dois dias antes (1º de junho), o Clube de Engenharia, 2º mais antigo do Brasil, completará 90 anos.

REPORTAGEM 03: Memorial de Engenharia vai resgatar a história

Outubro 2009

Anderson Oliveira

Brevemente, a UFPE passará a contar com o Memorial de Engenharia de Pernambuco, localizado no antigo prédio onde funcionou a Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), no número 371 da Rua do Hospício, no bairro da Boa Vista. Além de preservar o patrimônio histórico e resgatar a história, a criação do Memorial servirá para a realização de importantes debates ligados à Engenharia em todo o Brasil.

O Memorial será uma entidade de natureza não apenas histórica, voltada à preservação da memória da Engenharia, mas também educativa e cultural. “Nesta instituição, reverenciaremos orgulhosos o passado, mas teremos as nossas atenções também voltadas para, vivendo o presente, cuidarmos do futuro”, explica Mauricio Pina, professor da UFPE, e um dos responsáveis pelo projeto.

De acordo com o professor, a ideia é envolver entidades e universidades, além da herdeira direta da antiga escola, a UFPE. O objetivo é que o projeto se torne uma referência da Engenharia no Estado. “Nossa busca pela aproximação com as entidades é acima de tudo para que elas encontrem lá um espaço para realização de reuniões, cursos, palestras, e que o local seja uma segunda casa para cada uma delas”, afirma Mauricio Pina.

Até agora, apenas pequenas reformas foram realizadas no prédio, como a mudança do piso do salão principal e reparos nos banheiros. Os responsáveis pelo Memorial esperam firmar algumas parcerias para custear as principais reformas que serão necessárias, já que as atuais instalações foram construídas em 1943.

HISTÓRIA – De 1918 a 1967, a Escola de Engenharia de Pernambuco funcionou no antigo casarão da Rua do Hospício, local onde será instalado o Memorial. Em 1943, o casarão foi totalmente demolido, e, no local, foi construído o atual prédio. Por um período, o prédio foi ocupado pela Faculdade de Administração, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, a partir de 1999, pelo Ginásio Pernambucano. Até hoje, uma parte do Ginásio Pernambucano funciona no local.

REPORTAGEM 04: Reunião amanhã (16) discute implementação do Memorial de Engenharia 15.02.11

O Pleno do Departamento de Engenharia Civil reúne-se amanhã (16), às 8h, na antiga Escola de Engenharia da UFPE, na Rua do Hospício, nº 371, para discutir a implementação do Memorial de Engenharia de Pernambuco. "O Memorial é uma iniciativa que pretende resgatar em acervo a história da Escola", explica o chefe do Departamento de Engenharia Civil, Jeferson Rego Silva. "Por meio da reunião, queremos convocar professores e alunos para a realização deste projeto", afirma. O espaço ficará sob a coordenação do professor Maurício Pina.

O chefe do Departamento de Engenharia Civil, Jeferson Rego, fala sobre o papel do Memorial da Engenharia de Pernambuco:

Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=_afF3WxOtfc

REPORTAGEM 05: Museus e coleções UFPE - Apresentação

A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de importantes coleções e acervos formados ao longo dos seus 65 anos de ensino, pesquisa e extensão. Centros, Museus, Departamentos, Núcleos, Laboratórios e Memoriais reúnem coleções científicas que ultrapassam milhares de peças de valiosa importância para a memória e para futuros desdobramentos do conhecimento.

Originárias de diferentes pesquisas e ações extensionistas, as coleções e os acervos estão voltados ao ensino e ao desenvolvimento de trabalhos científicos de professores, técnicos e alunos. Fazem parte de acervos da UFPE grandes e pequenas, antigas e novas coleções, que podem ser sempre acrescidas de novas aquisições.

Entre as mais antigas está a coleção de obras raras da Biblioteca do antigo curso de Direito fundado em 1827, coleções do Memorial da Medicina com peças do curso de Medicina fundado em 1915, da antiga Escola de Engenharia de 1895 e a coleção de Minerais e Rochas do Departamento de Geologia. O acervo de Paleontologia abriga a coleção de Micro-Fósseis e a de Madeira Fossilizada. Diversos gêneros de obras

de arte compõem o acervo do Centro Cultural Benfica, como a Coleção da Antiga Escola de Belas Artes, o Acervo Armorial, a Coleção de Cordéis e a de Arte Contemporânea. Uma coleção de pedras litográficas faz parte do acervo do Centro de Artes e Comunicação. No Centro de Filosofia e Ciências Humanas encontram-se coleções de documentos históricos e de peças pré-históricas arquivadas em diversos laboratórios de pesquisa. Outras coleções e acervos importantes são mantidos nos Departamentos de Oceanografia, de Medicina, de Botânica, de Física, entre outros.

Também valorizam o cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão os acervos da TV e das Rádios Am e FM da UFPE, os acervos da Editora Universitária, os do Memorial da Medicina e o do Memorial da Engenharia, com suas coleções científicas, artísticas e documentais. Todos fazem parte da memória e da atual vida universitária. Com suas coleções, a Universidade Federal de Pernambuco participa da vida sociocultural do Estado, realizando frequentes exposições, seminários, fóruns e encontros.

A Diretoria de Extensão Cultural - DEC da PROEXT, desde 2007, trabalha no levantamento dos acervos distribuídos pelos Centros Acadêmicos e unidades da Instituição, no intuito de construir o primeiro banco de dados das coleções e acervos da UFPE. Para dar continuidade ao trabalho de manutenção dos mesmos, o projeto Museu Virtual da UFPE pretende contribuir para a difusão do conhecimento junto à Sociedade. Além disso, visa um projeto maior, no qual o Museu Virtual da UFPE integrará o futuro projeto de rede de museus e de espaços de ciência, tecnologia e arte da UFPE - RedeMoinho.

Recife, 21 de março de 2011

Bartira Ferraz Barbosa

Diretora de Extensão Cultural - PROEXT

Ana Rosa Rocha

Chefe da Divisão de Extensão Cultural – PROEXT

https://www.ufpe.br/acervosemuseus/index.php?option=com_content&view=article&id=305&Itemid=242

REPORTAGEM 06: Prédio sofre com impasse entre órgãos

EDUCAÇÃO Local que abrigou Ginásio Pernambucano está no meio de uma briga entre governo do Estado e UFPE, dona do imóvel

Construída em 1943, a antiga Escola de Engenharia da **Universidade Federal de Pernambuco** (UFPE), na Rua do Hospício, bairro da Boa Vista, Centro do Recife, abrigou durante 11 anos a Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano. Em dezembro de 2012, o governo estadual desocupou o imóvel depois que os alunos foram transferidos para um novo prédio construído na Avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro. Desde então, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) tenta devolver as chaves à proprietária do prédio – a universidade – que cobra uma dívida de mais de R\$1 milhão em aluguel do Estado. Enquanto isso, o imóvel onde se planeja erguer o Memorial de Engenharia permanece sem uso e exposto à degradação. Segundo a Secretaria de Educação, a UFPE teria recusado a devolução das chaves, alegando a existência de débitos por parte da secretaria, que nega as dívidas. O órgão ainda teria arcado com os gastos de vigilância do local durante um ano após a desocupação. Diante do impasse, a secretaria recorreu à Justiça Federal para que a universidade recebesse o prédio de volta. As chaves foram devolvidas no fim da manhã de ontem, cumprindo a decisão do juiz federal Frederico José Pinto de Azevedo, da 3ª Vara de Pernambuco. Representada pela Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, a UFPE também recorreu à Justiça para uma ação ordinária de cobrança (nº 0802202-76.2014.4.05.8300), pedindo R\$ 1.694.198,70 que inclui multa e juros do aluguel não pago desde maio de 2008. Em nota, a UFPE informou que o convênio com o Estado foi encerrado em 31 de dezembro de 2006. O prédio está vazio e, sem uso, tem a estrutura comprometida pelo tempo. A segurança contra invasões é garantida apenas pelo movimento do prédio anexo, usado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPE.

MEMORIAL

O imóvel possui 3.300 metros quadrados de área construída distribuídos em três pavimentos, 33 salas e um auditório com capacidade para 200 pessoas. A ideia da UFPE é transformá-lo no primeiro Memorial da Engenharia do País, com biblioteca, museu da engenharia, espaço cultural e um Centro de Educação Continuada da

universidade, que está elaborando o projeto de recuperação e reforma e buscando parcerias para viabilizar a obra. “É um projeto de grande porte, já que a parte estrutural precisa ser recuperada. Algumas instituições privadas já se mostraram interessadas em nos apoiar”, garante Maurício Pina, professor de engenharia civil e idealizador do projeto.

ANEXO B - Estatuto do Memorial de Engenharia em Pernambuco

ESTATUTO DO MEMORIAL DA ENGENHARIA EM PERNAMBUCO

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza e Sede

Art. 1º O Memorial da Engenharia em Pernambuco é uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na Rua do Hospício nº 371, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação que lhe for aplicável.

CAPÍTULO II

Das Finalidades

Art. 2º O Memorial da Engenharia em Pernambuco tem por missão precípua resgatar o patrimônio histórico e cultural da Engenharia Pernambucana.

Art. 3º São objetivos do Memorial:

- I- preservar o patrimônio científico e técnico da engenharia, em particular de Pernambuco;
- II- realizar exposições permanentes e/ou temporárias com valor didático de interesse da comunidade universitária e também acessível para o público em geral;
- III- despertar vocações para a engenharia;
- IV- iniciar o público nos fenômenos e leis fundamentais das ciências exatas;
- V- exibir as diversas áreas da engenharia e seus aspectos históricos e as perspectivas para o futuro.

CAPÍTULO III

Da Duração

Art. 4º O prazo de duração do Memorial é indeterminado.

Art.5º A Associação poderá ser dissolvida em Assembleia geral

extraordinária, especialmente convocada para esse fim, onde compareçam dois terços de seus associados fundadores e titulares, mediante votação de no mínimo dois terços dos sócios presentes.

§ 1º- Essa Assembleia determinará a forma de liquidação do ativo e passivo da Associação, escolherá o liquidante e fixará seus poderes;

§ 2º- Concluída a liquidação, será convocada pelo liquidante uma Assembleia geral com o objetivo de apresentar a prestação de contas;

§ 3º- Extinta a Associação e satisfeita seu passivo, o patrimônio líquido remanescente será destinado, pela Assembleia de prestação de contas, a outra entidade congênere.

TÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO IV

Das Categorias

Art. 6º A Associação é constituída por número ilimitado de associados engenheiros ou profissionais afins da engenharia, ou associados corporativos que credenciarão um de seus dirigentes como seu representante.

Art. 7º Haverá as seguintes categorias de associados:

I - FUNDADORES - serão os filiados de acordo com o art. 6º, que tenham participado da Assembleia de Fundação, preenchido ficha de inscrição e assinado as listas ou livros de adesão inicial ou a respectiva Ata;

II - TITULARES - serão os filiados de acordo com o art. 6º, que sejam admitidos de acordo com este Estatuto;

III - BENEMÉRITOS - serão os filiados à Associação que se destacam por serviços ou contribuições prestados ao Memorial;

IV - HONORÁRIOS—pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem por serviços prestados à Engenharia em Pernambuco.

CAPÍTULO V

Da Admissão

Art. 8º A Admissão de associado TITULAR será realizada mediante proposta assinada pelo candidato e por um sócio fundador ou titular e aprovada pela Diretoria.

Art. 9º A admissão de associado BENEMÉRITO e HONORÁRIO será realizada mediante proposição da Diretoria e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO VI

Dos Direitos e Deveres

Art. 10 São direitos dos associados em geral:

I - participar de todas as atividades sociais promovidas pela Associação Memorial da Engenharia em Pernambuco;

II - propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;

III - apresentar propostas, programas e projetos de ação para o Memorial;

IV – não responder pelas obrigações do Memorial.

Art. 11 Os sócios pessoas físicas fundadores e titulares têm direito de votar e serem votados.

Parágrafo único – Os associados corporativos têm direito de votar através de seu representante credenciado.

Art. 12 São deveres dos associados:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II - cooperar para o desenvolvimento do Memorial e difundir seus objetivos e ações;

III - participar, na forma deste Estatuto, das Assembleias Gerais convocadas e fazer proposições;

IV- cumprir com zelo as tarefas, comissões e representações a que se comprometa;

V - desempenhar com zelo as tarefas correspondentes aos cargos que assumir;

VI - prestigiar de todos os modos o Memorial, abstendo-se de emitir opinião por ela, quando não esteja devidamente credenciado;

VII - evitar pronunciamentos pessoais que possam de qualquer maneira chocar-se com decisões já tomadas pelo Memorial;

VIII- pagar pontualmente as mensalidades e taxas que sejam estabelecidas para sua categoria;

IX - abster-se de praticar quaisquer atos que possam vir a prejudicar o conceito e os

interesses do Memorial e de seus Associados;

X - zelar pelo patrimônio do Memorial;

XI - respeitar e fazer respeitar a Cidadania e a Ética.

Art. 13 Havendo justa causa, o associado poderá ser excluído da Associação por decisão da Diretoria, cabendo recurso ao Conselho Deliberativo, respeitado, em todas as fases o direito ao contraditório e à ampla defesa.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO VII

Dos Órgãos Administrativos

Art. 14 São órgãos administrativos do Memorial:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho Deliberativo;

III - Diretoria;

IV - Conselho Fiscal

CAPÍTULO VIII

Da Assembleia Geral

Art. 15 A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação Memorial da Engenharia em Pernambuco, com poderes para resolver todos os assuntos, nos limites deste Estatuto.

Art. 16 A Assembleia Geral é composta pelos associados relacionados no artigo 7º deste Estatuto, em pleno gozo de seus direitos estatutários e presidida pelo Presidente da Associação.

Art. 17 A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente para:

I - anualmente, para apreciar e aprovar as contas, o balanço anual e os demais relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da Associação, após o parecer do Conselho Fiscal e encaminhamento do Conselho Deliberativo;

II - eleger, a cada 4 (quatro) anos, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;

III - em sessão solene, dar posse aos eleitos.

Art. 18 Além das atribuições previstas no artigo anterior, cabe à Assembleia Geral:

I- decidir sobre a conveniência de alienar, adquirir, transigir, hipotecar ou permutar bens imóveis do Memorial;

II- decidir os casos omissos deste Estatuto;

III- decidir sobre a reforma e alterações do Estatuto;

IV- deliberar sobre a extinção da Associação e a destinação de seu patrimônio social;

V- deliberar sobre a admissão e exclusão de membros do Memorial;

VI - sugerir à Diretoria as providências que julgar necessárias ao interesse do Memorial.

Art. 19 A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocada:

I - pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Diretoria;

II - pelo Conselho Deliberativo;

III- pelo Conselho Fiscal;

IV - por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 20 As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de edital em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

Art. 21 O quorum mínimo para instalação da Assembleia Geral será, em primeira convocação, de metade mais um de seus componentes e em segunda convocação, uma hora após, com qualquer número, excetuando os casos previstos no presente Estatuto.

CAPÍTULO IX

Do Conselho Deliberativo

Art.22 O Conselho Deliberativo é formado por 30 (trinta) membros, eleitos juntamente com a Diretoria e o Conselho Fiscal, com o mesmo mandato.

Art. 23 Compete ao Conselho Deliberativo:

I- organizar e aprovar seu regimento;

II- apreciar recursos contra decisões da Diretoria;

III- deliberar nos processos de exclusão de associados encaminhados pela Diretoria;

IV - emitir parecer nos relatórios do Conselho Fiscal, para encaminhamento à Assembleia Geral;

V- apreciar e decidir sobre os programas de trabalho propostos pela Diretoria;

VI- decidir sobre a admissão de associados benemérito e honorário em processo encaminhado pela Diretoria.

CAPÍTULO X

Do Conselho Fiscal

Art. 24 O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares e 03(três) membros suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria e o Conselho Deliberativo, com o mesmo mandato.

Art. 25 Compete ao Conselho Fiscal:

I - apreciar e deliberar sobre a proposta orçamentária anual a ser encaminhada à Assembleia Geral;

II - apreciar e deliberar sobre a prestação de contas anual, a ser encaminhada à Assembleia Geral;

III - acompanhar, mensalmente, a execução orçamentária, tanto de receita como de despesa, indicando eventuais correções;

IV - opinar sobre aquisição e alienação de bens imóveis.

CAPÍTULO XI

Da Diretoria

Art. 26 A Diretoria será composta por oito membros: Presidente, Vice-Presidente, Diretor Administrativo, Vice-Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Vice-Diretor Financeiro, Diretor de Engenharia e Diretor Cultural.

Art. 27 O mandato da Diretoria será de 4 (quatro) anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 28 O mandato dos membros da Diretoria será honorífico.

Art. 29 Compete à Diretoria:

I - elaborar e executar o orçamento e o programa anual de atividades;

II - elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;

III - celebrar convênios, acordos, ajustes e contratos com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

IV - decidir sobre admissão e demissão de empregados;

V - convocar Assembleia Geral;

VI - promover campanhas, ações e eventos na consecução dos objetivos da Associação;

VII - expedir normas operacionais e administrativas necessárias à atividade da Associação;

VIII - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as normas e deliberações da Assembleia Geral;

Art. 30 Compete ao Presidente:

I - representar a Associação ativa e passivamente judicial e extra judicialmente, sendo-lhe facultado delegar poderes e outorgar procurações;

II - convocar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais presidindo-as;

III - assinar as atas das reuniões e rubricar os livros da secretaria e da tesouraria;

IV - ordenar despesas e, juntamente com um dos tesoureiros, assinar cheques;

V - admitir e demitir empregados, assim como definir salários e vantagens;

VI - dirigir e supervisionar todas as atividades do Memorial;

VII - adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis do Memorial, mediante prévia e formal aprovação da Diretoria e autorização expressa da Assembleia Geral;

VIII - exercer voto de qualidade nas decisões da Diretoria;

IX - assinar, com o tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras do Memorial.

Art. 31 Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 32 Compete ao Diretor Administrativo:

- I - secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
- II- propor diretrizes administrativas e supervisionar a gestão de recursos materiais e humanos;
- III - manter em dia as atas e arquivos do Memorial e substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos
- IV - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 33 Compete ao Vice Diretor Administrativo:

- I - substituir o Diretor Administrativo nas suas faltas e impedimentos;
- II - assumir o mandato de Diretor Administrativo em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Diretor Administrativo.

Art. 34 Compete ao Diretor Financeiro:

- I - supervisionar, orientar e fiscalizar o funcionamento da área financeira do Memorial;
- II - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- III- assinar com o presidente, cheques, balanços e outros documentos pertinentes à área financeira;
- IV - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Art. 35 Compete ao Vice-Diretor Financeiro:

- I - substituir o Diretor Financeiro nas suas faltas e impedimentos;

II- assumir o mandato de Diretor Financeiro em caso de vacância, até o seu término;

III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Diretor Financeiro.

Art. 36 Compete ao Diretor de Engenharia:

I - propor diretrizes para elaboração de projetos de reformas e ampliação da sede do Memorial e supervisionar as respectivas obras;

II - supervisionar os serviços de manutenção da sede e dos equipamentos do Memorial;

III - prestar de modo geral a sua colaboração ao Presidente.

Art. 37 Compete ao Diretor Cultural:

I - promover e divulgar os eventos do Memorial;

II - prestar de modo geral a sua colaboração ao Presidente.

CAPÍTULO XII

Da Estrutura Administrativa

Art. 38 A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em três grandes áreas que desenvolverão as seguintes atividades:

I - Centro de Estudo e Pesquisa da História da Engenharia em Pernambuco:

a) estudar o processo evolutivo da Engenharia em Pernambuco e suas causas;

b) propor convênios ou acordos com instituições públicas e privadas visando obter recursos operacionais, dados bibliográficos e depoimentos pessoais para resgatar a história das instituições que fizeram e, atualmente, fazem Engenharia em Pernambuco;

c) propor convênios com representações diplomáticas de países que, por razões políticas, comerciais e técnicas construíram grandes obras de engenharia em Pernambuco;

d) selecionar obras históricas e outras que representem valorosos feitos da Engenharia em Pernambuco, visando proceder a uma análise crítica envolvendo estudos de diferentes impactos, com um caráter essencialmente educativo.

II – Centro de Informação de Ciência e de Tecnologia de Engenharia:

- a) promover intercâmbio com Universidades e Centros de Pesquisas nacionais e estrangeiras visando estabelecer um quadro comparativo com o desenvolvimento da Engenharia em Pernambuco, e tomar conhecimento de recentes tecnologias desenvolvidas no campo das engenharias nacional e estrangeira;
- b) disseminar conhecimentos comparativos e de recentes tecnologias com professores, profissionais, estudantes e demais interessados.

III – Centro Cultural:

- a) museu: exposição de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, motores, modelos reduzidos, minerais, rochas, fluxograma de processos produtivos, lay-out e outros materiais afins, todos com resumos explicativos;
- b) divulgação: material para divulgação e treinamento, salas de aula, salas de reuniões, auditórios e outros elementos afins;
- c) documentação: mapas, fotos, documentos diversos de interesse da Engenharia, artigos, biblioteca no sentido mais amplo, acervos técnicos e bibliográficos, oriundos de eminentes professores e de outros profissionais da Engenharia de Pernambuco, além de outros materiais.

TÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS E DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

CAPÍTULO XIII

Do Patrimônio

Art. 39 O patrimônio da Associação será constituído de bens móveis e imóveis, direitos e valores adquiridos ou recebidos sob forma de doações, legados, subvenções, contribuições, auxílios ou outra forma legalmente admitida.

CAPÍTULO XIV

Das Receitas

Art. 40 Constituem receitas da Associação:

I - contribuições sociais e de outras origens;

II - contribuições financeiras provenientes de convênios ou termos de parceria, firmados com instituições públicas ou privadas;

III- legados, auxílios, doações, subvenções, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sejam associadas ou não;

IV- resultados financeiros de aplicação de seus próprios recursos e os produzidos por todos os seus bens, direitos, prestação de serviços e eventos destinados à captação de recursos;

V - renda dos bens móveis e imóveis, títulos, valores e direitos pertencentes ou que venham a pertencer a Associação;

VI - receitas oriundas das tecnologias desenvolvidas e serviços prestados.

CAPÍTULO XV

Do Exercício Financeiro

Art. 41 O exercício financeiro terá início no dia 1 de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro.

Art. 42 As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas até 30 de abril do ano seguinte à Assembleia Geral, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal e a análise e encaminhamento do Conselho Deliberativo, para apreciação e decisão.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO XVI

Das Disposições Gerais

Art. 43 No desenvolvimento de suas atividades, o Memorial observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, não fazendo qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 44 O Memorial não distribuirá, entre seus membros, associados ou gestores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio.

Art.45 A vedação do artigo anterior, compreende, também, os cônjuges,companheiros e parentes colaterais e afins até o terceiro grau.

Art. 46 São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação ao Memorial, os atos de qualquer dirigente, procurador ou funcionários que envolverem obrigações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como fianças,

avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Art. 47 É vedado ao Memorial a participação em campanhas de interesse político partidário ou eleitoral, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 48 As eleições ocorrerão a cada quatro anos na terceira quinta-feira do mês de abril.

Art. 49 A posse do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria será na última sexta-feira do mês de abril do ano da eleição.

Art. 50 Os cargos de Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal que vagarem durante o mandato serão preenchidos por indicação da Diretoria, através de eleição direta em escrutínio secreto do Conselho Deliberativo.

Art. 51 Aplicar-se-ão aos casos omissos ou duvidosos as disposições legais vigentes e, na falta destas, caberá ao Conselho Deliberativo, em conjunto com a Diretoria, dirimir dúvidas e deliberar a respeito.

CAPÍTULO XVII

Das Disposições Transitórias

Art. 52 Na Assembleia de Criação do Memorial da Engenharia em Pernambuco será discutido e aprovado o Estatuto, eleitos e empossados os membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

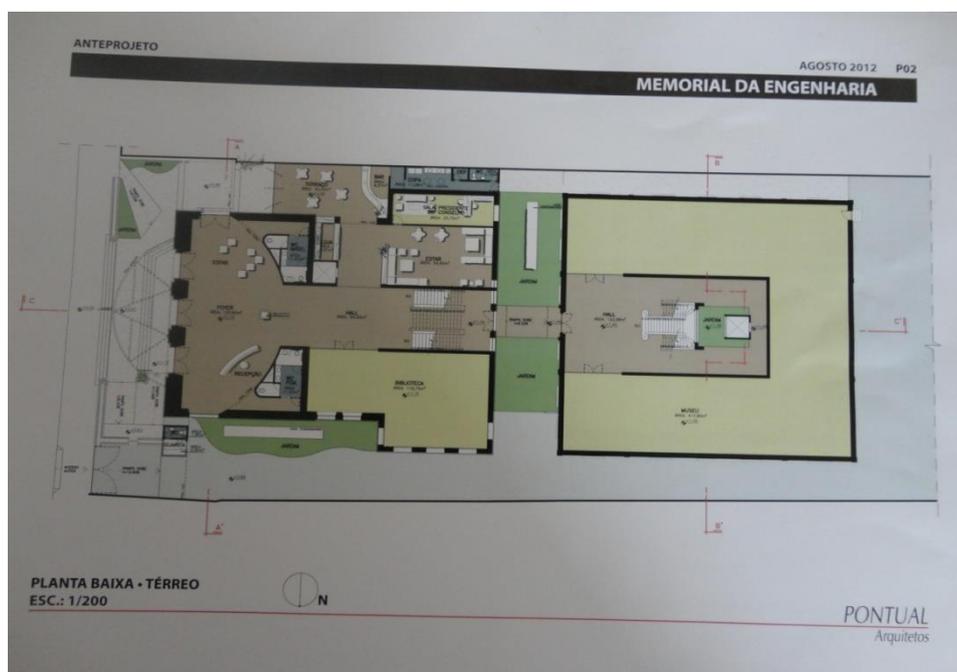
Art. 53 O mandato dos eleitos, conforme o artigo anterior será encerrado com a posse dos novos gestores.

Recife, 04 de maio de 2011.

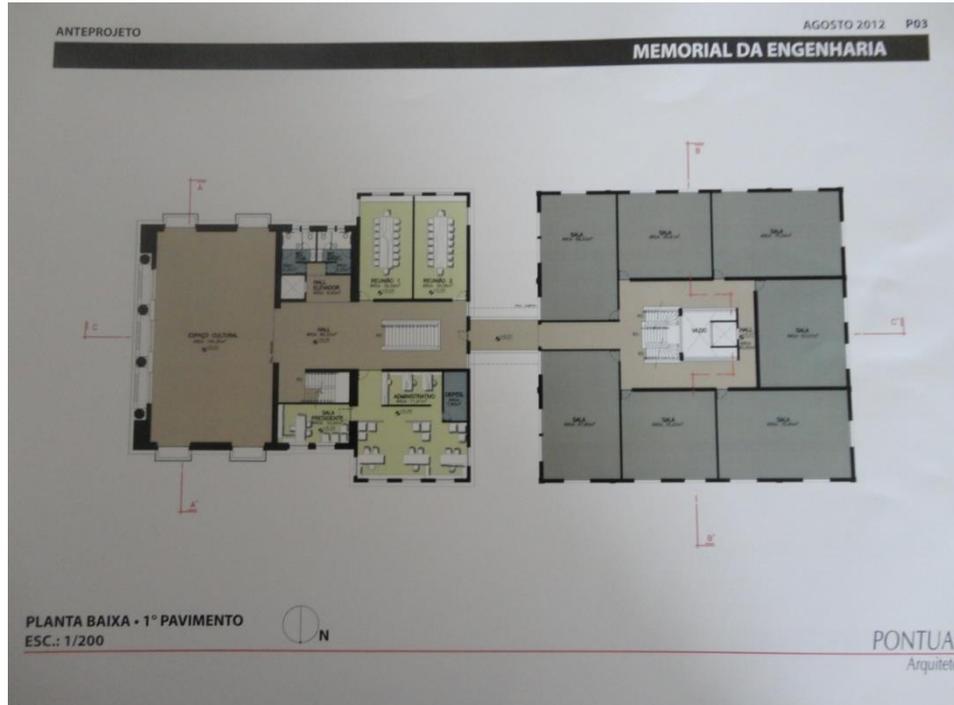
Anexo C – Projeto de Arquitetura para o Memorial de Engenharia (Arquiteto Carlos Pontual)



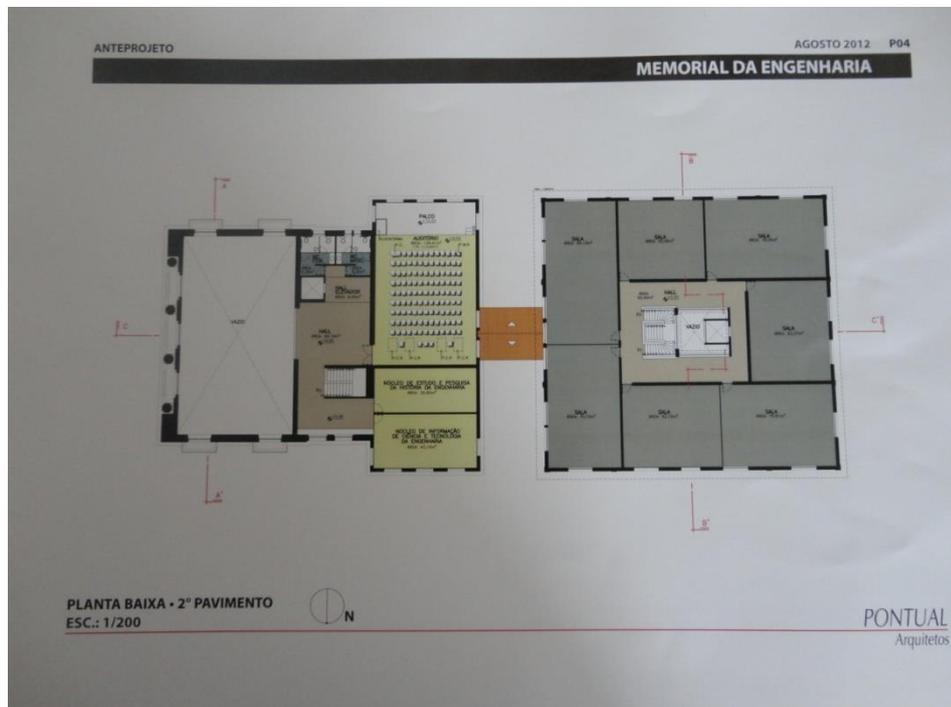
Fonte: Carlos Pontual (2013).



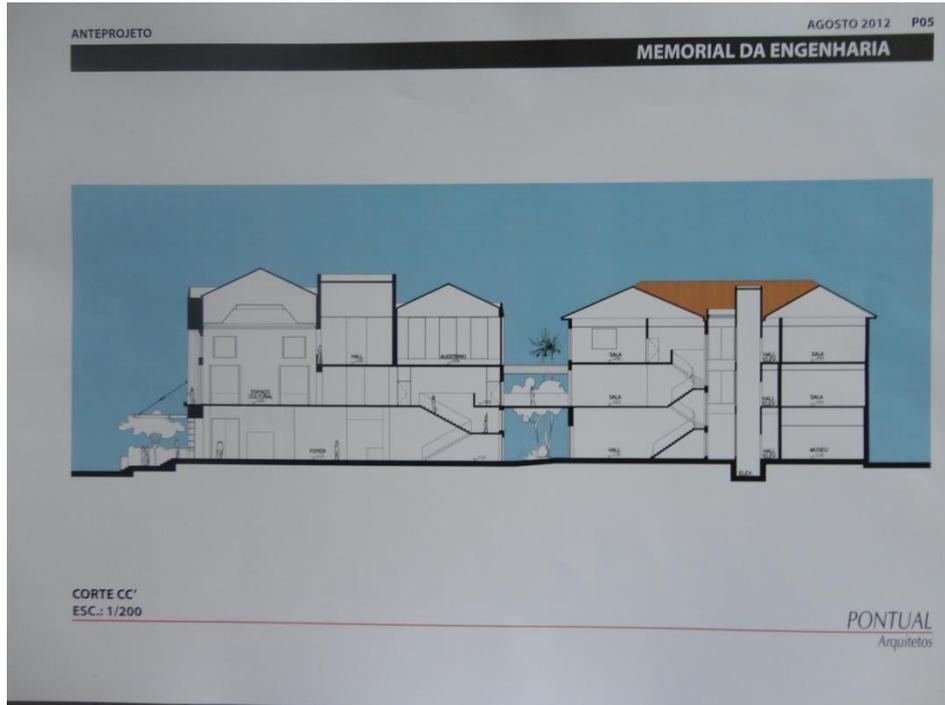
Fonte: Carlos Pontual (2013).



Fonte: Carlos Pontual (2013).



Fonte: Carlos Pontual (2013).



Fonte: Carlos Pontual (2013).



Fonte: Carlos Pontual (2013).



Fonte: Carlos Pontual (2013).



Fonte: Carlos Pontual (2013).